

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS

publicação da associação nacional de pós-graduação

URBANOS

e pesquisa em planejamento urbano e regional

E REGIONAIS

ISSN 1517-4115

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Publicação semestral da ANPUR
Volume 8, número 1, maio de 2006

EDITOR RESPONSÁVEL

Henri Acselrad (UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Geraldo Magela Costa (UFMG), Leila Christina Duarte Dias (UFSC),
Lilian Fessler Vaz (UFRJ), Maria Flora Gonçalves (Unicamp)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Ângela Lúcia de Araújo Ferreira (UFRN), Brasilmar Ferreira Nunes (UnB), Carlos Antonio Brandão (Unicamp), Ermínia Maricato (USP), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), João Farias Rovatti (UFRGS), Lia Osorio Machado (UFRJ), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Marco Aurélio A. De F. Gomes (UFBA), Margareth Pereira (UFRJ), Maria Cristina da Silva Leme (USP), Nadia Somekh (Mackenzie), Norma Lacerda Gonçalves (UFPE), Wrana Maria Panizzi (UFRGS), Paola Berenstein Jacques (UFBA), Ricardo Cesar Pereira Lira (UERJ), Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG), Rosa Acevedo (UFPA), Sandra Lencioni (USP), Sarah Feldman (USP), Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

COLABORADORES

Adauto Lucio Cardoso (UFRJ), Arlete Moyses Rodrigues (Unicamp), Cristovam Barcellos (Fiocruz),
Dimária Silva e Meirelles (Mackenzie), Eder Carneiro (UFSJ), Eduardo Mendiondo (USP), Elson Manoel Pereira (UFSC),
Fausto Brito (UFMG), Francisco Mendonça (UFPR), Frederico Hollanda (UnB), Gisela Aquino Pires do Rio (UFRJ),
Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Helion Póvoa (UFRJ), Helena Mena Barreto (USP),
José Antonio Fialho Alonso (FEE), José Antonio Puppim (FGV), José Antonio Gomes de Pinho (UFBA), Lucia Bogus (PUC-SP),
Luciana Corrêa do Lago (UFRJ), Maria Celia Nunes Coelho (UFRJ), Maria Lucia Refinetti (USP), Nadia Somekh (Mackenzie),
Orlando Alves Santos Junior (UFRJ), Pedro Novaes (UFJF), Ralf Edmundo da Silva Matos (UFMG),
Reginaldo Souza Santos (UFBA), Robert Pechman (UFRJ), Rosa Moura (IPARDES), Rosana Baeninger (Unicamp),
Rovena Negreiros (Unicamp), Sandra Lencioni (USP), Sergio Azevedo (UENF), Solismar Fraga Martins (FURG)

PROJETO GRÁFICO

João Baptista da Costa Aguiar

CAPA, COORDENAÇÃO E EDITORAÇÃO

Ana Basaglia

REVISÃO

Fernanda Spinelli

IMPRESSÃO CTP

Assahi Gráfica e Editora

Indexada na *Library of Congress* (EUA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.8, n.1,
2006. – : Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor
responsável Henri Acselrad : A Associação, 2005.

v.

Semestral.

ISSN 1517-4115

O nº 1 foi publicado em maio de 1999.

1. Estudos Urbanos e Regionais. I. ANPUR (Associação
Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento
Urbano e Regional). II. Acselrad, Henri

711.4(05) CDU (2.Ed.)

711.405 CDD (21.Ed.)

UFBA

BC-2001-098

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS

publicação da associação nacional de pós-graduação

URBANOS

e pesquisa em planejamento urbano e regional

E REGIONAIS

S U M Á R I O

ARTIGOS

9 LÓGICA POLITÉCNICA *VERSUS* FISIOCRACIA AGRESTE – CONFLITOS EM TORNO DA GESTÃO AMBIENTAL NUM ECOSISTEMA NO LITORAL FLUMINENSE – Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel

27 SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO – RECONFIGURAÇÃO DE MARGENS FLUVIAIS EM BELÉM (PA) – Juliano Pamplona Ximenes Ponte

45 DA *FLÂNERIE* AO PROJETO DEMIÚRGICO DO *SHOPPING CENTER* – Valquíria Padilha

59 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DE

RISCO – A EXPERIÊNCIA DE JUIZ DE FORA (MG) – Maria Auxiliadora Ramos Vargas

79 A CONVIVÊNCIA COM OS RISCOS RELACIONADOS ÀS BARRAGENS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO – CONFLITOS ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS – Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Juliano Costa Gonçalves

RESENHAS

101 *Planet of Slums*, de Mike Davis – por Hernán Armando Mamani

102 *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*, de Patricia Birman e Márcia Pereira Leite – por Lidia Medeiros

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR

GESTÃO 2005-2007

PRESIDENTE

Ana Fernandes (UFBA)

SECRETARIA EXECUTIVA

Tânia Fischer (UFBA)

SECRETARIA ADJUNTA

Marco Aurélio A. de F. Gomes (UFBA)

DIRETORES

Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)

Lílian Fessler Vaz (UFRJ)

Nabil Georges Bonduki (USP)

CONSELHO FISCAL

Frederico Rosas B. de Holanda (UnB)

Leila Christina Duarte Dias (UFSC)

Rodrigo Ferreira Simões (UFMG)

EDITORIAL

Diversos saberes concorrem para a produção social do espaço. Ora eles se harmonizam, ora eles se chocam numa disputa de legitimidade pelo “ordenamento” do território. No presente fascículo da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, está em causa este encontro mais ou menos dialógico ou conflitual entre distintos saberes, sejam eles acadêmicos, de Estado ou de base prática e popular. Os dois primeiros artigos tratam das formas distintas de se gerenciar as águas, seus fluxos e suas representações. Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel discutem a dinâmica dos ambientes lacustres fluminenses, a partir de uma etnografia de seu manejo pelas comunidades de pescadores e pela engenharia sanitária e urbana, com suas distintas, conflitantes e concorrentes concepções sobre os mecanismos de seu funcionamento, priorizando ora a ótica da estagnação ora a da circulação. Segundo os autores, o caso de Maricá serve para evidenciar alguns dos dilemas resultantes do confronto de perspectivas concorrentes, com relação ao manejo de ecossistemas lagunares, em face de interesses diferenciados no processo de ocupação da faixa costeira, sobretudo nas adjacências das grandes metrópoles do litoral brasileiro. A despeito do saber politécnico ter tendido a desqualificar o saber local, no caso da “lagoa antiga” de Maricá, manejo e gestão seriam, na verdade, co-gestão e co-manejo, tributários, por parte dos pescadores, de um conhecimento naturalístico extenso, permanentemente atualizado e associado a um saber-fazer.

Ao discutir os projetos de apropriação do território de margens fluviais em Belém, por sua vez, Juliano Pamplona Ximenes Ponte discute a pretensão de se retomar a idéia de natureza na cidade e convertê-la em paisagem de consumo visual nos projetos de “sustentabilidade urbana”. Sustenta o autor que sob o aparente consenso em torno da necessidade de desobstrução da orla fluvial, grupos de interesses diferentes disputam o território, verificando-se antecipação de ganhos por parte de agentes do mercado imobiliário e tendência à reprodução da desigualdade no acesso às benesses do território, entre as quais a localização nas proximidades do rio e o acesso à água.

O texto de Valquíria Padilha retoma as raízes históricas dos *shoppings centers* a partir das organizações espaciais e das lojas de departamento criadas na Europa no século XIX, para evidenciar a importância de se fazer um enlace analítico entre capitalismo, consumo e espaço urbano de modo a entender este objeto enquanto local de lazer reificado e do desejo de participar do mundo de sonhos vendidos pela publicidade.

Os dois artigos subseqüentes procuram problematizar a perspectiva objetivista do risco quando aplicada à caracterização da condição de moradia em áreas consideradas perigosas ou à construção e operação de barragens no semi-árido nordestino. Maria Auxiliadora Ramos Vargas analisa as trajetórias de moradia de famílias removidas de áreas tecnicamente condenadas no município de Juiz de Fora/MG, registrando o modo como se constitui a resistência da população à noção técnica dominante do risco. A autora procura mostrar como os moradores reelaboram a noção de risco de modo a justificar a sua permanência no lugar – com garantia da posse dos ativos previamente construídos – em resistência à noção técnica de risco, que justifica sua remoção.

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Juliano Costa Gonçalves, por sua vez, trazem à luz problemas relacionados ao colapso de barragens construídas no semi-árido nordestino. Os autores sugerem que, embora as barragens sejam apresentadas como solução técnica visando o controle de desastres oriundos de eventos extremos relacionados à água, elas não teriam conseguido fazê-lo a contento, uma vez que acentuados períodos de seca ou de cheia mantêm as agruras historicamente conhecidas pela população local, associando a estas, agora, a convivência com novos riscos trazidos pela própria solução técnica do represamento das águas.

O presente fascículo traz igualmente duas resenhas de publicações recentes – *Planeta favela*, de Mike Davis, e *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*, organizado por Patricia Birman e Márcia Pereira Leite.

HENRI ACSELRAD
Editor responsável

ARTIGOS

LÓGICA POLITÉCNICA VERSUS FISIOCRACIA AGRESTE

CONFLITOS EM TORNO DA GESTÃO AMBIENTAL
NUM ECOSSISTEMA NO LITORAL FLUMINENSE

MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO
ARNO VOGEL

RESUMO *Este artigo busca descrever e analisar a atividade da pesca artesanal no município de Maricá (RJ), para chegar, finalmente, à discussão dos impactos socioambientais da expansão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro sobre suas lagoas e restingas. O registro da evolução histórica da paisagem de Maricá, a partir da literatura dos viajantes – naturalistas e geógrafos –, desde o século XIX, constitui, juntamente com uma ampla discussão da natureza, dinâmica e perspectivas dos ambientes lacustres fluminenses, o cerne da proposta para uma etnografia de seu manejo, pelas comunidades de pescadores e pela engenharia sanitária e urbana, com suas distintas, conflitantes e concorrentes concepções dos mecanismos de seu funcionamento (estagnação versus circulação); nesse caso, analisa-se a relação do conjunto de lagoas com o mar, ou seja, a questão das barras oceânicas permanentes versus barras oceânicas sazonais.*

PALAVRAS - CHAVE *Comunidades pesqueiras; pesca lacustre; manejo de ecossistemas lacustres.*

LAGOAS E LAGUNAS, OU AS ÁGUAS INTERIORES E O MAR

Se a existência da água é marcada, sobretudo, pela circulação, o estancamento de seu fluxo, numa lagoa, pode levar-nos a encará-la como um acidente no sistema da hidrosfera. Para a fascinação que exerce, contribui, além desse caráter episódico, a consciência de se estar, neste caso, diante de um mundo de delimitações precisas, cuja autonomia relativa e escala reduzida lhe conferem uma situação privilegiada para a pesquisa dos fenômenos biológicos que favorece e abriga.

As formas de vida que se conjugam numa lagoa resultam tão acidentais para a biosfera quanto o microcosmo lagunar o é para a hidrosfera (Bates, 1965, p.71). A razão para pensar dessa forma torna-se evidente quando comparamos os lagos com o mar, em que os sais, dissolvidos em proporção constante, configuram um *habitat* universal, relativamente contínuo, no tempo e no espaço.

O mesmo não se pode dizer das águas interiores. O ambiente químico das bacias hidrográficas e lagoas assume, pois, um aspecto distinto, não só em oposição ao dos mares, mas de um caso para outro. Em virtude de sua composição infinitamente diferenciada, essas *miniaturas* se distribuem ao longo de um gradiente que vai da salinidade superlativa dos “mares mortos” às águas doces dos lagos de montanha, passando pelas lagoas salobras das bordas litorâneas.

Esses microcosmos acidentais que são os lagos, lagoas e lagoas, frutos da interrupção do fluxo constante das águas, têm sua própria forma microcós mica nos corpos lí-

quidos que se acumulam nas concavidades dos tocos de pau ou nas câmaras dos internódios dos bambus, réplica dos lagos tectônicos, no mundo vegetal.

Miniaturas de miniaturas, tais formas de águas cativas são ainda mais extraordinárias do que suas congêneres. Não só pelas dimensões infinitamente reduzidas, mas por elevarem ao máximo a descontinuidade no tempo e no espaço, característica geral das águas interiores. Uma poça d'água, por exemplo, ressalta, pelo seu caráter efêmero, o aspecto transiente daquelas, enquanto uma bromeliácea é um *tour de force* da natureza, no que tange à descontinuidade espacial das águas confinadas. Cada uma dessas vistosas epífitas é, com efeito, uma espécie de pequeno lago suspenso onde podemos encontrar formas de vida que ocorrem, igualmente, nos charcos e brejos.

Se é verdade que a duração dos mares é ininterrupta, como a sua extensão, a restinga, aprisionando um braço de mar, introduz essa parte do oceano na temporalidade distinta das águas interiores, privando-a, assim, da sua originária autonomia como *habitat*.

A laguna que resulta desse processo dependerá não só da relação com as águas da terra, das bacias hidrográficas, por exemplo, mas, também, para a reprodução de sua variada e múltipla riqueza biológica, dos caminhos da vida que vem do mar. Sua estabilidade e perduração, como domínio da biosfera, são o resultado direto do equacionamento de um problema de mecânica dos fluídos.

Se “a história da vida na água doce ... não pode ser compreendida sem constantes referências tanto ao mar, como à terra” (Bates, 1965, p.71), o mesmo poderá ser dito, e com muito maior razão, das águas que o litoral subtraiu ao oceano, muito embora com a cumplicidade deste. No caso de Maricá, conjunto de lagunas engastadas na restinga fluminense, e para todos os outros conjuntos do mesmo gênero, vale não só a dupla referência à terra e ao mar, como, ainda, a menção do encontro periódico das águas, de uma e outra parte. É em virtude desse encontro que se regulam a sazonalidade característica deste tipo de sistema. São determinadas conjunturas da vazão dos caudais com as marés oceânicas, durante a época das chuvas ou por ocasião de precipitações excepcionais fora delas, que tornam possível esse intercurso. Sua realização pode ser considerada, pois, o fato crítico do regime das águas em todo o sistema lacustre. Desse modo, cabe-lhe a preeminência como variável do equilíbrio hidráulico da laguna. A solução que por seu intermédio se dá ao problema das cheias tem implicações diretas para os ritmos da vida nas lagoas, pois determina os estados sucessivos do equilíbrio instável das espécies, em cada uma delas e no sistema como um todo.

A comunicação deste com o mar revela, assim, sua precedência sobre todas as demais variáveis necessárias à compreensão do seu funcionamento. E, neste sentido, será de importância crucial, não só que ocorra (ou deixe ocorrer) tal intercurso, mas a maneira como ele ocorrerá, isto é, o lugar, a freqüência e a amplitude do fenômeno. E no caso de ser ele o fruto de um tipo qualquer de intervenção humana, pode-se aventar a hipótese do seu caráter crítico tanto para o sistema de lagoas, domínio da biosfera, como para aqueles que lhe atribuíram um papel, de algum modo estratégico, na sua vida social.

O SISTEMA LAGUNAR DE MARICÁ

A lagoa de Maricá, situada a 23° 55' S e 42° 50' W, faz parte de um sistema de lagoas interconectadas, das quais a de Maricá, *stricto sensu*, ocupa cerca de 19 km². As *Observações biogeográficas durante a abertura da barra da lagoa de Saquarema* (Oliveira et al.,

1955) descrevem seis lagoas engastadas na planície litorânea, ao longo da costa, que se estende por cerca de 20 km em linha reta, formando a borda meridional desse sistema. São elas, na direção leste, a lagoa Brava; o lago Grande (a lagoa de Maricá, no sentido estrito), às vezes também chamada lagoa de São José; o lago do Bacopari; a lagoa da Barra; o lago do Padre e a lagoa de Guarapina.

À época, a totalidade da superfície do sistema atingia cerca de 46,2 km², por ocasião das cheias. Na vazante, entretanto, ou seja, quando se estabelecia uma comunicação com o mar, rasgando o cordão arenoso do litoral, esse espelho ficava reduzido a apenas 35,8 km². O espraído, ora seco, ora submerso, cobria uma área de pouco menos de 11 km².

Durante as enchentes, o nível máximo do sistema encontrava-se a 2,4 m acima do zero hidrográfico. O nível médio das águas era de 1,2 m, equivalente ao nível médio do mar. Na sua cota mínima, o sistema acompanhava o nível mais baixo da maré na vazante, isto é, com a barra aberta.

Nesse sistema, o lago Grande faz jus ao seu nome, pois sua superfície correspondia a 20,5 km² na cheia – mais que o dobro, portanto, daquela da lagoa de Guarapina (9,4 km²), e quase três vezes a superfície da lagoa da Barra (7,4 km²). As lagoas menores – do Padre, do Bacopari e Brava – perfaziam pouco mais da oitava parte da superfície total, somando-se as áreas dos seus respectivos espelhos na época das cheias (1,2 km² + 4,3 km² + 0,10 km²).¹

Apesar da cartografia, que, no dizer de Lejeune de Oliveira, era imprecisa até 1955, foi-lhe possível identificar 21 rios e córregos, os quais, formando uma bacia hidrográfica de aproximadamente 230 km², influíam no regime do sistema lagunar. Sob a forma de vales colúviais-aluviais, amplos e planos, essas vertentes convergiam para as distintas lagoas, a partir de um anfiteatro montanhoso constituído pelas serras de Inoã, do Calaboca, dos Macacos, da Caçarotiba, do Silvado, do Caju e de Jaconé, cuja altitude chega aos 600 m. Acrescidos das águas pluviais, que se precipitavam nos 40 km² da bacia hidráulica, esses fluxos provocavam notáveis alterações sazonais de volume, no conjunto, durante o período das chuvas.

Com o volume, entretanto, alterava-se, ainda, e, sobretudo, a composição das águas. No auge da vazão, aumentava, em quantidade e variedade, o húmus dissolvido que os caudais carreavam para dentro do sistema. A salinidade variava, de forma concomitante, em virtude do processo de dissoluções sucessivas. A magnitude de tais variações não era, entretanto, uniforme. Apresentava-se, ao contrário, diferenciada de acordo com o lugar. De um modo geral, tendia a ser maior nos pontos interiores e nas extremidades do sistema, ao passo que, por exemplo, na lagoa da Barra, onde se abria a comunicação com o mar, conservava-se melhor a salinidade das águas.

Convém acrescentar que o clima da região é tropical. A temperatura média anual oscila entre os 22° C e os 26° C, não baixando de 12° C, no mês mais frio, cuja média fica acima dos 18° C. O maior volume de precipitações verifica-se de dezembro a fevereiro, assinalando-se os meses de janeiro e julho como o mais e o menos chuvoso, respectivamente.

A “LAGOA ANTIGA” E AS BARRAS NATIVAS

John Luccock, um comerciante inglês, empreendeu, em 1813, a primeira de suas *Viagens para Oriente do Rio de Janeiro* (Luccock, 1975), a qual, como as demais, iria levá-lo à região de Maricá.

1 Na vazante, com a barra aberta, as superfícies diminuíam em proporções desiguais, como se pode verificar comparando os valores estabelecidos pela pesquisa Oliveira et al., 1955, p.172.

Ao seguir o tradicional caminho que acompanhava a “pancada do mar”, deparou-se com uma cena que julgou digna de figurar nos seus apontamentos sobre o “grande lago”:

De uma feita, cheguei à barra, conforme lhe chamam, ali por perto da maré rasa e momento em que as águas se retiravam com grande fúria. Estava uma canoa à espera, mas o canoieiro recusou-se a passar-nos e a nossos cavalos antes que a maré virasse. Isto nos forneceu a oportunidade de observar a corrente; media então cerca de setenta jardas de largo, tendo derruído o banco de areia até a profundidade de quinze pés; as margens do canal eram quase a prumo, mas desbarrancavam-se a todo instante, pelo ímpeto e erosão das águas a seu pé. (Luccock, 1975.)

Tais circunstâncias impediram a travessia dos viajantes, que tiveram de pernoitar nos arredores, consolados por um farto e saboroso jantar de pescado fresco. Na manhã seguinte, a comitiva tratou de renovar seus esforços para transpor o canal. Devido à hora, no entanto, foi de novo frustrada no seu intento, por causa da vazante. Luccock e seus companheiros puderam assistir, então, a outra cena destinada a causar-lhes grande impacto:

Oito cavalos se achavam no momento bem no meio da caudal, que ampliara sua largura para duzentas jardas; as equipagens de duas canoas estavam fazendo tudo para ajudá-los a resistir à correnteza, mas assim mesmo estavam sendo arrastados, dando-os os espectadores por perdidos; conseguiram, no entanto, tomar pé, antes de atingirem o rodaminho que se formava no encontro das águas com o oceano. (Luccock, 1975.)

A importância da descrição de Luccock reside no fato de ser ele o primeiro que, ao registrar uma *abertura de barra*, confere ao acontecimento a magnitude que vamos encontrar também em Saint-Hilaire (1974, p.144) e, mais tarde, na descrição de Lejeune de Oliveira.

Este último refere-se a um canal cuja abertura, do lado da lagoa, chegava a 80 m, e que vazava no mar por uma boca de 120 m de largo. O encontro com as águas do oceano provocava, de acordo com o seu testemunho, ondas, numa extensão superior a 1 km, formando um arco de arrebentação cujo raio media em torno de 250 m. Quanto ao modo de abertura desse canal, acrescenta que os próprios pescadores, com a ajuda de “outras pessoas”, tinham-no cavado no lugar a que se denominava *Barra da Emergência*.² O traçado seguiu por onde os pescadores afirmaram que a areia era “mais fofa”. Informa, ainda, ter o vazadouro começado “como uma vala estreita”. No espaço de poucas horas, porém, ela foi ganhando largura e aproximando a lagoa do mar. Em pouco tempo, aumentou a declividade do sangradouro, cuja descarga cresceu até se tornar bastante impetuosa.

As fórmulas de hidráulica fornecem números impressionantes. O volume d’água a ser despejado no mar corresponderia a cerca de 92 bilhões de litros. Desse total, escoavam, nos cinco primeiros dias de barra aberta, aproximadamente, 55 bilhões de litros; numa descarga constante em torno dos 130 m³ por segundo. Depois, a lagoa passava a oscilar de acordo com as marés. Nesse período, que durava entre vinte dias e um mês, eram renovados os 37 milhões de m³ restantes (Oliveira et al., 1955, p.181-2).

É fácil imaginar a impressão causada por um fenômeno desse porte. Nem o mais sóbrio dos homens de ciência poderia presenciá-lo indiferente. Ainda mais quando se levam em conta as implicações hidrobiológicas desse espetáculo hidráulico. Além do turbilhão

² O termo emergência não deve, aqui, ser tomado no sentido de acontecimento fortuito, perigoso ou incidental. Refere-se, antes, ao segmento da faixa litorânea onde se costumavam abrir as barras, isto é, onde a comunicação com o mar se mostrava, manifestava, surgia sempre que se resolvia abrir um “sangradouro” como remédio para o estancamento protraído das águas do sistema.

das águas vertidas no oceano e do vaivém das marés, a comunicação com o mar ensejava uma vasta e variada migração de seres vivos, barra adentro:

Junto com o plancton marítimo, as diatomáceas *COSCONODISCUS*, *MELOSIRA*, *BIDDULPHIA*, que são Centrales, e numerosos copépodos marítimos *Balanus* sp. entravam também para a lagoa, as larvas dos camarões do gênero *PENAEUS*, planctônicas e oceânicas, aí penetravam ... em massas arredondadas, como se fossem várias bolas indo sangradouro acima ...

Os camarões larvários ficavam nas lagunas que eram mais salgadas, como a Laguna da Barra e muito depois é que passavam para a lagoa de Bacopari. Os camarõezinhos na maioria passavam o dia se enterrando nos fundos macios e semi-arenosos, ou se escondiam por entre as algas verdes *ENTEROMORPHA*, chamadas popularmente de “lixo-do-camarão” e por entre os “lixo-capim”, *RUPPIA* sp. Geralmente, com o cair da tarde, é que eles entravam em maiores atividades natatórias, invadindo pouco a pouco as outras lagunas. Não eram ocupadas pelos camarões do gênero *Penaeus* nem as lagunas Brava e Guarapina, estas, mais confinadas com as águas doces, tinham poucos pitus, sendo alguns do gênero *Macrobrachium* ...

Com a entrada de água do mar, entrou também formidavelmente o camarão *Penaeus brasiliensis*, a tainha *Mugil* lisa sendo que esta ficou uns 5 meses na lagoa: até Novembro de 1951; do mesmo modo entraram em grandes quantidades os paratis *Mugil curema* e as tainhas *Mugil platanus*, que são as de curso, e o curso passava em Maio por Maricá ... Durante o mês de Maio em que havia sempre comunicação da lagoa com o mar, com o sangradouro aberto, pescou-se muito o faqueco *Carangops amblyorhynchus*, tendo ele acabado assim que o mar fechou o sangradouro com areia, em Junho de 1951. Outros peixes que entraram foram: os pampos, e pampos galhudos: *Tranchinoutus falcatus*, e as guaibiras *Oligoplites saurus*, em quantidade média, pouco menor que a de tainha. Os peixes do gênero *Oxylabrax* existiram em quantidade muito grande sendo eles o *Oxylabrax undecimalis* (o robalo), os *Oxylabrax parallelus* (a cangurupeba), e o *Oxylabrax euciferus* (as pebas). Também quando a lagoa mantinha-se aberta havia peixes da família *Eucinostomidae*, entre eles os carapicus verdadeiros – *Eucinostomus harengulus*, e são de época de sangradouro aberto as pescas de caratingas – *Diapterus brasiliensis*, de canhanhas – *Archosaurus unimaculatus*, as de salemas – *Anisotremus virginicus*, mas em quantidades bem menores a dos outros peixes, assim também, como em quantidade ainda menor as corvinas marisqueiras *Micropogon opercularis*, e as corvinas de linha *Micropogon undulatus* ... Em muito grande quantidade havia a *Brevoortia tyrannus* (a savelha), mas esta entra em águas muito rasas ... mas ela é uma qualidade de sardinha sem saída no mercado ... Estes foram os peixes que entravam na “lagoa antiga”, e pela última vez entraram em grande massa em Maricá, em 1951. (Oliveira et al., 1955, p.181-5.)

Não eram só os camarões que entravam, no entanto. Além deles, penetravam nas águas da lagoa outros muitos peixes marinhos. Os mais importantes deles eram a tainha de curso (*Mugil platanus*), a tainha da lagoa (*Mugil lisa*), a corvina (*Micropogon* sp.), as savelhas (*Brevoortia tyrannus*), paratis, enchovetas, robalos, canhanhas, bagres, salemas, caratingas e carapicus, solteiras, pampos, ubaranas e faquecos. Entravam, ainda, o siri-puã (*Callinectes sapidus*), o siri-candeia (*Portunus spinimanus*), as caracas (*Balanus amphitrite* var. *niveus*) e moluscos, como o *Solen* sp.

Todos esses seres provenientes do mar conseguiam sobreviver muito bem, se o pH das águas da lagoa permanecesse elevado e seu regime se mantivesse entre o euhalino e o polihalino. Quando, no entanto, as águas deixavam de ser alcalinas e a concentração dos

sais configurava um regime do mesohalino forte para o oligohalino, essas formas de vida recuavam, acabando por extinguir-se totalmente (Oliveira et al., 1955, p.181-4).

Embora o *sangradouro* seja descrito com minúcia e força expressiva por Luccock e Oliveira quanto as suas dimensões, e, especialmente, quanto aos fluxos que através dele se davam, seja do ponto de vista hidráulico, seja em relação aos seus aspectos hidrobiológicos, a falta de detalhes adicionais sobre o processo da abertura da barra é frustrante. A representação do evento parecia remeter, para além dele mesmo, a uma realidade invisível. O trabalho de campo subsequente tratou de suprir essa deficiência o melhor que pôde.

Certa feita, um velho pescador acompanhou o etnógrafo até o local das barras nativas. De pé, no alto do cômodo que separa a lagoa da Barra do oceano, estendeu-se sobre o assunto, numa preleção detalhada, em que as palavras se esclareciam por meio de indicações gestuais e de desenhos traçados na areia da duna com uma vareta. Foi essa explicação que desvendou a face invisível à qual aludimos anteriormente, fornecendo ao etnógrafo um protótipo para a compreensão de todas as aberturas de barra. Com base nele foi possível, então, restituir o procedimento, passo a passo, revelando uma espécie de forma arquetípica dessas aberturas.

Em primeiro lugar, tudo dependia da *maré de chuva*, que não era senão o resultado das precipitações nas diversas bacias hidrográficas que desembocavam no sistema. O período das chuvas vai, *grosso modo*, de outubro a abril, com piques nos meses do verão. O período seco vai de maio a setembro. Isso não exclui descargas extemporâneas, capazes também de encher a lagoa.

As cheias alteravam o nível e a composição das águas, tornando-as, aos poucos, salobras ou quase doces, em certos lugares. Cobriam os espraiados, galgando as margens e inundando os baixios. Alagavam as terras de pasto e lavoura. E, a partir de determinado momento, começavam a invadir as ruas da vila. A essa altura, a pesca se tornava mais e mais difícil. Os apetrechos, adaptados à menor profundidade da lagoa, já não funcionavam a contento. As cracas, presas aos seus diversos substratos (pedras e galhos), estavam mortas, apodrecidas. Em contrapartida, espécies de água doce, como as vorazes traíras, por exemplo, apareciam por toda a parte. Os camarões, os robalos, as tainhas e os paratis já não se encontravam mais. As redes saíam da água pesadas, não em virtude da safra de peixe, mas por causa da “sujeira”.³ Nas várzeas, as fazendas e sítios começavam a ter problemas com o gado e as plantações. O escoamento da produção ficava comprometido, porque as estradas se encontravam inundadas nas partes mais baixas.

Os habitantes da vila de Maricá, sede do município, começavam a se queixar não só dos mosquitos, que se multiplicavam com exuberância, mas pelo fato de que não se podia mais transitar “sem molhar os pés”. Os negócios estancavam e os comerciantes começavam a temer pelos seus estoques, ameaçados pelo avanço da enchente. Nessas circunstâncias é que se podia e devia cogitar a abertura de uma barra.⁴

A resolução de abrir uma *barra*, entretanto, não dependia apenas do nível das águas. Era uma das variáveis a serem consideradas, mas não a única. De igual valor para a decisão era a *maré de Lua*. Com a lagoa no seu nível máximo, procurava-se fazer coincidir a *barra* com a Lua nova ou cheia, quando as marés têm sua maior amplitude. Se fosse possível aproximá-la do equinócio, melhor ainda. Mesmo em torno dessas poucas variáveis, o acordo não era nem simples nem fácil. Também aí eram tantas as sentenças quantas as cabeças. As diferentes localizações dos assentamentos de pescadores, no contorno, faziam variar interesses e perspectivas; e o conflito era uma virtualidade iminente.

³ Assim denominam os pescadores não só a galharia, arrastada pelas águas dos rios, como também a exuberante vegetação subaquática, que se expande nesse período do ciclo lagunar.

⁴ Em Zacarias, povoado da restinga a partir do qual se desenvolveu o trabalho etnográfico, costumava-se apontar uma amendoeira, na beirada do lago Grande, como o marco de tolerância das cheias. Essa média correspondia ao que era razoável, leia-se: suportável, no âmbito do sistema, para pescadores, agricultores e habitantes da vila.

Por esse motivo, as aberturas de *barra* eram decididas com a interveniência do poder público, cuja participação estava regulamentada nas posturas municipais, desde os primeiros anos do século XVIII, pelo menos. Essas posturas previam, ainda, a existência de um *fiscal da barra* (ou da lagoa), designado pela municipalidade para se ocupar de tudo que dissesse respeito ao assunto. Além da palavra final sobre a *abertura*, cabia ao poder público a prerrogativa de expedir a convocatória dos pescadores. Em virtude disso, eles eram obrigados a participar; e todos os assentamentos tinham de se fazer presentes, havendo listas nominais para fins de controle. As ausências tinham de ser justificadas. Decidida a oportunidade e convocados os participantes, entravam em cena os *riscadores* ou *mestres de marca*, provenientes, invariavelmente, de Barra de Maricá, e respondiam pelo traçado da barra, de acordo com um saber que, não sendo esotérico, passava, no entanto, de pai para filho, dentro de algumas poucas famílias, às quais conferia autoridade e prestígio.⁵

A responsabilidade do riscador era tão grande quanto era complexa a sua função. A barra tinha de *tomar carreira* e permanecer aberta durante pelo menos vinte dias. Daí para mais, sendo o ideal em torno de um mês. Barras de quarenta dias a um mês e meio, como a sempre lembrada de 1917, eram excepcionais. Para chegar ao desenho mais adequado, o *mestre* levava em conta, além da época e das marés, a direção dos ventos e das correntes marítimas junto à costa. Tinha, ainda, de levar em consideração os prognósticos relativos ao tempo, a possibilidade de eventuais mudanças, pronunciadas na temperatura e cor da água, bem como na formação das nuvens. Com base em tudo isso tinha de escolher o ponto exato de ruptura do cordão arenoso e, finalmente, determinar e demarcar o *risco da barra*. Daí por diante, competia-lhe a supervisão dos trabalhos.

O risco da barra configurava um triângulo cuja base estava na beirada da lagoa e cujo ápice encontrava-se voltado para o mar, sobre a *costeira*. Esse triângulo era dividido em três secções: a *caixa d'água*, junto à lagoa; a *cabeça grande*, no meio; e o *sangradouro*, junto ao mar. O trabalho era executado por três turmas e consistia na escavação dessas três secções, até que os níveis do mar e da lagoa se equiparassem. Isso era feito mantendo-se, entre um e outro desses *cômodos*, diques de areia relativamente estreitos – *os bancos*. Concluída a tarefa, esses bancos eram rompidos; um após o outro. Primeiro, cortava-se o que separava a *caixa d'água* da lagoa. Tendo esta inundado o *cômodo* inteiro, rompia-se a comunicação com a *cabeça grande*. Por fim, cortava-se o banco de areia que separava esta última do *sangradouro*.

Do mais encarregava-se a própria força da lagoa, escavando o que restava do cordão litorâneo até começar a verter-se, com ímpeto, no mar. Desse ponto em diante, a *barra tomava carreira* e vazava, ininterruptamente, durante três dias e três noites. Depois, prevaleciam as *marés*. Na preamar, as águas do oceano rolavam lagoa adentro, formando uma turbulência à qual os pescadores davam o nome de *cavaleiros* e que aprofundava ainda mais o canal. Na baixa-mar, a lagoa voltava a correr para o oceano. Esse regime devia perdurar de vinte a trinta dias para cumprir sua função. Em seguida, costumava fechar-se graças ao que Alberto Ribeiro Lamego (1964) chamava de o “dinamismo construtivo do mar”.

Durante todo o tempo em que permanecia aberta, deviam respeitar determinadas interdições. Não era permitido tarrapear, nem no canal nem tampouco na boca da barra. Do mesmo modo, ficavam suspensos todos os tipos de pescarias. Tolerava-se, apenas, o lanço de tarrafa na beirada. Até mesmo o trânsito de canoas ficava restrito a algumas poucas travessias. Entre as alternativas que restavam, encontrava-se a da pesca de linha, na costeira.

5 Ainda hoje são lembrados os nomes de Manoel Gerônimo, João Ferreira e Hilário Costa, membros de uma geração de riscadores famosos. Teófilo, Hernandes e Ito são nomes mencionados quando se pergunta pela última geração de mestres de marca da Barra de Maricá.

6 Nesse abrigo ficam guardadas as ferramentas (pás, enxadas etc.) para uma eventual intervenção de emergência.

7 O vento de lés-sudeste (LSE) constitui uma das eventualidades capazes de levar a isso.

8 Esse torvelinho alcançava cerca de 1 km de diâmetro e formava o que os pescadores chamam de *coroa*, como é possível constatar, também, no relatório de Lejeune de Oliveira et al. (1955, p.181).

9 A orientação propícia é sul-sudeste (SSE), quando a correnteza carrega a areia na direção de Ponta Negra.

Junto à barra devia manter-se vigília permanente. Chegava-se até a construir um abrigo temporário com essa finalidade.⁶ O objetivo era impedir qualquer transgressão das regras e também observar o comportamento da própria barra. Era preciso evitar a qualquer custo, por exemplo, que a *boca* viesse a *entortar*.⁷ Com esse fim, mantinha-se pronta uma *porta* – espécie de grande tapagem feita com tábuas, caso fosse necessário o bloqueio da correnteza, quando essa ameaçasse assorear o canal. Durante as três primeiras noites, alimentavam-se fogueiras no alto do cômodo para alertar os barcos pesqueiros, que, segundo se afirmava, corriam o risco de ser tragados pelo rodamoinho ou encalhar nos baixios que se formavam mar adentro.⁸

O tempo durante o qual uma barra ficava aberta dependia, em grande parte, do mar. Enquanto as águas corresse do sul⁹ não se acumulava areia na desembocadura do canal. Bastava, no entanto, que a direção mudasse, com alguma força, para lés-nordeste (LNE), e o assoreamento tornava-se inevitável. Em poucas horas, recompunha-se o cordão litorâneo, interrompendo a comunicação entre o mar e a lagoa. Ficava então decretado o período de defeso, com duração de noventa dias. Ao longo dele, era terminantemente proibida a pesca do camarão. As demais pescarias, entretanto, ficavam liberadas, e a vida no entorno das lagoas retomava seu curso normal.

Podiam-se abrir, durante o ano, uma ou mais barras. Havia anos em que se abriam três, e até quatro, de acordo com os índices pluviométricos. Em alguns desses casos, a barra era, verdadeiramente, uma medida de emergência. Em geral, no entanto, uma abertura de barra devia ser concebida de modo a coincidir com a desova do camarão e com a “corrida da tainha”. Os meses de janeiro a abril, até o início de maio, eram os mais favoráveis, embora também se pudessem abrir barras em agosto ou setembro. Durante os meses de junho e julho, deviam ser evitadas, para impedir a saída da criação. Jamais se abriam barras em outubro, pois seria trabalho inútil, já que, segundo os pescadores, “não entra nada durante esse mês”.

Em Maricá havia duas grandes festas. Uma delas, a da padroeira Nossa Senhora do Amparo, existe ainda e não parece ter perdido sua importância e brilho. Todos os anos, na mesma data, há missas, procissões, quermesses. Muitos filhos da terra voltam para participar das comemorações e rever familiares e amigos. O foco dessa celebração é o centro da vila, em torno da igreja matriz. Em contraste com ela, a outra grande festa era móvel e podia acontecer mais de uma vez por ano. Era celebrada sempre no mesmo local da restinga, aquele onde, sob o nome de *barra de emergência*, costumava acontecer o consórcio do mar e da lagoa. O grande festejo da abertura de barra, no entanto, não existe mais. Desde a inauguração do canal de Ponta Negra, as barras nativas escassearam. Em mais de quarenta anos, houve apenas quatro. E de qualquer modo, não foram mais do que pálidos reflexos das aberturas de barra praticadas outrora em Maricá. As razões para esse fato devem-se à implementação, a partir do final dos anos 40, da política pública de saneamento na região.

10 O engenheiro Saturnino de Brito, encarregado, em 1922, da elaboração de um projeto de saneamento para a lagoa Rodrigo de Freitas (RJ), foi o primeiro a estabelecer um cálculo numérico do regime de descargas mútuas entre o mar e a lagoa (Brito, 1944, p.1-91).

CANAL DE PONTA NEGRA E A “LAGOA MODERNA”

As lagoas de Maricá não seriam as primeiras nem as únicas submetidas a processos de intervenção inspirados pela proposta do saneamento. Antes delas, já a lagoa Rodrigo de Freitas fora objeto de ações saneadoras. A principal tinha sido a abertura de um canal permanente de comunicação com o mar, construída por Saturnino de Brito,¹⁰ e conhe-

cida como barra do Vidigal, essa ligação com o oceano tornou-se perene graças ao fato de ter sido rasgada em solo rochoso. Foi ela que serviu de modelo ao engenheiro Saturnino Braga,¹¹ responsável por um projeto análogo para o complexo lagunar de Maricá.

Desse modo, veio acrescentar-se à drenagem dos pântanos, à retificação e desobstrução de canais e à abertura de escoadouros para as águas estagnadas, o canal de Ponta Negra, aberto em 8 de maio de 1951. Com ele, o sistema passou a ter duas ligações a céu aberto com o mar, pois, no seu extremo ocidental já existia o velho canal da Costa. Desse dois, o primeiro cumpria, como *inlet*, uma função inversa à do último, que era do tipo *outlet*. Através do canal de Ponta Negra passou a ocorrer, então, a entrada e saída da água salgada, ao passo que as águas doces e salobras excedentes eram, ou deveriam ser, esgotadas pelo canal da Costa.

Essa, no entanto, não é a descrição dos fatos tal como eles se deram efetivamente a partir da solução implementada pela engenharia sanitária em Ponta Negra. É apenas a repetição da fórmula teórica do projeto saneador. Não que o canal de Ponta Negra não tivesse cumprido a função à qual se destinava. Quanto a isso parece não haver dúvida. Se dermos crédito ao testemunho de Lejeune de Oliveira – que acompanhou o desenrolar dos acontecimentos –, a partir da conclusão das obras de engenharia hidráulica, o canal “preencheu 100% as finalidades para as quais fora construído, isto é, não deixar a lagoa inundar com as chuvas, e acabar com os focos de mosquitos, principalmente os da malária, enfim, sanear a região” (Oliveira et al., 1955, p.205). Nesse sentido, o caso de Maricá pode, realmente, ser considerado exemplar. Graças à ação combinada da engenharia sanitária e de inseticidas à base de DDT, o impaludismo recuou na área de forma tão radical que em pouco tempo foi dado como extinto, costumando contabilizar-se tal vitória como uma das mais notáveis nas campanhas de erradicação de vetores em toda a Baixada Fluminense (Oliveira et al., 1955, p.189).

O canal que liga a lagoa de Guarapina ao mar inaugurou, na região, o que poderia ser considerado um *novo regime* das águas. Com ele, interrompeu-se uma convivência multissecular com as febres palustres e com as enchentes sazonais, que tinham marcado o ritmo da vida e a morfologia histórico-social de Maricá.

Dispositivo da engenharia sanitária destinado à regularização dos desequilíbrios hidráulicos do sistema lagunar e à conseqüente neutralização de seus efeitos deletérios sobre a saúde pública, o êxito do canal estava assegurado. Somente nos cálculos, porém. Os dados técnicos de sua construção¹² garantiam-lhe, com efeito, uma descarga de 45 m³ por segundo, num total de 3.505.000 m³ a cada 24 horas. Dessa maneira, conseguiria dar vazão às águas, até mesmo no caso dos índices mais drásticos de precipitação (cerca de 68 mm por dia). Em seu novo regime, o nível máximo não ultrapassaria, nessas condições, 1,90 m, isto é, menos 0,5 m do que no regime antigo. Tomando-se a oscilação das marés durante 24 horas, o volume d'água renovado corresponderia a cerca de 630.000 m³. Quer dizer, com o nível médio da lagoa 1,5 m acima do zero hidrográfico, seria essa a massa d'água escoada, na vazante, igual àquela incorporada na preamar. Assim, não só deixaria de ocorrer a diluição provocada pela água da chuva, e a conseqüente baixa da salinidade, como ainda, em circunstâncias normais, manter-se-ia, apesar das descargas fluviais, um regime hidrobiológico entre 34 e 47 por mil de salinidade. Neste regime euhalino, o equilíbrio biológico da lagoa não correria, pois, nenhum risco (Oliveira et al., 1955, p.207-9).

Embora certos os cálculos, os efeitos não coincidiram com as previsões. Segundo os pescadores, “o mar não chegava mais a Maricá!”. Essa afirmativa deve ser entendida em

11 A concepção desse projeto encontra-se, nas suas linhas gerais, na *Memória n.62*, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) do Ministério da Viação, com o título de “Saneamento da Lagoa de Maricá” (Braga, 1947).

12 Comprimento de 1.500 m, forma em S, porção reta de 500 m x 30 m à boca de montante, trecho em rocha granítica de 250 m. Para os detalhes técnicos, consultar Braga (1947), e Oliveira et al. (1955, p.206).

13 Para uma discussão atualizada sobre este tipo de vegetação e a ecologia e dinâmica dos nutrientes do sistema lagunar de Maricá, ver Marques Jr., 1991.

toda a sua amplitude semântica. Significava, em primeiro lugar, que as águas oceânicas provenientes de Ponta Negra não conseguiam alcançar o lago Grande, cujas águas tendiam a tornar-se salobras. Esse fato estava relacionado, por sua vez, com os obstáculos que representavam, no caminho, a lagoa do Padre e o canal do Cordeirinho; muito rasa aquela (30 a 40 cm) e muito obstruídos ambos, por diversos tipos de plantas aquáticas (*Ruppia e Tiphthum*), cujo emaranhado os transformava em autênticos filtros.¹³ Dizer que “o mar não chegava a Maricá” significava, ainda, que a fauna marítima não lograva mais abrir caminho até o lago Grande. Não chegava, na verdade, sequer aos lagos da barra de Maricá e do Bacopari. O que sobrava das mortandades por hipotonia, no próprio canal de Guarapina, não lograva atravessar as águas turvas do lago do Padre, e muito menos a “peneira” do Cordeirinho. De mais a mais, toda uma gama de representantes da fauna marítima ficava excluída do sistema, entre eles o camarão, que, segundo os pescadores, “não entra em barra de pedra”, e ao qual Maricá deveu, outrora, o seu renome como logradouro pesqueiro.

Finalmente, o canal de Ponta Negra não se tornou crucial apenas pela influência exercida sobre os aspectos hidroquímicos e hidrobiológicos, resultantes da relação entre superfície, volume e salinidade. Sua existência interferiu, também, e de forma decisiva, na morfologia social da região, beneficiando o assentamento de Guarapina, que lhe era contíguo, pois, na percepção dos demais povoados, “bastava um gururu-pirã ou guarapino colocar suas redes no canal para colher o peixe que saía e entrava” (Oliveira et al., 1955).

Desse modo, junto com a composição das águas, alterou-se a densidade moral das posições sociais entre os pescadores de Maricá. Uma dupla inversão, portanto, que se expressava nos estereótipos locais: onde a água era “doce” passou a ser “salgada”, e quem fazia esteiras “virou” pescador. Quem era pescador, no entanto, ou se conformava com a magra e desvalorizada captura de acarás e bagres, complementando seus minguados recursos com a fabricação de esteiras, ou mudava de profissão.

De 1951 em diante, o peixe começou a escassear, afetando, em maior ou menor escala, os povoados da restinga – Zacarias, Guaratiba, Ponta Negra e Maricá, que nessa época contavam, ainda, com cerca de 800 famílias de pescadores (Oliveira et al., 1955, p.214). Assim, quando se inaugurou, em 1953, na praia de Araçatiba, o Frigorífico de Maricá, os pescadores já tinham vendido as *redes grandes*. Não havia mais quem pudesse realizar um “lanço de profissional”, pois, se não tinham acabado os profissionais, já não existia mais nem o peixe nem o camarão; e, portanto, nenhum propósito em se manter equipamentos custosos e agora desproporcionados.

Nessa época, os próprios pescadores não davam à sua atividade mais do que dois ou três anos de sobrevida (Oliveira et al., 1955). E isso não apenas devido aos escassos cardumes, mas porque, apoiando-se no argumento de que não havia (nem haveria) mais peixe e respaldado pelo retraimento da arrecadação tributária do município, teve início o loteamento da restinga e, com ele, o despejo dos pescadores em prol do avanço da cidade:

Desaparece totalmente a vegetação de restinga, aparecem as ruas de terra vermelha no meio da areia branquíssima e já dezenas de casas de veraneio com garages onde rebrilham lindos Cadillacs que vêm cada um com três ou quatro caniços envernizadosíssimos, de lado do automóvel, para a pesca de esporte, de fim de semana, em lanchinhas a motor esmaltadas, niqueladas, e impecavelmente coloridas. São os aristocráticos bairros que estão se formando, o que marca uma nova era de progresso e urbanismo nesta região, outrora devastada pela malária. (Oliveira et al., 1955, p.201.)

Nas águas da lagoa, entretanto, o “aristocrático” pescador de fim de semana só encontrava bagres, tainhotas magras, acarás e traíras, as espécies menos nobres que antes costumavam habitar apenas as “zonas de águas mais doces do sistema Maricá” e agora iam tomando conta dele (Oliveira et al., 1955, p.212). Nesse meio, onde a salinidade ficara reduzida a 8 por mil, nem mesmo os bagres e acarás chegavam a crescer como antigamente. Desse modo, os pescadores mais jovens começaram a buscar outras ocupações. Alguns poucos tentaram a sorte em outras lagoas do litoral. Na “lagoa moderna”, só os mais velhos permaneceram, teimosamente, fiéis à antiga atividade. E, mesmo assim, muitos passaram a depender do dinheiro que os filhos lhes mandavam.

Se, em 1955, os pescadores da restinga, chegavam, ainda, a 800, vinte anos depois, um levantamento do Plano de Assistência à Pesca Artesanal encontraria apenas 240 (Brasil, 1975). Por mais imprecisos que possam ser, esses dados servem para dar uma noção da escala do processo. Em duas décadas, houve uma baixa de quase dois terços na população que vivia da pesca. Com efeito, se admitirmos, para 1955, a mesma composição em média para cada família (4 a 5 pessoas), vamos encontrar um total de, aproximadamente, 3.600 pessoas, contra as 1.305 de 1975.

Assim, naquela época, Lejeune de Oliveira não estava de todo enganado quando vaticinava, entre sombrio e irônico:

O que vislumbra surgir no futuro, se as coisas tomarem este rumo, é, no fim de alguns decênios, haver outra “Rodrigo de Freitas”, mas em escala maior – com os desequilíbrios, as poluições, as mortandades, e com ótimo urbanismo. (Oliveira et al., 1955, p.214-5.)

A FISIOCRACIA AGRESTE

O caso de Maricá serve, como poucos, para evidenciar alguns dos dilemas resultantes do confronto de perspectivas concorrentes em relação ao manejo de ecossistemas lagunares, diante de interesses diferenciados no processo de ocupação da faixa costeira, especialmente nas adjacências das grandes metrópoles do litoral brasileiro.

Casos análogos podem ser arrolados não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas também do Rio Grande do Sul à Bahia, e talvez para além desses limites.¹⁴ Maricá, no entanto, é exemplar. Não só porque se encontra na periferia do Rio de Janeiro, pólo de uma vertiginosa expansão urbana, mas ainda por sua vinculação com o grande empreendimento da medicina e engenharia sanitária na erradicação do impaludismo e da febre amarela. E entre os demais sistemas lagunares que ocupam porções comparáveis da faixa litorânea, Maricá é significativa ainda em outros sentidos.

Convém, por exemplo, assinalar a sua extraordinária fertilidade como região pesqueira, historicamente conhecida e atestada tanto por Lejeune de Oliveira, como, antes dele, por Alberto Ribeiro Lamago (1945). O primeiro situa o sistema Maricá na escala mundial de produtividade, considerando os valores comparativos propostos por Naumann (1931). Quanto ao segundo, dele podemos depreender que tal fertilidade não é simplesmente uma qualidade etnocentricamente auto-atribuída pelos maricaenses. “Na Maricá”, escreve ele, tecendo uma comparação com Saquarema, Araruama, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, “embora com menor número de pescadores, os resultados impressionam pelo vulto que atingiram, visto que, nesse mesmo ano [1940] saíram da sua colônia de pesca para o Entreposto nada menos que 3.415.650 quilos de pescado, correspon-

14 Com relação ao Estado do Rio, consultar os trabalhos de Valpassos (2006) e de Colaço (2007). Para a complexidade desses ecossistemas, consultar, também, o importante estudo realizado em Iguape-Canaúna (Diegues, 1976).

dente a Cr\$ 1.931.312,00. Para se ter uma idéia desta produção, saiba que uma tal tonelagem representa mais de um quarto do total de pescado recebido das 26 colônias de pesca fluminenses e cariocas” (1945, p.46).

Os dados colhidos ao final dos anos 40 e início dos anos 50, indicavam uma produção de 3.416 toneladas/ano, ou seja, cerca de 10 toneladas/dia, o que dá, mais ou menos, 740 kg/ha/ano. Superior, portanto, aos 45 kg/ha/ano de pescado correspondentes, na mesma época, à mais alta taxa de produtividade para as lagoas européias, de acordo com a escala do limnologista Naumann (1931). Tal desempenho era solidário não só das condições fisiográficas locais, mas do peculiar regime das águas, no que se convencionou, a partir do estudo de Lejeune de Oliveira et al. (1955), chamar de “lagoa antiga”. Esse regime, por sua vez, era indissociável daquele dispositivo crucial que eram as aberturas de barra, tal como vinham sendo praticadas, tradicionalmente, na região.

As chamadas *barras nativas*, entretanto, constituíam apenas a “ponta do iceberg”. Para além delas, no próprio fundamento delas, encontrava-se todo um saber naturalístico, particularizado para o caso de Maricá, ou seja, de validade circunscrita, no tempo e no espaço, do qual as aberturas de barra eram, talvez, a expressão mais espetacular, mas de modo algum a única digna de nota. São elas, porém, as que melhor permitem entrever os complexos problemas inerentes ao manejo e à gestão sustentável de recursos naturais provenientes da pesca, e, portanto, refletir sobre as possíveis estratégias e o papel que nelas desempenham os diversos atores envolvidos nesses contextos, o mais das vezes dramáticos.

No caso da “lagoa antiga” de Maricá, manejo e gestão eram, na verdade, co-manejo e co-gestão, como tivemos a ocasião de demonstrar. Havia um prospecto, claro e definido, sobre o funcionamento ideal do sistema. Tal visão prospectiva era tributária de um conhecimento naturalístico extenso, permanentemente atualizado, sofisticado e associado a um saber-fazer, isto é, a um *manejo*. Tudo isso se encarnava, sobretudo, nos “riscadores” ou “mestres de marca”. A proficiência no ofício, entretanto, podia ser atestada (ou contestada) pelos “mestres de pescaria”,¹⁵ pois eram eles os interessados imediatos nos efeitos produzidos pelo restabelecimento sazonal da comunicação entre as águas da lagoa e as do mar. Sendo a pesca fonte da primeira e principal receita do município, tais efeitos afetavam, além dos pescadores (e de suas famílias), os comerciantes da vila e os representantes do poder público. Isso sem falar nos fazendeiros das várzeas pecuaristas e nos sitiantes das serras circunvizinhas. E, se quiséssemos ir mais longe, os grandes mercados de peixe (e camarão) de Niterói e do Rio de Janeiro. E assim todos iam, cada um à sua maneira, engajando-se nesse processo cujo fim era, desde o começo, a fecundação da lagoa, em particular deste seu ventre (“criadouro”) que é o lago Grande.

O evento revelava-se, nessas circunstâncias, como um *fato social total*. Não havia nada nem ninguém a quem não afetasse. Todos os segmentos sociais dos povoados e regiões do município tinham a ver com ele, de um modo ou de outro. E a *abertura da barra* era a ocasião mais propícia ao mútuo reconhecimento dessa diversidade, cujos atores se diferenciavam e complementavam, ao mesmo tempo. Nas aberturas de *barra* dava-se, pois, a confluência de identidades numa arena pública *sui generis*, da qual se podia dizer que constituía, verdadeiramente, uma integral do sistema de relações sociais. Era este, finalmente, para além da fertilização das águas, o grande significado que tinham as aberturas de barra em Maricá. E por isso mesmo as barras apresentavam um elevado potencial conflitivo. Existem provas suficientes em favor dessa hipótese na legislação do século passado. No *Código de Posturas*, organizado pela Câmara Municipal de Maricá em 1879 e apro-

15 O termo refere-se a todos aqueles que tinham a prerrogativa de manejar o remo de mestre, isto é, de comandar pescarias, não sendo necessariamente donos de pescaria (canoas, redes e remos).

vado pelo governo da província do Rio de Janeiro,¹⁶ há cinco artigos dedicados à abertura das lagoas: o primeiro estabelece que caberá à Câmara determinar a referida abertura;¹⁷ o segundo obriga a trabalhar nela “todos os pescadores, e todos moradores das margens das lagoas ou que do seu esvaziamento tiram imediata utilidade em suas roças e pastagens”, sob pena de multa ou prisão; o terceiro e o quarto definem o papel do fiscal da lagoa; o quinto, por fim, regulamenta a pescaria com a barra aberta.¹⁸

As aberturas de barra eram, pois, não só eventos públicos, mas eventos cuja condução cabia ao poder público, representado pelo fiscal, nomeado pela Câmara Municipal,¹⁹ e que tinha extensos poderes não apenas sobre a barra, mas também sobre a pescaria, durante sua vigência e para além dela.²⁰ Não se veja, porém, nisso tudo, uma idiosincrasia de Maricá. Circunstâncias semelhantes parecem ter prevalecido em toda a faixa litorânea do Estado do Rio de Janeiro, onde lagunas ou sistemas lagunares alimentaram, em algum momento, comunidades dedicadas à pesca.

Isto, ao menos, é o que documentos de razoável profundidade histórica permitem deduzir; como, por exemplo, o seguinte “Sumário”, relativo à Infração de Postura, datada de 1755:

Juiz, o senado da câmara. – Infração de postura. Réu, Manoel da Silva Barbosa; por pescar na lagoa Quipary dentro do tempo proibido, estando ela aberta.

O réu veio a juízo e disse que estava pronto a pagar os 68000 rs. da multa, contanto que fossem também condenados a gente do capitão-mor Pedro Velho; a do capitão-mor, que era então de S. Salvador, Felix Alves; o filho do juiz almotacé Placido da Silva, de nome Amaro; Manoel Rodrigues, filho de Julião Rodrigues Freire, com sua rede; e rede de Francisco Xavier Pereira, emendada com a de Manoel Nunes. Como também havia pescado na mesma lagoa, no dito tempo, o alcaide-mor Antonio da Silva Pessanha; o seminarista Felipe Gonçalves d’Oliveira, que agora morava nos quintais de Pedro Dias Gonçalves (é na rua de S. Benedito onde está agora a casa de José Jacinto), com sua rede emendada com a da gente do padre Leandro da Rocha, que foram os que abriram a dita lagoa sem licença; e por ser o dito seminarista um gallinho, depois que veio do Rio de Janeiro, e já foi à presença do almotacé por bulir com a negra de Salvador Martins. O que tudo ouvido e examinado, mandou-se lavar termo desta denúncia, o que o mesmo réu assignou, e foi absolvido; mandando-se logo passar mandado executivo contra os denunciados. (Martins, 1868, p.248-9.)

Esses acontecimentos, registrados em Quipari, lagoa da planície campista, no norte fluminense, atestam a generalidade alcançada, há séculos, por um tipo de manejo das lagoas. Ao mesmo tempo, revelam a recorrência de um padrão de relações e conflitos que têm a ver com esse manejo. Assim, não é descabido admitir que tais fatos possam ter-se verificado nas demais lagoas, ao norte e ao sul da Guanabara – e não apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas onde quer que prevalecessem procedimentos análogos para operar a conjunção entre as lagunas e o mar.

Os Códigos de Posturas que, localmente, legislavam sobre a pesca lacustre e, em particular, sobre as aberturas de barra, das quais ela dependia, parecem ter acolhido e consagrado um direito vivo. Não eram uma invenção do Estado, mas fruto da intervenção dele, como instância da sociedade com o objetivo de regular a composição de interesses e conflitos segundo normas consuetudinárias. Dizer consuetudinárias significa não apenas que se trata de normas antigas, mas que nelas se consagrava uma fórmula historicamente elaborada e comprovada de manejo. Refere-se, além disso, à existência de um conheci-

16 Ver Lei n.2.414, in *Collecção de Leis...*, 1879, p.70-93.

17 Cf. Lei n.3.054 de 12/12/1888, art. 5º, in *Collecção de Leis...*; v.I, p.339.

18 Trata-se dos artigos 41 a 45, inclusive, cf. *Collecção de Leis...*, 1879, p.79-80.

19 Cf. Lei n.3.054 de 12/12/1888, art. 11º, in *Collecção de Leis...*, 1879, v.I, p.339.

20 Cf. Lei n.2.414 (1879), arts. 43, 44 e 49, especialmente, in *Collecção de Leis...*, 1879.

mento compartilhado, isto é, internalizado como valor por todos os atores relevantes para a gestão desse tipo de ecossistema. Esse aspecto justifica a pluralidade das variáveis envolvidas, e, em conseqüência, a complexidade da estrutura de tomada de decisões, a qual, por sua vez, explica o elevado potencial de conflito inerente às situações sociais configuradas pelas aberturas de barra. Cada abertura de barra reiterava, então, a celebração de um acordo abrangente firmado em torno do sistema de representações e práticas comuns, nos termos do qual todos podiam se reconhecer e advogar seus interesses.

Nos Códigos de Posturas, o legislador não fez, portanto, senão identificar, acolher e compor uma considerável variedade de expectativas e direitos, apoiados na tradição e cujos princípios, embora gerais, tinham aplicação particular, subordinada a prognósticos probabilísticos derivados da conjuntura local. O denominador comum que servia de fundamento a essa cosmografia nativa era a perspectiva do sistema lagunar como viveiro de um conjunto de espécies – e de cuja biocenose faziam parte, além de peixes e camarões, outros seres de natureza diversa.

O problema ao qual deviam responder as barras sazonais, costumeiramente implementadas, era o incremento da vida, no âmbito das lagoas, garantindo as condições de sua reprodução como criadouro. Com esse fim, prevaleciam os ritmos e as circunstâncias de uma estagnação controlada, método que implicava a coexistência fortuita com uma população, também ela natural, embora indesejável: os mosquitos, e seu corolário eventual, as febres palustres.

O ponto de vista do sanitarismo, uma das bases conceituais e ideológicas da modernidade – e expresso em Maricá na intervenção configurada pelo canal de Ponta Negra –, divergia radicalmente do anterior. Para a medicina sanitarista, o problema a resolver era a erradicação dos vetores da malária nos arredores do então Distrito Federal. Com essa finalidade, estava disposta a valer-se de um expediente drástico: a aceleração radical e, a partir dela, a consumação da senescência desses sistemas, ou seja, o aterro, puro e simples, das lagoas e lagoas. Esse processo havia sido utilizado mais de uma vez no próprio Rio de Janeiro, no período de sua ocupação e urbanização, nos séculos anteriores. O próprio Oswaldo Cruz sugeriu, em 1894, aterrar a lagoa Rodrigo de Freitas, quando teve de enfrentar esse tipo de problema na então capital.

Os engenheiros politécnicos, mobilizados, no âmbito da cruzada sanitarista, como forças auxiliares, acreditaram poder resolver a questão sem recorrer a ações extremadas. Foram buscar, nas fórmulas da hidráulica, meios capazes de eliminar os mosquitos, intervindo nos fluxos estagnantes dos sistemas lagunares mediante procedimentos mais modernos. Tais procedimentos incluíam desde a retificação de cursos d'água e a drenagem dos pântanos, até a construção de canais e a fixação de barras oceânicas onde havia grandes espelhos lacustres.

A intervenção de Saturnino de Brito, no caso da lagoa Rodrigo de Freitas, representa aquela que foi talvez a mais cabal tradução das concepções sanitaristas, no que tange o manejo desse tipo de sistema. A solução preconizada por ele e replicada pelos seus discípulos (como Saturnino Braga, no caso de Maricá) não os considerava, na realidade, como ecossistemas. Ou não o fazia senão de modo muito simplista e limitado. Considerava-os, sobretudo, como massas d'água estagnadas que deveriam ser convertidas à dinâmica dos fluxos contínuos.

Com essa perspectiva, o saber politécnico tendia a desqualificar o saber local, ignorando-o, para efeitos de sua concepção. Esse saber se preocupava igualmente com o incremento da vida, só que nos termos da ideologia higienista, para a qual a suprema lei era a

multiplicação de indivíduos hígidos, quantidades discretas e positivas de um capital considerado recurso estratégico para a nação brasileira em seu processo de modernização redentora: o capital humano. Na visão higienista, os sistemas lacustres surgiam como viveiros de mosquitos, e, como tais, não passavam de focos da ação de um dos mais importantes alvos da política pública do saneamento. Implementada segundo o modelo das “campanhas” militares, sua estratégia consistia, em última instância, na erradicação de toda uma quadrícula do mapa da criação – a do *Anopheles sp* –, “inimigo” que não bastava votar ao extermínio, mas ao qual era preciso arrebatar os seus “territórios”, isto é, suas bases de existência, reprodução e operação.

Esse partido, no entanto, alicerçava-se num modelo centralizador, universalista e determinista, cujo objetivo era, exatamente, a redução dos particularismos locais em nome de um projeto nacional ao qual eles ofereciam resistências ponderáveis, vistas, em geral, como frutos da “ignorância” e do “atraso”. E embora todo esse empreendimento do Estado higienista se revestisse de uma aura de racionalidade modernizadora – resgate das populações tradicionais; extensão, implementação e proteção de direitos; incorporação à cidadania –, na realidade, o que se verificou foi uma separação sub-reptícia entre o que é e o que deveria ser. No caso específico do qual nos ocupamos aqui, entre o senso comum e o cientificismo normativo.

A solução hidráulica, implementada em nome desse cientificismo, era, a seu modo, impecável. Diante das questões hidrobiológicas, no entanto, permaneceu inerte, para não dizer francamente ineficaz.

Para efeitos da renovação de recursos naturais, no caso da pesca lacustre, uma referência, ainda que sumária, ao fenômeno da diadromia basta para estabelecer a convicção de que, nesse caso, como em tantos outros, coube à contemporaneidade revelar a atualidade do procedimento tradicional.

Com efeito, das cerca de 30 mil espécies de peixes atualmente identificadas, 95% estão sujeitas à diadromia sob uma de suas duas modalidades para assegurar a reprodução: ou dependem da *anadromia*, isto é, têm de retornar aos lagos, lagoas, rios e estuários para a procriação; ou dependem da *catadromia*, isto é, têm de deixar esses ambientes para se reproduzirem no mar.²¹

Os geneticistas, no entanto, insistem em recordar-nos: reprodução, mais do que um simples atributo, é a própria definição da vida (Ruyer, 1977, p.210). Ora, nesse sentido, as barras sazonais, com sua alternância de fluxos e refluxos, tinham, precisamente, como finalidade última o incremento da vida, inerente aos processos naturais da diadromia.

Assim chegamos, finalmente, ao ponto crucial do nosso argumento: as aberturas de barra fundamentaram, no seu tempo, em Maricá e em outras partes do litoral fluminense (ao menos), uma espécie de *fisiocracia agreste*, na medida em que, por obra e graça delas, os homens se consorciavam à natureza, e, portanto, às virtualidades positivas dela, concebidas, elas mesmas, como uma espécie de supernatureza, isto é, uma ordem providencial.

O termo *fisiocracia* surgiu em virtude do próprio manejo ao qual os pescadores de Maricá costumavam submeter suas lagoas. A prática da *estagnação controlada* como dispositivo para o incremento da produtividade é, nesse caso, relevante. A comunicação da lagoa com o mar é uma virtualidade positiva da natureza local. E isso graças à sua complementaridade frutífera, no ciclo das formas de vida, que transitam entre uma e outra. Os pescadores conhecem as evidências dessa cooperação e, representando-a no modelo orgânico do conúbio entre a lagoa e o oceano, tratam de favorecê-la. E, embora subordina-

21 Agradecemos aos nossos colegas doutor Eduardo Paes, oceanógrafo e especialista em biologia de peixes, e doutor Aginaldo Nepomuceno Marques Jr., hidroquímico, pelas informações e elucidações pertinentes ao tema.

dos às condições mais amplas, participam ativamente dela, com o seu engenhoso dispositivo das aberturas de barra.

As barras nativas associam-se, portanto, à promoção do número e da qualidade e diversidade das formas de vida nas águas renovadas da lagoa. E não somente em virtude das barras propriamente ditas, mas pelo que elas podem proporcionar ao estro do pescador, como por exemplo, no caso da pesca de galho, técnica que não é senão um modo de reunir variedade e número, em lugar certo e sabido, ao alcance do pescador,²² que, por sua vez, revela-se, dessa maneira, como cultivador de um agro-oculto. Como *aquacultor*, no entanto, tem todo o direito de zelar pela lagoa, porque nela se encontra sua "lavoura" – pois, como se gostava de assinalar, "a lagoa é a lavoura do pescador".

Tudo isso resulta, finalmente, de uma teoria que os pescadores têm sobre o sistema lacustre. Dizemos teoria por várias razões. Em primeiro lugar, talvez, pelo mesmo motivo que levou Marcel Griaule a usar o termo *metafísica* a propósito do pensamento africano – "*cela fait dresser l'oreille, cela irrite ou intéresse, enfin cela agite les esprits*".²³ Em segundo, porque estamos realmente diante de uma estratégia cognitiva. Em virtude dela a lagoa surge como um recurso passível de apropriação e destinação social – natureza transida de humanidade.

Quanto ao qualificativo, *agreste*, ele não implica qualquer demérito. Com isso não queremos dizer que sejam ruins os seus frutos, ou que tenha germinado sem cultivo, mas apenas que pertence ao campo e aos seus habitantes, no caso, aos pescadores e ao sistema lagunar.

Os viajantes do século XIX, como Luccock, estiveram longe de se dar conta de tudo isso. Da mesma forma os engenheiros e médicos sanitaristas do século XX que viram, na barra sazonal, nada mais do que um dispositivo rústico e penoso, mal adaptado às suas funções saneadoras. Na auto-suficiência de sua fé higienista, pretendiam uma verdadeira reforma da natureza a serviço da reforma da sociedade brasileira, que se implementou, especialmente, de 1930 em diante. Para isso, preferiram o modelo mecânico dos vasos comunicantes. Optaram por uma *barra permanente*, aberta na rocha viva, em Ponta Negra. Realizaram, desse modo, o seu ideal de fluxo contínuo e, com ele, acreditavam promover uma situação mais estável da salinidade e do nível das lagoas. Nessa perspectiva, o canal de Ponta Negra foi, ou pretendeu ser, o fim do equilíbrio instável e cíclico da estagnação controlada, o banimento das febres palustres, a expansão das terras cultiváveis e habitáveis. Na verdade, porém, esse canal haveria de significar, antes de tudo, o fim das barras nativas, supérfluas ou inviáveis depois dele. Foi, certamente, uma escolha trágica, pois, com o impudismo, desapareceu também o grande rito de sementeira da lagoa de Maricá e, com ele, a associação entre sapiência e prudência – *sophia* – capaz de enfeixar, nas aberturas de barra, "ao mesmo tempo, o moral, o prático, o técnico, a vida inteira".²⁴ Desse perspectiva, a barra surge não apenas como uma *tékhné*, fazendo aparecer o que é preciso, quando se precisa e da maneira adequada, mas como uma realidade, isto é, como algo que radica, profundamente, na vida dessas comunidades pesqueiras.

Esse modo de ver as coisas poderia levantar suspeitas. Não seria ele o resultado de um devaneio benevolente, um excesso interpretativo, uma falsificação do contexto etnográfico, ainda que de boa-fé? Tal objeção tende, no entanto, a subestimar o outro, supondo-o privado de qualquer talento especulativo, incapaz de uma compreensão mais refinada da existência. Diante dela, o melhor remédio é invocar o discurso do nativo, cujo ponto de vista pode revelar-se bem menos rústico do que se estaria disposto a conceder-lhe, de início, quando, perguntado pela barra, responde:

22 Esse tipo de pesca consiste em criar, ao redor de (e sob) um galho imerso na lagoa, um nicho ecológico diferenciado que serve de chamariz e substrato a uma multiplicidade de espécies, algumas delas alvo preferencial da pesca lacustre.

23 "Isso faz aguçar os ouvidos, irrita ou interessa, enfim, agita os espíritos", Griaule (1952, p.153).

24 Idem, ibidem.

A barra? A barra é desde o princípio. Desde que existiu Zacarias, existiu a barra. Então era tudo conforme, de antigo. Era tudo por causa *dessa* barra. No mesmo lugar; sempre aberta no mesmo lugar ... Naquela época não tinha a barra de Ponta Negra – o canal que existe hoje em dia, e que uns querem tapar e outros querem abrir – aquela confusão! Aqui, era só essa barra. E o pescador vivia por essa barra. (Napoleão José de Marins, o “Nizinho”, pescador da praia da Zacarias, 12.11.1983; grifos nossos.)

A crer nessas palavras, quem diz *barra* diz *vida*, referindo-se com isso não só à vida da lagoa, mas também à dos pescadores e à própria existência do povoado, em termos históricos e sociológicos.

Marco Antonio da Silva Mello é professor do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ.
E-mail: mello@ifcs.ufrj.br

Arno Vogel é professor e pesquisador do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado do CCH/UENF.
E-mail: arnovoar@uenf.br

Artigo recebido em fevereiro de 2006 e aprovado para publicação em maio de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATES, M. A floresta e o mar. Uma análise da economia da natureza e da ecologia do homem. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. 235p.
- BRAGA, S. *Saneamento da lagoa de Maricá*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação/ Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), 1947. 61p. (Memória n.62.)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Sudepe/Pescart, 1975.
- BRITO, S de. Projetos e relatórios: saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas. In: *Obras Completas de Saturnino de Brito*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1944. v.15, p.1-91.
- COLAÇO, J. Tempo(s) ecológico(s): um relato das tensões entre pescadores artesanais e Ibama acerca do calendário de pesca na Lagoa Feia-RJ. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.
- DIEGUES, A. C. S. *L'Écosystème lagunaire Iguape-Cananéia (Brésil): une étude de cas. Mémoire sous la direction d'Ignacy Sachs*. Paris: Secrétariat d'État aux Universités/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976.
- GRIAULE, M. et al. *La connaissance de l'homme au XXème. siècle*. Neuchatel: Éditions de La Baconnière. Rencontres Internationales de Genève, 1952. p.153.
- LAMEGO, A. R. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 204p.
- _____. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975. 435p. (Col. Reconquista do Brasil, v.21.)
- MARQUES JR., A. N. *Ecologia e dinâmica de nutrientes em Dois Brejos de Typha dominiguenses pers (Thiphaceae) na laguna de Maricá – RJ*. Niterói, 1991. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geoquímica da Universidade Federal Fluminense.
- MARTINS, F. J. *História de descobrimento e povoação da cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Typografia de Quirino & Irmão, 1868.
- NAUMANN, E. *Limnologische Terminologie*. S.l.: s.n., 1931. (Mimeo., v.9.)
- OLIVEIRA, L. de; NASCIMENTO, R.; KRAU, L.; MIRANDA, A. *Observações bio-geográficas durante a abertura da barra da lagoa de Saquarema*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1955. (Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t.53, fasc.2, 3, 4.)
- RUYER, R. *Les cent prochains siècles*. Paris: Fayard, 1977. 210p.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1974. 144 p.

VALPASSOS, C. A. M. *Quando a lagoa vira pasto* – um estudo sobre as diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais da Lagoa Feia, RJ. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

A B S T R A C T *The article describes and analyzes small-scale non-industrial fishing in the city of Maricá. The final aim of this study is to discuss the social and environmental impact of Greater Metropolitan Rio de Janeiro on the Maricá region's lagoons and salt marshes. Registering the historical evolution of Maricá's landscape, using literature written by traveling naturalists and geographers since the XIX Century, constitutes, together with an ample discussion of the nature, dynamics and perspectives of Fluminense lagoon environments, the core proposal of this ethnographical research is how a regional environment is handled by fishermen as well as sanitary and urban engineering with its distinct, conflicting and competing conceptions of operational mechanics (stagnation versus circulation) in this case, specifically, the relationship of the group of lagoons to the sea is analyzed, i.e., the problem of permanent oceanic bars versus seasonal sand bars.*

K E Y W O R D S *Fishing communities; lagoon fishery; lacustrine ecosystems handling.*

SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO

RECONFIGURAÇÃO DE MARGENS FLUVIAIS EM BELÉM (PA)

JULIANO PAMPLONA XIMENES PONTE

RESUMO *Em torno de Belém (PA), norte do Brasil, podemos falar na existência de uma política sobre a apropriação e as formas de uso do território próximo à água. Atualmente, intervenções territoriais e políticas públicas lidam, em frentes diversas, com esse contexto através de projetos urbanísticos, ambientais, da modernização portuária e da promoção de discursos da sustentabilidade e da melhoria do ambiente urbano em geral. Tais ações parecem apontar para uma reconfiguração de espaços, em direção a uma incorporação do patrimônio cultural à dimensão ambiental; a uma pretensa retomada da natureza na cidade; à mudança do caráter da zona portuária; e à conversão da idéia de “Natureza” em paisagem de consumo visual, em projetos de autodeclaradas “sustentabilidades” no território próximo à água.*

PALAVRAS - CHAVE *Planejamento ambiental; sustentabilidade urbana; água.*

A SUSTENTABILIDADE NO DEBATE DO PLANEJAMENTO URBANO: COTEJANDO ALGUNS MARCOS TEÓRICOS

O debate científico, técnico e político em torno da noção de sustentabilidade repercute, atualmente, nas propostas de intervenção e ordenamento territorial. A própria idéia de sustentabilidade, em suas múltiplas matrizes discursivas,¹ faz parte de um embate que, em última instância, pressupõe uma concepção de projeto político, de arranjo socioterritorial, de “modelo” de apropriação de recursos naturais e de escala produtiva. A adoção das diversas acepções do termo (e, claro, das suas implicações socioeconômicas) suscita a discussão em torno de quais soluções e medidas adotar. E, como ressalta Cardoso (2002), o mais importante, em termos dos efeitos e impactos, é a capacidade de conferir legitimidade às ações atestadas como mais “sustentáveis”.

Em linhas gerais, a idéia de sustentabilidade, sendo relativamente “aberta” (Campbell, 1996; Cardoso, 2002) e múltipla em termos de sua precisão conceitual, aporta nos estudos urbanos e regionais e sobretudo nas políticas urbanas como valor praticamente consensual. Essa produção de uma idéia hegemônica encontra um de seus mais fortes veículos na difusão dos modelos de sustentabilidade. Assim, o papel da técnica e do conhecimento científico pode ser o de disseminar determinada concepção de desenvolvimento e de uma dada “sustentabilidade”. Nesse campo, os procedimentos do planejamento estratégico são recorrentes,² tornados ferramentas para a produção de coesão em torno de uma concepção específica do que é sustentável.

1 Para aprofundamento nas matrizes discursivas acerca da noção de “sustentabilidade” ver Acsehrad (1997; 1999) e Sachs (1997).

2 Como no caso descrito por Cardoso (2002), sobre a construção do documento da Agenda 21 brasileira.

A difusão dos modelos de sustentabilidade também expressa o perfil ideológico e a própria concepção de “desenvolvimento” subjacente. As diversas “sustentabilidades” trafegam então em torno de reduções da intensidade da exploração dos recursos, do controle populacional, da alteração dos padrões de consumo e de algumas outras normatividades (Acselrad, 1999; Sachs, 1997). Mesmo em realidades que não são aquelas dos países do capitalismo avançado, as normatividades da sustentabilidade surgem. Entre elas, podemos enumerar a culpabilização dos pobres pela degradação ambiental (Cardoso, 2002; Acselrad, 1999; Sachs, 1997). Por outro lado, por um viés quantitativista,³ a recomendação é não copiar o modelo conspícuo de consumo dos países desenvolvidos. Ainda, como exemplo da relação de poder, há a idéia de manutenção da segurança na periferia (Sachs, 1997), que coloca o terceiro mundo como algo entre a reserva de matéria-prima (antiga fronteira de expansão e fonte de novas possibilidades) e o lugar da ordem institucional desejável para as novas formas da economia mundial (através da manutenção de relações amistosas, de acordo com os padrões da nova economia).

3 Associado por Acselrad (1999) a um padrão geral de “representação técnico-material” das cidades, no capitalismo.

Apesar da notável diferença entre os países do capitalismo avançado e os periféricos, essa difusão de modelos é um fato, e ocorre até com certa identidade de padrões entre “periféricos” e “centrais”. Percebe-se, portanto, um movimento relativamente difuso de adoção do universo de idéias de sustentabilidade, inclusive com penetração na dimensão das políticas de ordenamento territorial que têm na escala urbana e regional seus objetos. A partir daí é que se torna possível o entendimento do caráter consensual que a sustentabilidade adquire nas políticas urbanas – quem se arrisca a recusar proteção dos recursos para garantir uma temporalidade do desenvolvimento mais segura para as futuras gerações?⁴ Levada ao limite, essa idéia consegue agrupar até mesmo os mais pragmáticos agentes do capitalismo – já que, em última instância, negar adesão à sustentabilidade, seja ela qual for, seria quase como assumir uma irresponsável e autodestrutiva “insustentabilidade” do desenvolvimento, predatória e imediatista (Campbell, 1996). No jogo político dos conceitos, da legitimação e das normatividades e convencimentos, o embate é complexo. E esse debate, conforme assinala Cardoso (2002), é tanto mais importante quanto maiores são as influências das normatividades “sustentáveis” sobre o território, as relações sociais, as formas de produzir, os usos do solo, os projetos políticos de reconfiguração territorial e a apropriação de recursos naturais.

4 Segundo uma das possíveis idéias mais “consensuais” dentro do “consenso” da sustentabilidade, isto é, a idéia do Relatório Brundtland de 1987 – que inclusive é qualificada por Sachs (1997), na discussão subsequente à definição, como beirando a tautologia –, “sustentável” seria aquele desenvolvimento que “dura”.

A disseminação dos modelos de intervenção costuma ocorrer através de agentes qualificados formalmente, seja através das instituições vigentes (o Estado, por exemplo) ou de agentes externos com poder de nomear a verdade, de enunciar verdades sobre o real e qualificá-lo (Bourdieu, 1989). A aplicação da idéia consensual da sustentabilidade, tornada cada vez mais universal, ocorre nas periferias, apesar das diferenças de contexto, da natureza da crise ambiental (e da percepção da crise) e dos padrões de produção e consumo.

BELÉM: APLICAÇÕES E INCORPORAÇÕES DA(S) IDÉIA(S) DE SUSTENTABILIDADE URBANA

Um caso específico da discussão da sustentabilidade aplicada ao planejamento urbano que nos interessa é o da região da cidade de Belém, no Estado do Pará, norte do Brasil. Situada em região estuarina da foz do rio Amazonas e considerada pelo gerenciamento costeiro nacional como cidade litorânea (Morales, 1999), Belém tem um processo de estruturação urbana intimamente relacionado à sua rede hidrográfica. A cidade está situada numa região

em que existem um rio (Guamá) e uma baía (do Guajará) conectando diversos municípios através de uma extensa e complexa rede de rios, igarapés, furos e lagos. Além disso, a própria economia do município apresenta certa densidade nas suas margens fluviais com usos do solo variados e a presença de entrepostos comerciais, desembarque de mercadorias e passageiros e também do porto da cidade, datado do início do século XX (Penteado, 1973).

Pelo histórico da ocupação juridicamente irregular, a região das margens do rio e da baía que circundam Belém apresenta-se, hoje, ocupada em grande parte por essas variadas atividades – e, em certas áreas, sobretudo pelas chamadas “estâncias”, locais de venda e transporte de produtos da construção civil, como madeira, tijolos e telhas cerâmicas. Essa ocupação é, hoje, qualificada como uma “obstrução” ao usufruto amplo e democrático da “orla”, termo em voga a partir do momento em que se construiu a idéia das margens do rio e da baía da cidade como espaço a “retomar”. Em outros termos, diz-se que houve uma situação imposta “à população, que por muitos anos esteve privada de usufruir, com democracia, do direito de contemplar as águas da Baía do Guajará” (Belém, 2002, p.50). A intenção, portanto, é de “desobstruir” os acessos à chamada orla, e de fato a publicidade institucional é clara, pois afirma que um de seus projetos “devolveu à cidade o direito ao rio” (Pará, 2003). Desta forma, a discussão dos agentes públicos (governo do Estado, prefeitura etc.), nos dias de hoje e já há alguns anos, gira consideravelmente em torno de quais seriam as ações de intervenção territorial que poderiam “requalificar” a “orla fluvial” da cidade.

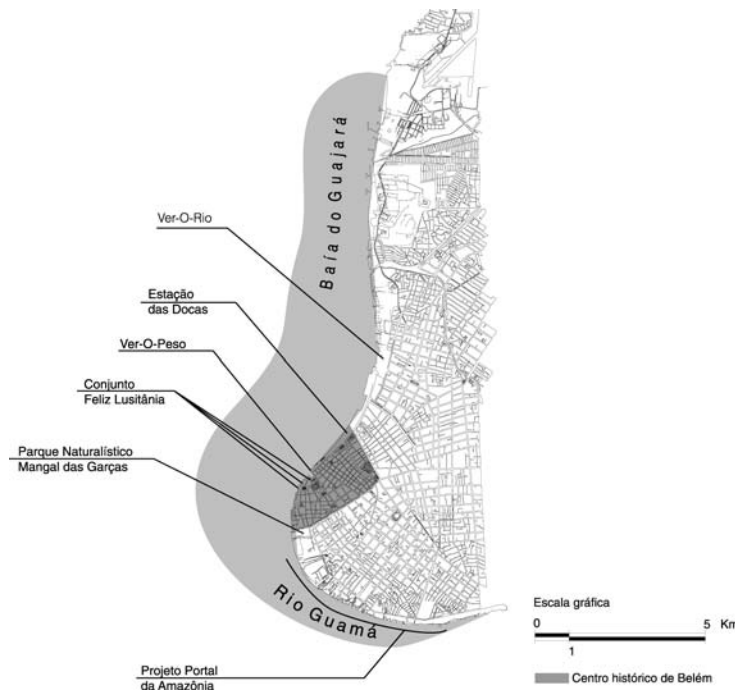


Figura 1 – Mapa esquemático de parte do território do município de Belém, com indicação de pontos de intervenções urbanísticas em suas margens fluviais e com a poligonal do centro histórico, tombado por lei municipal. Elaboração a partir de Codem (2001).

O alcance da idéia de “retomada” das águas da cidade é bastante curioso, e tem encontrado ressonância na própria sociedade civil, incluindo sucessivas publicações na imprensa. Há discursos claramente ideológicos,⁵ com o intuito claro de produzir sentidos comuns altamente impregnados de elementos do cotidiano e da experiência ime-

5 Embora, como diria Foucault (2004), a principal questão não seja localizar e/ou “desvelar” as ideologias, mas identificar como, por quem e em que extensão se produzem verdades.

diata. No cerne das demandas pela “desobstrução” e pela implantação de um modelo de cidade, em contato com as porções de rio e da baía que a circundam, surgem discursos enfáticos:

6 “Orla Livre” é um movimento surgido na cidade de Belém em meados da década de 1990, cujo principal interesse é discutir a “desobstrução” da orla fluvial de Belém e pressionar as autoridades para tal. O grupo divulga suas propostas através de um site e de publicações em jornais e revistas da região. Em sua composição há técnicos de órgãos públicos, professores universitários, estudantes e moradores de áreas às margens dos cursos d’água da cidade.

Manifesto⁶

Belém do Pará nasceu do amor geográfico entre o rio Guamá e a bela baía do Guajará. É água por baixo dos igarapés e rios, é água por cima da chuva nossa de cada dia. Cidade fluvial e pluvial que cedo lhe roubaram as margens e a paisagem. Um muro a cerca e imobiliza. Belém é um veleiro encalhado.

E esta angústia que cada belenense sente na alma ao olhar a ocupação irregular da orla por madeireiras, velhos portos, tristes palafitas e enormes galpões de ferro provém do fato de que somos seres aquáticos [sic], ribeirinhos de nascimento. O ritmo das marés, influência marítima distante, é o nosso relógio, mas querem nos impor um tempo diferente. Cerceiam o direito de ir, vir, nadar e navegar.

Sejas tu um peixe fora d’água, muçum de vala ou caranguejo do mangue poluído, te convido pra somar conosco nesta luta: Libertar a orla de Belém para o bem-estar de seu povo. As janelas abertas nos alegram, mas são frestas diante da grande extensão. Queremos toda a orla livre!. (Orla Livre, 2004.)



Figura 2 – A desembocadura de um dos “canais” (outrora “rios”) de Belém, nas imediações do seu centro histórico: tipologias de entrepostos de comércio de madeira, telhas e tijolos cêramicos, navegação fluvial e moradia precária constituem o típico conjunto hoje qualificado como “degradado”. Foto do autor, dez. 2003.

Tais discursos encontram, de certa forma, repercussão na atuação do poder público. Há diversas modalidades de intervenção previstas e outras tantas já executadas, tanto em termos de obras civis como de políticas de uso e ocupação do solo, nas margens fluviais de Belém. Por outro lado, há um considerável movimento de reação e adaptação dos agentes do mercado imobiliário local à efervescência da “requalificação” e da promoção (mais recente) da “sustentabilidade” local. Diversos veículos de mídia, discursos políticos, documentos oficiais e intervenções físicas no território remetem à operação de “desobs-

trução” da porção de orla fluvial da cidade. E essa “desobstrução”, quase sempre, é apresentada como um “desejo” coletivo, revelando a intenção de estabelecer um projeto de cidade, de arranjo do espaço urbano, sob uma concepção particular.

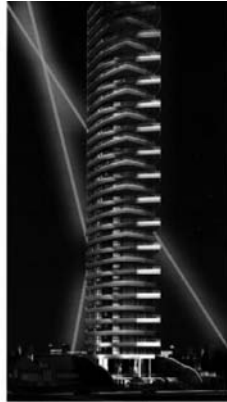


Figura 3 – Imagem de ocupação precária às margens de cursos d’água em Belém; “terrenos impróprios à habitação” (Belém, 2006b, p.17) são o objeto da invenção de uma desejável “orla fluvial” na cidade. Foto do autor, jan. 2007.

Os agentes do mercado imobiliário captaram essa idéia. Dados relativamente recentes das transações feitas no município apontam para uma entrada de grupos de renda superior a dez salários mínimos nos bairros mais centrais da cidade (Palheta Jr., 2003), justamente aqueles onde se têm executado, historicamente, as intervenções territoriais nas margens fluviais. A entrada, inclusive, supera a mobilidade de saída. Comparando o caso com a relativa profusão de estabelecimentos do ramo de diversões e cultura que vêm surgindo no centro antigo de Belém, compõe-se um quadro que, tendencialmente, aponta para uma elitização. Completando o raciocínio, algumas incorporadoras já colocaram produtos de alto padrão à venda, usando como mote a proximidade e a possibilidade de visão da baía e do rio, com publicidade de expressivo apelo, onde se diz:

É tempo de mudanças. Uma nova era chega a Belém trazendo alterações na sua paisagem que a tornarão incontestavelmente mais bela e gostosa de se viver. Chegou o ... que irá mudar sua vida para um novo conceito. Sua torre de 36 andares com *design* inconfundível renoverá a paisagem da orla de Belém com sua privilegiadíssima localização em frente à Baía de Guajará. Em cada uma de suas 31 unidades, conforto e requinte proporcionam o clima perfeito para você desfrutar da mais bela visão da cidade a partir do *deck* da piscina privativa ou de qualquer de suas varandas panorâmicas. Mude de vida ... é exclusivo, feito sob medida para você.

Por sua vez, o centro da cidade de Belém, considerado estratégico para a idéia generalizada de requalificação das suas margens fluviais e da paisagem urbana em geral, é bastante festejado como o local de sua potencial reconfiguração. Podemos ler esse processo nos enunciados publicitários que se propõem a nomear o que afinal deve ser amado na cidade:



AQUARIUS
uma nova era em sua vida

Figura 4 – Publicidade de edifício multifamiliar em Belém, já executado. O incorporador antecipa ganhos a partir do “desejo de orla” surgido na cidade, captando os diferenciais do território.

É na Cidade Velha⁷ que está instalada a Cia. Amazônica Têxtil de Aniagem, CATA, que, como muitas outras empresas localizadas no bairro, nos ceifaram o direito de acesso ao rio Guamá e como se não bastasse, a CATA teria se apropriado do passeio de segmento da Avenida Bernardo Sayão⁸ ... (Chile, 2006.)

As instituições, no entanto, participam historicamente dos processos de reconfiguração territorial nas cidades brasileiras, seja destinando poucos recursos financeiros a operações de urbanização com longo tempo de retorno, seja pela sujeição à ação de grupos econômicos que induzem o investimento público em certos locais. O centro histórico de Belém, como região importante de um projeto múltiplo e generalizado de “requalificação” das estruturas urbanas pretéritas, é também objeto de um programa de financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF).⁹ Essa iniciativa faz parte de uma série de intervenções e da estruturação de um clima favorável à “revitalização” da “cidade” como um todo, incorporando como “cidade” as porções consideradas estratégicas, de interesse. O programa em questão declara suas intenções:

envidar esforços para que as famílias moradoras na área, geralmente de baixa renda, sejam mantidas, preservando vínculos, raízes, relações sociais e econômicas e identificação que têm com o local, bem como atrair novas famílias para os imóveis desocupados, após sua recuperação, promovendo diversidade sócio-econômica [sic] na área é uma das premissas básicas do PRSH. (CEF, 2006, p.4.)

A dimensão social do programa, entretanto, é atravessada pelas dinâmicas do mercado imobiliário e pelo apoio (inclusive em termos de metodologia empregada) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do projeto Monumenta, que tem o objetivo de promover a requalificação/revitalização/reabilitação de sítios históricos degradados, considerados de relevância cultural pela Unesco, à qual o programa é diretamente vinculado. Entre os propósitos de concepção e operação, nota-se que:

7 Cidade Velha é o nome do primeiro bairro da cidade situado no centro histórico, à beira do rio Guamá e da baía do Guajará. A publicação citada é patrocinada pelo governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Executiva de Cultura.

8 Avenida de grande extensão, percorrendo alguns bairros da periferia até as imediações do centro histórico, paralela, em grande parte, ao projeto de urbanização e drenagem previsto no referido edital público de licitação do projeto técnico e da obra civil.

9 Chamado de Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), “tem como objetivo promover a revitalização de sítios históricos por meio de ações que integrem preservação de patrimônio e desenvolvimento urbano” (CEF, 2006, p.1). Trata-se de um programa de financiamento a juros baixos ou, no caso da entrada do Programa Monumenta-BID, a juro zero. Tais financiamentos destinam-se a aquisições, reformas e/ou restaurações em imóveis situados em áreas históricas da cidade ou em terrenos vazios (CEF, 2006, p.6). Atualmente a instituição relocaliza a questão nos termos de um novo *Plano de reabilitação de áreas urbanas centrais* (ver www.cef.gov.br), em convênio com o Ministério das Cidades, em que o tema do combate à “gentrificação” ganha maior destaque.

O principal ensinamento que se pode extrair tanto das experiências nacionais quanto da experiência de Quito¹⁰ reside no efeito de demonstração que uma ação pública bem coordenada de recuperação do patrimônio edificado, associada à revitalização econômica e social de seus usos, pode provocar sobre os agentes privados. O que se observa é uma rápida e desproporcional resposta dos agentes privados, antecipando-se à valorização imobiliária que se seguirá, como estratégia para se apropriar do diferencial de renda gerado pela mudança no ambiente ...

O princípio-chave adotado pelo Monumenta, de sustentabilidade, repousa no mecanismo descrito acima e pode ser enunciado como sendo “a manutenção permanente das características originais dos bens, sem novos aportes de recursos federais”.

O efeito de “replicação”, isto é, a propagação de um modelo bem-sucedido de intervenção sobre outros trechos, é uma das conseqüências da adoção do princípio de sustentabilidade. (Taddei, 1998, p.2-3.)

Nota-se, portanto, o uso da sustentabilidade em pelo menos duas de suas acepções mais comuns: primeiro, a idéia de sustentabilidade vinculada às suas noções patrimoniais, da incorporação da estética urbana remodelada como vantagem competitiva; segundo, a idéia de sustentabilidade na representação técnico-material das cidades, mais especificamente em sua repercussão econômica (e na legitimidade da política urbana); é sustentável o que consegue financiar sua própria reprodução sem novos aportes de recursos públicos.¹¹ A “autonomização” dos empreendimentos parece sugerir a liberação de certa lógica de mercado na regulação dos usos e do sucesso ou fracasso da nova “vocaçao” do sítio.

Há identidade entre os propósitos do programa e aqueles propagados pelas instâncias regionais e locais de poder; a idéia de pertencimento permeia os documentos, falas e propostas técnicas, em geral. A naturalização dos sítios históricos faz dos habitantes da cidade “filhos” do lugar¹² ou “enraizados” nele.

Da mesma forma, surgem propostas de integração territorial, com vistas à “geração de emprego e renda” e “integração metropolitana”, com a criação de linhas intermodais de transporte de passageiros, estações de transbordo e navegação e integração litorânea no município e em suas ilhas:

A proposição tem como objetivo o desenvolvimento urbano com planejamento, através de ações/investimentos em infra-estrutura e empreendimentos socioeconômicos em áreas específicas do sítio municipal. Essa iniciativa da equipe técnica, organizada pelo Clube de Engenharia do Pará, objetiva uma dinamização, integração e revitalização da orla litorânea municipal, criando novo e necessário vetor de desenvolvimento e estimulando novas zonas potenciais de atração a negócios que atendam à finalidade de fomento na geração de emprego e de renda, em áreas hoje pouco exploradas, pela criação de infra-estrutura para o desenvolvimento urbano e para o ecoturismo. (Pará +, 2006.)

Como pode ser visto, o caso de Belém indica que este é um fenômeno múltiplo: de-seja-se e pratica-se uma variedade de intervenções e projetos para o território das margens fluviais da cidade. Há uma curiosa associação entre a avaliação eminentemente quantitativa e “técnico-material” da cidade como sistema, e uma outra concepção de sustentabilidade – aquela conferida pelo patrimônio natural e as possibilidades de desenvolvimento tidas como decorrentes dele, em termos da melhoria de “qualidade de vida” em geral. No que tange à questão ambiental e a suas interfaces com o planejamento urbano, o urbanis-

10 Quito, no Equador, foi uma espécie de programa-piloto, pioneiro. O Monumenta, como vários projetos de agências multilaterais, incorpora avanços e críticas a seus modelos à medida que são aplicados.

11 Isso é particularmente interessante, pois o próprio Monumenta reconhece a contradição existente em sua metodologia (Taddei, 1998). No entanto, as recomendações seguem em torno dos cálculos do valor de mercado dos imóveis e da “sustentabilidade” financeira dos empreendimentos.

12 Em que a associação feita entre uma “identidade cultural” vinculada ao território (ambas construções eminentemente culturais, fluidas, transitórias e históricas, diga-se) serve de estratégia de mobilização política e/ou convencimento dos grupos atingidos.

mo e a conseqüente reconfiguração morfológica da cidade, parece-nos mais pertinente pontuar algumas intervenções e planos burocráticos como emblemáticos; no caso, as intervenções urbanísticas e paisagísticas do Parque Ambiental Mangal das Garças, o projeto Portal da Amazônia, além do debate em torno da modernização portuária do porto de Belém. O Mangal das Garças é uma intervenção urbanística concluída em janeiro de 2005 pelo governo do Estado do Pará. O Portal da Amazônia encontra-se em início de um processo de execução marcado por diversos questionamentos quanto à viabilidade e aos detalhes do projeto. O porto de Belém, atualmente, é administrado pela Companhia Docas do Pará (CDP), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, e está em processo de discussão e adequação aos parâmetros nacionais de modernização do setor.

O PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA: POBREZA URBANA, ENGENHARIA AMBIENTAL E “MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA”

Como ocorre com projetos e idéias hegemônicos, na cidade de Belém a noção de desobstrução ganha a força de um expediente quase obrigatório. “Liberar”, “desobstruir” a orla tornou-se expediente de mobilização e de convencimento na cidade. A prefeitura de Belém, através de edital público, pretende desenvolver e executar projeto de urbanização e drenagem, estimado em R\$ 125 milhões, para quilômetros da margem fluvial da cidade, do centro histórico até um de seus bairros periféricos próximos, cuja execução iniciou-se em dezembro de 2006. A administração municipal justifica a intervenção comunicando que “a ocupação desordenada piorou muito a qualidade de vida das pessoas que moram naquela área. É preciso resgatar a dignidade daquelas pessoas” (Belém, 2006a, p.4). Tal projeto, intitulado Portal da Amazônia, representa um primeiro movimento em direção à periferia próxima de Belém, prevendo intervenção territorial em 6 km de extensão ao longo do rio Guamá (Belém, 2006a), em área de ocupação notória da pobreza urbana na cidade e com registros das mais altas densidades populacionais do município. Completando o raciocínio da “desobstrução” e da melhoria da “qualidade de vida”, a administração municipal coteja dados demográficos e balizamentos técnicos do campo da engenharia e coloca sua visão prospectiva em direção a uma “requalificação” da “orla” fluvial na cidade, onde coexistem, contraditoriamente, argumentos em direção à remoção e à “recuperação”:



Figura 5 – “Plataforma urbanizada” (Belém, 2006b, p.42), simulação computacional do projeto Portal da Amazônia, com a substituição do padrão anterior pelo modelo da recém-inventada “orla fluvial”. Fonte: Belém, 2006b.

A Estrada Nova é a terceira maior bacia de Belém com características habitacionais complicadas. A área apresenta os piores indicadores de saúde pública e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse projeto vai melhorar a vida dos moradores da área e vai recuperar essa área tão degradada. (Belém, 2006a, p.4.)

O projeto da prefeitura lida com áreas alagáveis (ver ilustrações anteriores) situadas nas planícies de inundação de seus bairros. Considerando a configuração do sítio físico de Belém, esse dado é relevante, uma vez que parte significativa do município convive historicamente com uma rede hidrográfica que recorta o território em porções variadas. A periferia, em muitos casos, está situada nestas áreas, outrora popularmente qualificadas como “baixadas”, pelas suas cotas. O padrão brasileiro recorrente de assentamentos precários às margens de córregos, rios, igarapés e canais se confirma em tais áreas. A tipologia dessas ocupações guarda evidências de uma técnica de transmissão intergeracional que se baseia em soluções vernaculares de construções elevadas, dimensionamento a partir dos níveis históricos das águas e construção de passarelas (as “estivas”) ligando as casas. Nesses assentamentos, o ideal de “sair da lama”, de não ter mais os “pés na lama” é frequente, já que os alagamentos sempre ocorrem, especialmente nos períodos chuvosos. A documentação institucional da municipalidade interpreta essa questão, atribuindo-lhe a categoria do risco ambiental urbano – a doença, o alagamento, a inadequação do sítio físico, que jamais deveria ter sido ocupado:

Ao longo dos últimos 50 anos houve um crescimento selvagem na ocupação do solo urbano de Belém, com crescente impermeabilização e ocupação de áreas de risco ...

O crescimento da cidade originou-se a partir da orla fluvial, com crescente impermeabilização e ocupação dos fundos de vale ...

[A pretensão do projeto seria] Dotar o Município de Belém de uma Orla Urbanizada¹³ valorizando as características locais, tendo como principal objetivo a melhoria social e ambiental da área, que durante décadas foi esquecida pelo poder público. (Belém, 2006b, p.3, 5, 7.)

Dessa forma, coexistem o discurso da remoção como alternativa aos assentamentos em áreas tidas como “de risco” (devido às inundações), embora haja previsões de urbanização e consolidação do sistema de saneamento ambiental, com a manutenção das populações no local (Belém, 2006a; 2006b), em paralelo. Há previsão de “recuperação ambiental” de porções da cidade, simultaneamente à caracterização das ocupações existentes como “degradadas”. Além da mobilidade de posição dos enunciados, parece mais evidente a consolidação de um projeto político de atendimento àquela que é uma demanda contemporânea que se expande no caso de Belém: um contraditório e extenso “desejo de litoral”¹⁴, inventado culturalmente desde pelo menos meados dos anos 80.

O MANGAL DAS GARÇAS: PARQUE AMBIENTAL E “RESGATE” DO CONTATO COM A ORLA FLUVIAL DA CIDADE

O Mangal das Garças é um espaço que pretende reconstituir a fauna e a flora de parte dos ecossistemas amazônicos, à beira do rio Guamá. Possui uma série de espaços e vi-

13 Daí a ideia da documentação do projeto; “plataformas urbanizadas” para instalar a ideia de “orla” desejada coletivamente, em que a contradição entre atendimento a demandas habitacionais e infra-estruturais de populações residentes e implantação do novo modelo não está propriamente resolvida, apesar da apresentação de proposta de reassentamento.

14 Remetemos a Alain Corbin (1988). Determinadas camadas da elite passaram a desejar a praia e associá-la a ela um imaginário de saúde, bem-estar e beleza paisagística. “Inventa-se” a praia do lazer, da contemplação, do ócio; no caso em estudo, inventa-se uma ideia de “orla” fluvial onde outrora apenas existia a “beira”, por exemplo.

veiros onde borboletas, pássaros, orquídeas e demais espécimes da região são expostos ao visitante (Pará, 2005a):

Considerando-se as condições paisagísticas da área, a intenção foi a criação de um Parque Naturalístico, cujo tema é a representação das diferentes macro regiões [sic] florísticas do Estado do Pará, isto é, as Matas de Terra Firme, as Matas de Várzea e os Campos.

Entre lagos, vegetação típica, equipamentos de cultura e lazer, juntamente com a inusitada paisagem do aníngal existente, o Mangal das Garças representa uma síntese do ambiente amazônico, bem no coração da cidade. Uma obra emblemática onde a natureza é preservada e o homem aprende a conviver, sem destruir, com a sua circunstância ambiental. (Pará, 2005a.)

O tema da água permanece bastante em voga na cidade desde finais dos anos 80, na medida em que se discute e se concorda cada vez mais com um projeto relativamente vago de “devolução” do acesso à sua orla fluvial. “Desobstruir”, então, passou a ser uma concepção praticamente consensual, numa articulação entre “requalificação” e “revitalização” do território e “resgate” do contato com a natureza. Há no parque, inclusive, um Memorial Amazônico da Navegação, com acervo que remete às antigas embarcações dos ribeirinhos, às escunas e corvetas antigas da Marinha do Brasil e ao imaginário em torno do rio que há na Amazônia. Nos termos do Mangal das Garças, a intenção de “devolução” ambientalmente responsável consiste, em última análise, numa decisão de projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico:

o projeto harmoniza os acessos com as vias existentes e terrenos do entorno, aproveitando-se a presença da água para a implementação de um grande lago como o seu ponto principal, além do rio, circundado, equilibradamente, por caminhos e passeios pavimentados, que interligam o estacionamento, áreas de estar e os equipamentos de lazer e serviços. O destaque às peculiaridades da paisagem amazônica levará o visitante à descoberta de perspectivas exóticas, que integram ambientes das matas de várzea do estuário, de terra firme e campos com o aníngal. (Pará, 2005a.)

Na dimensão patrimonial da idéia de melhoria da “qualidade de vida” na cidade há inclusive uma declarada intenção de remeter ao passado da cidade de Belém, com a construção de um mirante sobre estrutura metálica, onde está instalado o “Farol de Belém ... que encontra-se [sic] inscrito nas cartas náuticas brasileiras” (Pará, 2005a). Na cidade havia uma série de caixas d’água metálicas, remanescentes das concessionárias privadas de abastecimento de água, de capital inglês (Ximenes, 2003). O passadismo pós-moderno, da reciclagem dos signos da cidade remodelados para o presente (Harvey, 2000), está portanto contemplado; a alegação da História confere, provavelmente, mais “dignidade” ao projeto.

O discurso ambiental, em todo caso, está presente. Um de seus aspectos interessantes é a sinalização da possibilidade de (re)criar “o ambiente amazônico”, no interior da intervenção territorial de cerca de 40.000 m². O processo de educação ambiental do cidadão, o reconhecimento da própria natureza do entorno e a capacidade de consumir visualmente a imagem amazônica estão vinculados, ao que parece, à experiência da visita informada ao parque. Obviamente, trata-se de uma intervenção urbanística e, como tal, a artificialidade não poderia deixar de ser praticamente total no espaço. No entanto, longe de qualquer purismo ou forma simplória de consideração do par cultu-

ra/natureza, cabe observar como a produção do lugar e a produção da natureza ordenada logram papel de destaque no urbanismo contemporâneo e na requalificação dos espaços urbanos. Torna-se evidente que a questão metodológica é antes outra: a da desnaturalização da paisagem, historicizada e culturalizada em sua dimensão pretensamente “natural”.



Figura 6 – Vista do Mangal das Garças a partir da torre de seu mirante. Foto do autor, jan. 2007.

Na verdade, pouco importa que boa parte da área do parque ambiental seja fruto de aterro recente, justamente na área do aningal¹⁵ propalado como vegetação sobre planície de inundação típica da região de várzea. Também não se constitui em fato tão relevante o sistema de águas correntes e pequenos lagos artificiais que compõe o caráter naturalístico da paisagem do parque. O que nos parece mais representativo deste espaço¹⁶ – das intenções declaradas de “requalificação” das margens fluviais, do centro e dos patrimônios ambientais e construídos em geral – é a criação do espaço da natureza idealizada. Esse espaço passa a receber o sentido da “arcádia”, da idéia de parque onde o recôndito da natureza idealizada e perdida pode ser recolocado (Schama, 1996), contraditoriamente, em bases postas pela própria técnica da drenagem, do paisagismo, do urbanismo. Típica da modernidade, idealização, estilização e fruição estética (frequentemente burguesa) da natureza, a arcádia encerra um espaço onde aquele contato perdido pode ser reencontrado, onde os elementos naturais essenciais estão reunidos (Schama, 1996). Uma “recriação”, portanto, de arquétipos da natureza relativamente idealizados e estilizados.

Uma das contradições mais interessantes a respeito desse coletivo, múltiplo e intrigante senso comum – o de “revitalizar” as margens fluviais da cidade e restabelecer o contato com a natureza – é a série de impactos que ele tem provocado. Em termos urbanísticos, é visível a tendência do mercado imobiliário em captar o potencial de localização das margens fluviais (Ximenes, 2004). Também é representativa a tendência histórica ao enobrecimento (que a literatura também trata como *gentrification*) dos espaços do centro histórico (Ximenes, 2004), cuja qualidade patrimonial o coloca, portanto, como mais um espaço “da qualidade de vida”, nos termos da sustentabilidade urbana. A óbvia instauração de um padrão progressivamente desigual de localização e de apropriação dos recursos nos remete a uma idéia de segregação, de estabelecimento de novas fronteiras no espaço

15 A aninga é uma vegetação típica de áreas alagáveis da região, em geral lodosas. A espécie vegetal chega a atingir metros de altura, às margens dos cursos d'água.

16 E de sua expressividade como intervenção territorial vinculada às intenções dominantes.

urbano, valorizado cultural e economicamente em certas áreas. As ações e a justificativa do novo padrão de intervenção (desobstruir, requalificar, retomar o contato com a natureza etc.) teriam seu argumento na idéia de um ciclo: aumento de receita pública, aumento de investimentos sociais, melhoria da “qualidade de vida”. Em síntese, a tendência e a semelhança com outros casos nos remetem mais à idéia de “sustentabilidade do dinheiro do que do meio ambiente” (Sachs, 1997, p.18). A idéia de “desenvolvimento”, nos marcos da economia de mercado (Sachs, 1997), permanece, dessa feita, acentuada a partir do convencimento coletivo de que um novo padrão de “requalificação” e “sustentabilidade” dos espaços deve ser instalado.



Figura 7 – O porto de Belém; vista do cais acostável a partir do galpão 4. Foto do autor, jan. 2007.

O PORTO DE BELÉM: ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO, DIMENSÕES LOCACIONAIS

Nossa caracterização prévia pontuou a presença do porto de Belém como elemento representativo do interesse na intervenção na orla fluvial. Além disso, a atividade do porto vem sendo tratada pelas instituições responsáveis nos termos da chamada modernização portuária, o que abre essencialmente duas frentes de discussão.

Em primeiro lugar, qual seria o teor dessa modernização? Por modernização portuária devemos entender os chamados marcos regulatórios, o modelo tecnológico e de eficiência que podem ser remontados à lei federal n. 8.630/1993, a chamada Lei da Modernização Portuária. São estabelecidas diretrizes de eficiência, viabilidade financeira, privatização e concessão das instalações portuárias. O modelo tecnológico associado corresponde a uma nova estrutura física dos portos no mundo: equipamentos e área de pátio disponíveis para operação com contêineres de grande porte; calados¹⁷ profundos; retroárea¹⁸ considerável para estocagem e operação em geral (Baudouin, 1999). Por outro lado, os portos modernizados exigem, com frequência, programas de monitoramento ambiental e intervenções geotécnicas variadas, incluindo dragagens regulares, como é o caso do porto de Belém. Em relação ao Estado do Pará, a discussão travada por instituições de licenciamento ambiental, ensino e pesquisa aponta para a adoção da gestão ambiental como procedimento de resolução dos impactos ambientais (Pará, 2005b) – e representa uma espécie de revisão do pressuposto anterior da implantação da infra-estrutura. O por-

17 Espécie de variável da “profundidade” das águas de determinada zona portuária. Mais especificamente, é a profundidade entre a linha d’água e a quilha da embarcação que orienta quais navios podem operar no porto.

18 A “retroárea” (ou o chamado “retroporto”, conceito assemelhado) equivale a um pátio ou sítio adequados à estocagem, ao transporte, empilhamento e operação com contêineres, que se constituem hoje nos receptáculos modernos das cargas portuárias mais rentáveis, como máquinas e equipamentos, por exemplo.

to modernizado deve atender a critérios estabelecidos pelo conhecimento sistematizado em torno da noção de gestão ambiental, com a “incorporação da sustentabilidade socio ambiental nas políticas públicas ... por meio de uma agenda ambiental comum entre MMA e Ministério dos Transportes” (Pará, 2005b, p.31).

Em segundo lugar, a discussão gira em torno de projetos políticos e dos impactos (eventualmente qualificados como “positivos” ou “negativos”) da modernização portuária e da migração de algumas atividades do porto de Belém. O que se pretende remover é, basicamente, algumas modalidades de transporte de cargas. Caso a modernização portuária fosse levada a cabo nos termos atualmente debatidos, as cargas em contêineres seriam operadas em um terminal portuário já qualificado como “Super Porto”, o chamado Terminal Marítimo Offshore do Espadarte, na Zona do Salgado, região litorânea do Estado do Pará (CDP, 2005a). Destinado principalmente à exportação do minério de ferro e derivados de Carajás (CDP, 2005a), o porto seria um exemplar de terminal marítimo operando segundo o padrão da modernização.

Várias propostas de realocização das atividades portuárias de Belém foram elaboradas ao longo dos últimos dez anos. Essencialmente ao sabor da conjuntura política, além da proposta do Terminal do Espadarte, houve discussão em torno da remoção de atividades de transporte de cargas para o porto de Vila do Conde (CAP, 2001), no município vizinho de Barcarena, às proximidades do complexo Albrás-Alunorte, indústria de alumínio administrada por *joint-venture* da qual a Companhia Vale do Rio Doce participa através de subsidiária.

A idéia central dos planos é, entretanto, preservar os aspectos da modernização portuária (CAP, 2005). Isso implica, necessariamente, ganhos de eficiência para a otimização da acumulação. A estratégia da eficiência, portanto, objetiva tornar viáveis os territórios que se dispõem a implementar a reconfiguração necessária à “urbanização do neoliberalismo”, segundo Brenner & Theodore (2002). O processo de relativa liberalização das políticas urbanas indica as cidades como pontos importantes do processo de incorporação das relações capitalistas contemporâneas. No entanto, esse processo tem basicamente duas frentes de operação: os megaprojetos e a difusão das “melhores práticas” (Brenner & Theodore, 2002). Em ambas estão presentes as idéias da eficiência, da rentabilidade dos investimentos e da difusão dos padrões de configuração e gestão territorial. O padrão contemporâneo de reconfiguração territorial e política, portanto, pode ser lido através dessas frentes. Isso está presente seja através do processo de modernização de portos, das técnicas do gerenciamento ambiental, da revitalização mediante parcerias público-privado ou através do modelo de projeto urbano com vistas a dotar o território de competitividade e atratividade para os capitais. Conferir “eficiência” econômica ao território é, desse modo, uma premissa do modelo, nos moldes da idéia de eficiência baseada na visão técnico-material das cidades, além da sustentabilidade do modelo vigente de desenvolvimento (Sachs, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de sustentabilidade, no caso em referência, tem relação com as concepções ora vigentes de desenvolvimento. Embora aqui convivam estratégias variadas de crescimento econômico, aumento da receita pública, inclusão social e política urbana, parece claro que o argumento da crise (econômica e ambiental) articula todas essas estratégias.

Dentro dos aspectos variados e do corte espacial abordado, é interessante assinalar a dimensão ambiental e as suas interfaces com as políticas urbanas, culturais e de dimensão socioeconômica na região.

A multiplicidade da idéia e o aparente consenso em torno da “necessidade” de desobstrução da orla fluvial de Belém sintetizam um processo contraditório. Enquanto grupos de interesses absolutamente diferentes parecem discutir o tema, movimentos de agentes do mercado imobiliário indicam uma antecipação de ganhos, e investimentos e subsídios indiretos do poder público dão condições à apropriação desigual do território e dos recursos. A idéia de “desenvolvimento” expressa na intervenção territorial dos defensores da “desobstrução” do rio e da baía parece encerrar a continuidade do desenvolvimento espacialmente desigual. Em outras palavras, reproduz a desigualdade no acesso aos benefícios territoriais, entre os quais a localização e o acesso à água¹⁹ se configuram como dos mais importantes. Nos termos de Smith (1988), trata-se de um problema a ser encarado dialeticamente: o capitalismo aciona novos territórios, impactados a partir disso, e ofusca outros, logo qualificados como obsoletos, esvaziados e/ou decadentes. Pelo padrão de intervenção e de reocupação de tais áreas, a tendência parece ser a de ignorar a diversidade de representações do meio ambiente, isto é, ignorar que o ambiente não é uno; é percebido e apropriado diferenciadamente (Campbell, 1996). Dessa forma, as atividades econômicas historicamente situadas nas margens do rio e da baía, bem como as populações ali residentes, são enquadradas como obstáculo ao projeto consensual de requalificação do território.

Em outro aspecto, a porção de “requalificação” do território a que corresponde o parque ambiental e demais intervenções congêneres sugere um ambiente controlado, produzido, esteticamente palatável para um mercado consumidor específico e, finalmente, calcado numa estetização da paisagem como modelo da natureza desejável. “Síntese” pretensa do ambiente da região, o parque se pretende local de convivência dos apreciadores da operação de “resgate” do contato com a natureza. Tal operação, tipicamente moderna e já executada noutros tempos,²⁰ ao guardar razões específicas para sua legitimidade, denota o conteúdo das relações entre classes sociais. Assim, denota também a diferenciação de percepções e aspirações quanto ao ambiente – se ele é fator de produção ou de contemplação, se será consumido ou de que forma pode ser preservado, se é útil ou se é simbólico.

A infra-estrutura portuária, neste caso, é fundamental. A localização da cidade de Belém tem pregnância histórica com a rede hidrográfica de seu entorno e a atividade portuária já existia, precariamente, muito antes da construção de seu porto (Penteado, 1973). O debate técnico e político em torno da reconfiguração da zona portuária é, antes de tudo, um debate entre concepções de intervenção territorial, modelos de desenvolvimento e mesmo de “sustentabilidade” – na aventada interface presente no termo “meio ambiente urbano”. O território herdado é, ao mesmo tempo, constrangimento e possibilidade de transformação social (Lipietz, 1992), herança e potencial; dessa forma, a modernização portuária (como a modernização ecológica), na verdade, suscita questões sobre qual concepção adotar na “gestão” do território herdado. Isso devido aos constrangimentos com a acumulação diante das exigências tecnológicas e gerenciais contemporâneas. No caso da modernização portuária, é inegável o acionamento de novos territórios, bem como de novas frentes de atuação do capital e de novas extensões e formas de apropriação da natureza, estratégias próprias do capitalismo (Smith, 1988).

19 A “água” não se apresenta aqui como substância, mas como referência do território, condicionante potencial de relações, de práticas e representações acerca da paisagem, de sua transformação e das estratégias de reprodução social dos grupos.

20 Como nos parques ingleses relatados por Thomas (1988) ou nas representações nostálgicas e imaginativas da paisagem natural elencadas por Schama (1996), com frequência ligadas à burguesia e a discursos de notável mobilização coletiva, pela via da ligação entre território e identidade cultural e “étnica” ou simplesmente como “refúgio” da cidade, numa tentativa confessa de “recuperação” do contato com o mundo natural.

O projeto de intervenção territorial e de “sustentabilidade”, portanto, lida com essas variáveis. No caso em questão, está em jogo a escolha do projeto político e de território a ele correspondente. A “natureza”, neste âmbito, converte-se em “recurso natural” como parte do processo que Leff (2003; 2006) chama de *economização* do mundo; um processo de recodificação que altera a maneira como se aborda a concretude do território e as representações de suas possibilidades. É assim que uma área como a do Parque Ambiental Mangal das Garças muda de sentido na perspectiva de integrar uma potencial “orla fluvial” na cidade de Belém. Constitui-se aí uma paisagem pela condensação de pequenos “ecossistemas” (re)produzidos no local que se pretende “síntese” do ambiente amazônico, configurando uma operação quase ilustrativa, cenográfica. A Natureza em miniatura na cidade é o veículo para a reconciliação dos “ribeirinhos” urbanos, ávidos pelo contato a ser resgatado com sua recém-criada “orla fluvial”. A esta “reaproximação”, corresponde, por certo, uma alteração do padrão de ocupação e do perfil dos ocupantes destas áreas; assim é que estratos de pobres urbanos residentes nas margens fluviais da cidade de Belém serão qualificados como parte da degradação ambiental e “social” da “orla” fluvial. O caso de Belém reitera, portanto, a importância da proximidade da água como condicionante de formas contemporâneas de apropriação urbana da natureza. Recorrer-se-á para tanto a uma série de ações de controle, rastreamento, monitoramento e intervenção nas formas de apropriação e acesso à água. Através de tais ações incidentes sobre as áreas situadas nas proximidades da água – ora qualificada como “rede hidrográfica”, ora como “recurso hídrico”, como “hidrovia” ou “orla fluvial” –, converte-se a natureza em paisagem de consumo visual e naturaliza-se o patrimônio das culturas regionais.

Juliano Pamplon Ximenes Ponte é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPA e doutorando do Ippur/UFRJ. E-mail: jximenes@yahoo.com

Artigo recebido em janeiro de 2006 e aprovado para publicação em abril de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e território nas Ciências Sociais. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7. In: *Anais*. Recife: UFPE, 1997. p.1910-34.
- _____. Sustentabilidad y ciudad. EURE (Santiago). Santiago, v.25, n.74, p.36-46, maio 1999. Disponível em: <http://scielo-test.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-1611999007400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15.10.2005.
- BAUDOIN, T. A cidade portuária na mundialização. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Org.) *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.27-38. (Coleção Espaços do Desenvolvimento.)
- BELÉM. Prefeitura Municipal. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém: relatório de atividades 2001*. Belém: Prefeitura Municipal/Secretaria de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2002.
- _____. *Versão oficial Portal da Amazônia*. Gabinete da Prefeitura Municipal, 2006a. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br>. Acesso em 10.12.2006.
- _____. *Portal da Amazônia: urbanização da bacia da Estrada Nova e orla do Rio Guamá*. [Apresentação em meio digital; textos e imagens eletrônicos.] Belém: Prefeitura Municipal/Secretaria de Urbanismo, 2006b. (CD-Rom.)
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRENNER, N; THEODORE, N. Cities and the geographies of “actually existing neo-liberalism”. London, *Antipode*, v.34, n.3, p.349-79, June 2002.

CAMPBELL, S. Green cities, growing cities, just cities? Urban planning and the contradictions of sustainable development. Chicago, *Journal of the American Planning Association*, v.62, n.3, p.296-312, Summer 1996.

CAP (Conselho de Autoridade Portuária do Ministério dos Transportes), *Comissão 1. Implementação do complexo: expansão do porto de Vila do Conde e transferência gradual das operações do porto de Belém*. Belém: CAP (Belém; Vila do Conde; Santarém), 2001. (Relatório final, súmula da 7ª reunião.) Disponível em: <http://www.cdp.com.br/novo/cap/relatorios/2001/comissao1_relatorio_final_minuta_20maio_2001.htm>. Acesso em 11.2.2006.

_____. Plano de desenvolvimento e zoneamento – PDZ do porto de Belém e terminal de Miramar. Belém: Companhia Docas do Pará, 2005. Disponível em: <www.cdp.com.br>. Acesso em 6.1.2006.

CARDOSO, A. L. Trajetórias da questão ambiental urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. Curitiba, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.102, p.51-69, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.pr.gov.br/ipardes/publicacoes/revista_pr/revista_pr_102.htm>. Acesso em 5.2.2006.

CDP (Companhia Docas do Pará). As potencialidades do terminal marítimo *offshore* do Espadarte. Belém: CDP, 2005a. Disponível em: <www.cdp.com.br>. Acesso em 6.1.2006.

CEF (Caixa Econômica Federal). Programa de revitalização de sítios históricos – PRSH. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/publicacao/texto/programa/prsh.htm>>. Acesso em 9.2.2006.

CHILE, W. Por que amar a Cidade Velha? Belém, *Pará +*, v.47, p.10-13, jan. 2006.

CODEM (Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém). *Cadastro técnico multifinalitário*. [Mapas eletrônicos.] Belém: Codem/Prefeitura Municipal de Belém, 2001. (3 CD-Roms.)

CORBIN, A. *O território do vazio*. A praia e imaginário ocidental. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20.ed. São Paulo: Graal, 2004.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Londres: Blackwell publishers, 1996.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LEFF, E. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: MARTINS, R.C.; VALENCIO, N. F. L. da S. (orgs.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMA, 2003. v.2, p.1-20.

_____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPIETZ, A. A regulationist approach to the future of urban ecology. Santa Cruz, CA, *Capitalism, nature, socialism: a journal of socialist ecology*, n.3, v.3, p.101-110, set. 1992.

MELLO, S. S. DE. Gestão ambiental urbana dos espaços de margens de cursos d'água. I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE REGENERAÇÃO AMBIENTAL DE CIDADES: ÁGUAS URBANAS. In: *Anais*. Rio de Janeiro, 5 a 8 de dezembro de 2005. Organizado por Vera Regina Tângari, Mônica Bahia Schlee, Rubens de Andrade. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005. (CD-Rom.)

- MORAES, A. C. R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- ORLA LIVRE, MOVIMENTO. [Arquivos, textos e imagens eletrônicas.] Belém, 2004. Disponível em: <<http://www.orlalivre.com.br/inicio.html>>. Acesso em 9.2.2006.
- PALHETA JUNIOR, F. X. *Mobilidade residencial em Belém do Pará*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PARÁ. Governo do Estado. *Estação das Docas: três anos de incentivo ao turismo*. Belém: 2003. Disponível em: <www.governodopara.pa.gov.br/noticias2003/05_2003/08_10.asp>. Acesso em 20.12.2003.
- _____. *Mangal das Garças*. Belém: Secretaria Executiva de Cultura, 2005a. Disponível em: <<http://www.prodepa.psi.br/mangal/home.htm>>. Acesso em 9.2.2006.
- _____. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Conferência estadual do meio ambiente. Propostas do Estado do Pará. Documento síntese do Estado do Pará da II CEMA encaminhado à II Conferência Nacional de Meio Ambiente – II CNMA. Belém: Governo do Estado do Pará/Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2005b. Disponível em: <www.sectam.pa.gov.br>. Acesso em 1.2.2006.
- PARÁ +. *Interligação litorânea de Belém à ilha do Mosqueiro*. Belém: Ed. Círios. v.47, p.10-3, jan. 2006.
- PENTEADO, A. R. *O sistema portuário de Belém*. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo).
- SACHS, W. *Anatomia política do desenvolvimento sustentável*. Democracia viva. São Paulo: Moderna/Ibase. v.1, n.1, p.11-23, nov. 1997.
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TADDEI, P. *Os grandes projetos*. Um olhar sobre a cultura brasileira: patrimônio. Brasília: MinC, 1998. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/textos/olhar/grandesprojetos.htm>>. Acesso em 9.2.2006.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- XIMENES, J. *A orla de Belém: intervenções e apropriação*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- XIMENES, M. *Rede intra-urbana de água e esgotamento sanitário na cidade de Belém: aspectos históricos, políticos e econômicos da estruturação sanitária*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A B S T R A C T *In the region of Belém, a city in Northern Brazil, it is possible to figure out a wide range of policies dealing with various forms of land use and appropriation, in proximity to water. Recent territorial interventions and public policies take place in this context, through urban and environmental projects, port modernization, and discourses on sustainability and increasing of urban environmental quality. Those actions seem to point, mostly, a switch on the notions, meanings and practices associated to the spaces of the city. In this case, those spaces are reconfigured: towards an incorporation of historical preservation to*

environmental debate; on a so-called 'return' to a lost notion of nature inside the cities; on the modernization of ports and on the conversion of the notions of 'Nature' to a landscape of visual consumption, through territorial interventions and projects of many self-declared 'sustainabilities' in territories located next to water.

K E Y W O R D S *Environmental planning; urban sustainability; water.*

DA FLÂNERIE AO PROJETO DEMIÚRGICO DO SHOPPING CENTER

VALQUÍRIA PADILHA

RESUMO *Esse artigo analisa o atual projeto demiúrgico do shopping center a partir da história da sociedade de consumo, desde as práticas da flânerie na Paris do século XIX. Das suas origens nas lojas de departamento européias e sua rápida proliferação pelos Estados Unidos do pós-guerra, o shopping center é apreendido como “templo” onde ocorre uma entronização da mercadoria. Mais que um espaço para compras, tem se tornado um local de lazer reificado, do desejo de participar de um mundo de sonhos vendidos pela publicidade. É um local que exclui dele aqueles que não podem consumir e que também exclui, na sua lógica privada, a cidadania, o espaço público, a cidade e sua história.*

PALAVRAS - CHAVE *Consumo; publicidade; shopping center; lazer; espaço público; espaço privado.*

Em agosto de 2000 cerca de 150 moradores de favelas, desempregados e trabalhadores sem-teto organizados escolheram o Shopping Rio Sul, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, como local de um protesto contra a desigualdade social. O evento, até então inédito, chocou frequentadores habituais e muitos lojistas que fecharam as suas portas com medo de assaltos e saques. Um dos organizadores do manifesto, André Fernandes, declarou à imprensa que tinham a intenção de “incomodar” e de “trazer um pouco de realidade para o centro do consumo”.¹ Com isso, pretendiam mostrar que, enquanto algumas pessoas privilegiadas consomem e desfrutam de seu “tempo livre” com segurança em lugares limpos, modernos e atraentes, existem milhares de pessoas vivendo em uma outra realidade, sob condições distantes e até opostas a estas que reinam no universo onírico do *shopping center*.

Por que estes manifestantes escolheram um *shopping center* para seu protesto? Provavelmente, porque perceberam que este espaço acolhe calorosamente a racionalização do capital, tornando-se hoje templo de consumo onde os desejos, os projetos, as paixões e as relações sociais materializam-se em objetos – e seus signos – a serem consumidos. O *shopping center* torna-se mais um *locus* urbano de distinção. Se não, como explicar o bloqueio aos mais pobres realizado de diferentes maneiras nos *shopping centers*? Como explicar que, nestes centros comerciais, as camadas privilegiadas da sociedade encontrem a segurança que não encontram mais nos espaços públicos? Isso só parece ser possível na medida em que o *shopping center* é um espaço privado que aciona seus mecanismos de segurança de forma a impedir a entrada e circulação de pessoas consideradas indesejadas e ameaçadoras da “ordem” artificialmente estabelecida.

Assim, o *shopping center* pode ser entendido como um espaço privado – que se propaga como público – criado para ser uma solução dos problemas da cidade onde reinam desajustes, desigualdades, contradições, imprevistos. Por isso, a cidade pode ser vista como o “mundo de fora” em contraposição ao *shopping center*, o “mundo de dentro”. O “mundo de fora” é a “realidade real”, o espaço urbano e seu caráter público. Esse mundo

1 Cf. “Sem-teto ‘invade’ shopping no Rio em protesto”, *O Estado de S. Paulo*, 5.8.2000 (Geral). Interessante observar o verbo escolhido pelo jornalista responsável por esta matéria: “invadir”, entrar à força ou hostilmente num espaço que não lhe pertence.

contém uma outra realidade construída, o “mundo de dentro”, asséptico e isento dos fatores imprevisíveis que agem no “mundo de fora”. No *shopping center* tudo é estrategicamente programado, planejado, previsto.

A programação do espaço e da administração do *shopping center* por meio de uma “gerência científica” (Gaeta, 1992) visa o controle de uma nova cidade e uma nova forma de acumulação de capital. Segundo Santos Júnior, os *shopping centers*

concentram elementos que abrangem, de maneira sintética, desde a estruturação do espaço urbano do ponto de vista do capital, até a produção de imagens ligadas às representações ideológicas da sociedade. Especialmente se apresentam como a linguagem da sedução materializada. (1992, p.61.)

Ao mesmo tempo em que a cidade real – ou o “mundo de fora” – desencadeia uma série de problemas para muitos, possibilita “alternativas” para poucos, como a criação do *shopping center*, a nova cidade do capital, a catedral onde uma parcela da população idolatra as mercadorias e vivencia lazeres reificados. Mas, se a “catedral das mercadorias” faz sucesso hoje colocando o *shopping center* como um dos empreendimentos mais rentáveis e com maior taxa de crescimento em todo o mundo capitalista,² é preciso ir às suas origens na constituição histórica do espaço urbano segundo a lógica do capital.

Como Engels já observou, por volta de 1845, quando escreveu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a ordem da produção industrial burguesa no capitalismo engendra uma desordem urbana que nos leva facilmente à conclusão de que o espaço urbano, com sua mistura entre ordem e caos, revela a própria essência da sociedade capitalista. A organização do espaço urbano exprime a organização social, de modo que a forma como as necessidades são satisfeitas (ou não) nas cidades torna-se um importante indicador de como estão sendo satisfeitas (ou não) todas as outras necessidades na sociedade. Dessa maneira, como lembra Lefebvre, “a existência urbana se confunde com a existência política, como a palavra indica. Se a cidade concentra o que faz uma sociedade, ela o distribui de uma maneira relativamente razoável em organizações e instituições” (2001, p.49).

A cidade – resultado da apropriação e transformação da natureza pelo homem – é, desde a decadência do feudalismo, o cenário onde o capitalismo protagoniza a acumulação de riqueza. No entanto, a urbanização capitalista vem provocando destruição irreversível da natureza na medida em que subordina o seu controle unicamente às exigências do lucro privado e da extração da mais-valia.

As reflexões até aqui apresentadas procuram evidenciar a importância de fazer um enlace teórico entre capitalismo, consumo e espaço urbano como base de uma análise crítica do *shopping center* como catedral das mercadorias e do lazer reificado. Então, é preciso entender que o *shopping center* nasce e se desenvolve como centro de consumo no seio da cidade capitalista de forma historicamente entrelaçada com a subordinação do lazer a essa lógica do capital.³

Hoje, os *shopping centers* refletem a “cultura de consumo” estadunidense, mas suas raízes históricas estão nas organizações espaciais e nas lojas de departamento da Europa do século XIX. Foi entre 1822 e 1832 que surgiram as primeiras galerias de Paris, impulsionadas pelo desenvolvimento das indústrias têxteis, pelo uso do ferro nas construções e pela utilização da fotografia como meio de comunicação. Eram grandes centros comerciais onde se vendiam mercadorias de luxo que, pela quantidade, podiam ser armazenadas em estoque e vendidas bem baratas em diversas promoções. Além disso, o comércio passa a ter a arte a seu serviço com o embelezamento das galerias.

2 A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) afirma que, no Brasil, o número de *shopping centers* vem praticamente dobrando a cada cinco anos. Em 1966 havia apenas um *shopping center* no Brasil, e em fevereiro de 2006, o país já contava com 263 em funcionamento, gerando 488.286 empregos. Cf. www.abrasce.com.br. Nos Estados Unidos, berço do nascimento do atual modelo de *shopping center*, em 1956 já havia cerca de 1.000 centros comerciais inaugurados e 2.000 em construção. Segundo Rybczynski (1996), entre 1970 e 1990, a cada sete horas, em média, um novo *shopping center* era inaugurado nesse país.

3 A subordinação do lazer à lógica do capital dá-se basicamente pelas várias maneiras de mercantilização da diversão. Essa forma de mercadoria (que é produzida industrialmente, divulgada pela publicidade e trocada por dinheiro) que o lazer possui na sociedade capitalista de consumo tem sido a principal preocupação dos estudos marxistas sobre o lazer. O lazer-mercadoria está no consumo dos bens materiais e simbólicos, como os produtos da indústria cultural, pacotes de viagem, brinquedos em parques de diversão, jogos eletrônicos, alimentação, cinema e diversão em *shopping centers*.

Benjamin nos oferece uma reflexão sobre esta época de modernização em Paris. Refere-se à Grande Exposição Internacional de 1867 como a fetichização⁴ total das mercadorias. Ele provoca:

As exposições universais transfiguram o valor-de-troca das mercadorias. Criam uma moldura em que o valor-de-uso da mercadoria passa para segundo plano. *Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair.* A indústria de diversões facilita isso, elevando-o ao nível da mercadoria. O sujeito se entrega às suas manipulações, desfrutando a sua própria alienação e a dos outros ... A fantasmagoria da *cultura capitalista* alcança o seu desdobramento mais brilhante na Exposição Universal de 1867. O Império está no apogeu do seu poder. Paris se afirma como a capital do luxo e da moda. (1991, p.35-6, grifos meus.)

Essa passagem é interessante para refletirmos como a “cultura de consumo”, que se instalou no Ocidente a partir do final do século XIX, torna-se reflexo da racionalidade do capitalismo quando realiza a passagem do ato de comprar objetos úteis ao ato que consubstancia o prazer de comprar. A “cultura de consumo” que se estabelece transforma os hábitos cotidianos, as relações entre as pessoas, as percepções dos espaços e os significados dos objetos.⁵

Parece-me bastante pertinente destacar a provocação feita por Benjamin (1991) sobre as transformações de Paris no século XIX visto que ele percebe que ali o capitalismo já começa a configurar-se como uma cultura de reificação, que faz com que o valor-de-uso das mercadorias seja subordinado a seu valor-de-troca. E mais: o autor percebe que a alienação humana que provém desse processo de fetichização implica a entrega das pessoas à “cultura de consumo” como uma forma de divertimento e de felicidade.

Diante de todas as transformações que foram moldando a cultura urbana, Sennett (1998) vê um importante paradoxo no final do século XIX: as condições materiais tornaram-se mais conhecidas e mais regulares para as pessoas enquanto a vida pública foi ficando cada vez mais instável. Mas a vida pública responde à nova vida material alterando o comércio varejista nas capitais. As novas lojas de departamentos são uma forma de intercâmbio entre o público e o privado nas vidas das pessoas. De certa forma, o consumo e o desenvolvimento da comunicação provocam mudanças radicais nos limites da vida pública e da vida privada.

As lojas de departamentos que nasciam e marcavam a época eram uma resposta à produção fabril, que possibilitava abaixar os preços de algumas mercadorias ao mesmo tempo em que as diversificava. E como a produção era feita em massa, havia a necessidade de formar-se também uma massa de consumidores, o que não era possível acontecer no comércio tradicional das ruas parisienses.

Com as novas lojas de departamentos nas capitais, até as pessoas da classe média e os trabalhadores podiam comprar artigos que antes nem sonhavam em ter. Na verdade, esta nova forma de comércio provoca o consumo de coisas supérfluas, o que dava aos compradores a sensação de estar participando dessa padronização das mercadorias. Mas os lojistas tinham diante de si um novo desafio: motivar as pessoas a comprar mercadorias das mais variadas e das mais indefinidas. O curioso é notar que, para resolver este problema, os comerciantes inventaram espetáculos do lado de fora das lojas para “dotar as mercadorias, por associação, de um interesse que a mercadoria poderia intrinsecamente não ter” (Sennett, 1998, p.182). Além desse importante recurso, as lojas de departamentos deveriam sempre manter uma oferta de utensílios diferentes, e um empurrava o comprador ao outro, na medida em que deveriam estar dispostos lado a lado.

4 Fetichização é um conceito que deriva da palavra *fetich*, que, por sua vez, deriva da palavra portuguesa *feitico*. Seu uso está ligado à idéia de que, no capitalismo, as mercadorias ganham um sentido que ultrapassa a sua simples utilidade. As mercadorias são revestidas de uma magia, de uma fantasmagoria ou um feitico, ganhando significados e valores que passam a ser atrelados a elas, como felicidade, prazer, sucesso, modernidade etc. A moda é um bom exemplo da fetichização das roupas e calçados. Esses bens passam a ter valor pelo *status* ou pela marca social mais do que pela utilidade de proteger o corpo do frio ou simplesmente de cobri-lo.

5 Sennett (1998) entende a formação dessa “cultura de consumo” numa análise histórica do declínio da esfera pública associado ao aumento da importância do privado. O autor associa o fim da cultura pública ao desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVIII e XIX. O capitalismo impulsionou um deslocamento do foco das pessoas para as coisas, fazendo com que as pessoas busquem significados pessoais em objetos e em condições objetivas da vida em sociedade. E o crescimento das cidades foi o cenário dessa mudança de estado público para estado privado da sociedade ocidental na passagem do século XIX para o século XX.

No momento de olhar as mercadorias e comprá-las, suspendia-se o caráter de utilidade dos objetos para dar espaço ao prazer de comprar algo inesperado, diferente. Os varejistas perceberam então que deveriam provocar nos consumidores o desejo de comprar objetos exóticos e cheios de novidade. Na verdade, como sugere Sennett (1998), era preciso criar nas lojas de departamentos uma desorientação como forma de estímulo às compras. Essa desorientação foi tomando corpo com a propaganda, que se baseia na superposição de imagens. Era necessário revestir as mercadorias de mistérios.

As atenções dos consumidores não estavam mais sobre as condições em que os objetos eram feitos, mas passaram para os objetos em si, na medida em que são atribuídos novos sentidos e novos mistérios que desviam os compradores da utilidade das mercadorias que compram. As vitrines das lojas e as fotografias publicitárias que criavam ambientes fantasiosos ou colocavam figuras públicas importantes usando tal ou qual mercadoria criavam uma associação entre os artigos das lojas e o *status* incorporado neles.

A personalidade das pessoas que consumiam as mercadorias porque estavam muito bem dispostas em vitrines ou porque estavam associadas a uma duquesa qualquer, na verdade, estava sendo moldada por essa nova concepção de consumo. Era crescente a importância que os cidadãos londrinos ou parisienses davam às aparências exteriores ou à aquisição de certos bens como sinais de caráter pessoal ou de *status* social. Era o valor simbólico das mercadorias que movia, cada vez mais, os consumidores às compras.

As galerias de Paris, que foram descritas por Benjamin (1991) e por Sennett (1998), tornaram-se o centro de consumo e de luxo, configurando-se em espaços de ostentação e de desejo de consumo. As vitrines e a disposição das lojas em corredores distribuídos em forma de labirinto possibilitaram a *flânerie*, ou seja, o ato de passear, olhando vitrines, sem objetivo definido. O *flâneur* é aquele passante que busca uma identidade para si através do olhar. Charles Baudelaire é o escritor francês do século XIX que cria o *flâneur* como personagem para explicar a modernidade que surgia. Na sua literatura panorâmica – com base no hábito do escritor de ficar observando o seu entorno como a um panorama – Baudelaire (1997) faz ressaltar que antes de Haussmann,⁶ eram raras as oportunidades de se praticar a *flânerie*, já que não existiam passagens largas para os transeuntes. Por isso as galerias eram o lugar preferido dos *flâneurs*, perambuladores e fumantes. Assim, a rua torna-se moradia para o *flâneur* que acaba por legitimar, por isso, a sua vagabundagem.⁷

O que estava sendo criticado pela literatura baudelaيرية, por meio da figura do *flâneur*, era o efeito narcotizante da cidade grande sobre a multidão de seus habitantes. Na época do crescimento urbano e desenvolvimento tecnológico, vários intelectuais, artistas e escritores refletiam em suas obras os efeitos provocados pela vida na cidade grande, como o crescimento populacional, a indiferença entre as pessoas, a falta de espaço que as obriga a apertarem-se em determinados lugares, a perda do contato pelo olhar e pelas palavras entre as pessoas. Na verdade, tratava-se de fazer a crítica à coisificação à qual se sujeitavam as pessoas que vivenciavam aquela fase do despertar do capitalismo urbano. Por isso a *flânerie* é tão importante nas reflexões sobre todo o processo de transformação por qual passavam as capitais francesa e londrina.

FETICHISMO DA MERCADORIA: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA À SOCIEDADE DE CONSUMO

Essa viagem ao século XIX leva a pensar que o fetichismo consumista presente nos *shopping centers* e na publicidade dos dias atuais originou-se nesta fase do desenvolvimento

6 O Barão Georges-Eugène Haussmann, por volta de 1850, foi indicado por Napoleão para ocupar o cargo de chefe de departamento do Sena, em Paris. Ele acumulava os cargos de prefeito, ministro de obras públicas e planejador-chefe da cidade. Haussmann realizou uma verdadeira reconstrução de Paris, o que Sennett (1998) chamou de “ecologia de classes”, na medida em que ele buscava uma unidade econômica homogênea para os bairros da cidade. Ele próprio se identificava como um “*artiste démolisseur*” (artista demolidor), pois destruía Paris com a intenção de criar uma nova cidade, mas com ares de obra de arte.

7 Podemos entender que, segundo Baudelaire, o ocioso *flâneur* era sinônimo de protesto contra a divisão do trabalho, a operosidade e a eficiência que a industrialização reclamava. Muitas vezes o *flâneur* levava consigo, nas suas caminhadas, tartarugas para lhe ditarem o ritmo dos passos. Eles pretendiam, de certa forma, mostrar a velocidade com que o progresso deveria acontecer. Assim, o *flâneur* é visto como uma figura transgressora que não se submete à ditadura dos horários ou aos deveres do consumidor, na medida em que ele não vai às compras e que apenas perambula pelas passagens dos comércios.

do capitalismo em que se combinaram produção em massa por meio da indústria e crescimento do mercado urbano com as lojas de departamentos e galerias. O fetichismo – revestimento dos objetos para venda com valores ideológicos – era o fenômeno intrínseco às primeiras lojas de departamentos. As compras passaram a ser prazerosas para os ricos, que foram deixando de mandar seus empregados fazê-las ou aguardar a presença dos mercadores em suas residências. O consumo de mercadorias começa, então, a significar um mergulho em fantasias e *status* social, na medida em que os objetos passaram a ser adquiridos não pelo seu valor-de-uso, mas pelo significado social de sua posse.

Nesse processo de distinção social pela posse, a aparência das mercadorias – seu aspecto estético – ganha cada vez mais importância. Vale a pena citar uma longa passagem de Haug, quando afirma que

... na relação de interesses da troca, a tendência para a tecnocracia da sensualidade situa-se economicamente na subordinação do valor de uso ao valor de troca. Uma vez que, com o desdobramento da produção privada de mercadorias, produz-se essencialmente valores de troca e não “meios de sobrevivência” essencialmente sociais – meios para a satisfação de necessidades –; uma vez que as qualidades das mercadorias, que correspondem às necessidades dos futuros consumidores, não passam, portanto, de um meio para atingir um fim – a realização do valor de troca –, vale o que o jovem Marx acentuou com veemência nos *Manuscritos parisienses*: todo produto de uma produção privada “é uma isca, com a qual se pretende atrair a essência do outro, seu dinheiro”, a única coisa importante para o ponto de vista do valor de troca. Por outro lado, “toda necessidade real ou possível” do homem sensível “significa uma fraqueza que levará a mosca à armadilha”. Onde quer que haja carência, necessidade e precisão, surge um proprietário de mercadorias oferecendo os seus “amáveis préstimos” através de “amabilíssimas aparências”, para logo em seguida apresentar a conta. (1997, p.27.)

A aparência das mercadorias é, na verdade, “um valor-de-uso estético prometido pela mercadoria” como forma de se obter dinheiro (Haug, 1997). Desse modo, o aspecto sensível torna-se portador de uma função econômica e “quem domina a manifestação, domina as pessoas fascinadas mediante os sentidos” (Haug, 1997, p.27). Na análise desse autor, quem busca o amor faz-se bonito e amável. Da mesma maneira, as pessoas retiram a sua expressão estética das mercadorias, as quais, por sua vez, retiram a sua linguagem estética e sensível do galanteio amoroso entre os seres humanos.

O valor-de-troca, um forte estímulo estético e a libido são moldados fazendo com que os meios de expressão (como a publicidade) se tornem valiosos e caros. O valor-de-uso das mercadorias – sua utilidade intrínseca – passa a se submeter ao valor-de-troca. Assim, a aparência das mercadorias passa a ser de fundamental importância para sua venda. É a publicidade que vai garantir a divulgação da aparência criada, no capitalismo, à imagem da ansiedade do público consumidor.

O fetichismo da mercadoria e o controle que o capital exerce sobre o trabalho humano, no capitalismo, são causas diretas da alienação ou estranhamento dos trabalhadores. Marx desenvolve esta análise nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Ao produzir mercadorias, o trabalhador torna-se, ele mesmo, uma mercadoria – vende sua força-de-trabalho no mercado como se fosse uma mercadoria qualquer. “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (Marx, 1989b, p.148, grifos do autor). O produto do trabalho – o objeto –

aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence.

Nas sociedades capitalistas, o homem não produz mais apenas para satisfazer suas necessidades diretas, embora a produção seja a objetivação das necessidades humanas, em certa medida. Existem outras necessidades em jogo que são as necessidades de valorização do capital. A produção capitalista é baseada num trabalho excedente que gera mais-valia (na produção das mercadorias) e lucro (na venda das mercadorias). Este excedente não é calculado com base nas necessidades do homem, mas sim com base nas necessidades do capital, o qual, por sua vez, precisa criar novas necessidades para estimular a demanda e o consumo não só de mercadorias com valores-de-uso mas, também, com seus respectivos valores-de-troca.

Como bem nos lembra Istvan Mészáros,

o capital não trata *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Devidamente situado no tempo e no espaço, isto representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de uso, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista. (1989, p.22-3.)

Partindo, então, deste princípio do capital que trata *útil* e *utilidade* em termos de vendabilidade, quanto menos tempo uma dada mercadoria é realmente usada melhor é do ponto de vista do capital, uma vez que aumenta a vendabilidade ou a troca de uma mercadoria por outra. Para haver reprodução do capital, a produção deve visar um consumo descartável, do desperdício. A única coisa que realmente importa ao capital é que as mercadorias produzidas possibilitem a realização do seu valor-de-troca, independente do seu valor-de-uso.

Nesse sentido, o capitalismo é um sistema que precisa sempre aumentar a produção de mercadorias em quantidade e variedade, mas não em qualidade ou durabilidade. Por isso, independentemente da forma como se dá esta produção – se ela é artesanal, mecânica ou automatizada –, sob a lógica do capital ela não está mais ligada diretamente às necessidades humanas. Quando os meios de produção tornam-se capital,

... eles têm de se *opor* às necessidades humanas, se a lógica do capital o exige, sobrepondo às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim chamadas “*necessidades da produção*”, que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. (Mészáros, 1989, p.29, grifos do autor.)

As exigências produtivas do capitalismo que visam a auto-realização e a expansão do capital transformam as necessidades humanas em necessidades alienadas, na medida em que as artificializa. Em vista disso, apesar do crescente (e contraditório) aumento da produtividade, torna-se ilusório o sonho de uma sociedade da abundância cada vez maior. Em princípio, segundo Mészáros (1989), é verdade que o desenvolvimento da produção capitalista requer a expansão do círculo de consumo, como acontece com o círculo da produção. No entanto, o capital percebe que pode ser muito mais interessante acelerar a

velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo em vez de correr riscos alargando este círculo.

Assim, enquanto a “taxa de uso decrescente” pode aumentar a lucratividade, não há razão para ampliar a circulação, muito pelo contrário, há uma “restrição artificial” desse círculo de consumo, do qual são excluídos vastos segmentos da população, não só em países do terceiro mundo como até mesmo em países “avançados” (Mészáros, 1989). Seguindo esse raciocínio, parece ser evidente a impossibilidade de uma sociedade de abundância para todos, não apenas pelos limites ambientais, mas pela própria lógica interna do capital. No entanto, é preciso, para a reprodução do capital, estimular a abundância da sociedade do consumo, mesmo que ela fique apenas na ilusão. E a publicidade se encarrega da condução desse estímulo.

PUBLICIDADE E OBSOLESCÊNCIA PLANEJADA DE MERCADORIAS

A origem da palavra *publicidade* está associada à noção de *público* na acepção de manifestações acessíveis a todos, ou seja, a publicidade tem a tarefa de tornar algo público. A publicidade e o *marketing* invadem, então, a esfera pública. A partir da segunda metade do século XIX, a publicidade ganha real importância no processo capitalista de concentração industrial e passa, ela própria, a se beneficiar dos avanços dos estudos de mercado. No século XX a publicidade televisiva ganha um estatuto preponderante, já que a imprensa escrita se restringe às camadas superiores da população, enquanto a televisão atinge todas as camadas sociais. A publicidade passa a atuar diretamente sobre os indivíduos como consumidores, manipulando-os comercialmente sob o pretexto de responder aos interesses do bem comum. Assim, a publicidade, a serviço dos capitalistas, tem a tarefa de criar o novo, novos arquétipos ou símbolos que o público deve adotar. Conforme sugere Habermas (1992), a publicidade confere a seu objeto a dignidade de um negócio de interesse público e é sobre esse objeto que as pessoas privadas formam sua opinião pública.

Fromm tem uma passagem interessante que sintetiza essa lógica consumista por trás da publicidade:

Se o princípio econômico dominante é o de que produzamos cada vez mais, o consumidor deve estar preparado para querer – isto é, para consumir – cada vez mais. *A indústria não depende dos desejos espontâneos do consumidor* de quantidade cada vez maior de mercadorias. Fabricando objetos que devem cair em desuso, ela o força a comprar coisas novas quando as velhas poderiam durar muito mais. ([19--], p.52, grifos meus.)

Retomando o princípio econômico da “obsolescência planejada”, a publicidade é mais uma ferramenta de criar necessidades nas pessoas para que a circulação de mercadorias tenha um fluxo otimizado. Por isso, pode-se afirmar que ela visa muito mais do que o corpo: seu alvo é a “alma humana”. Como sugere Barber (1996), o corpo tem limites físicos de satisfação que a alma não tem, o que faz com seus desejos sejam infinitos. Assim, o espírito humano é o verdadeiro motor da “sociedade de consumo”, mais do que o corpo. Na verdade, os profissionais da publicidade e do *marketing* procuram descobrir os desejos mais inconscientes dos seres humanos, aquilo que é uma necessidade no plano subjetivo e não no plano da objetividade. Foi por esse caminho que as agências de publi-

cidade descobriram que é quase sempre muito vantajoso estabelecer uma correlação entre desejo sexual e desejo de compra.

Num estranho processo de personalização imposto pelo sistema de consumo, existe um efeito semelhante ao processo de “naturalização”. Baudrillard (1995) exemplifica: desmata-se uma floresta para ali construir um condomínio chamado “Cidade Verde”, onde serão replantadas árvores para dar sugestão de espaço de natureza.⁸ Ou ainda, vende-se uma maquiagem com o argumento de que ela deixará a pele com um brilho natural e duradouro. O mesmo pode-se dizer dos *shopping centers*, construções totalmente caracterizadas por espaços fechados e cobertos, ventilados e iluminados artificialmente. A imensa maioria desses centros comerciais conta com uma ou mais praças, fontes, esculturas, plantas, flores ou árvores que são ornamentos fundamentais de sua decoração. O consumidor imerso neste mundo artificial não fica totalmente privado de algum contato com a natureza ou com a imagem das ruas e praças do mundo que ele deixou para fora. Em vários *shopping centers*, cujas construções são mais modernas, é possível observar passagens ou praças cobertas com teto de vidro para que o visitante possa, ao menos por alguns minutos, perceber a luz “natural” do dia.⁹

Godelier (1977, p.213) ressalta que o fetichismo do mundo das mercadorias consiste na propriedade que o valor tem de dissimular a sua essência. Assim, não é o homem que se engana sobre a realidade, mas sim a realidade que o engana aparecendo sob uma forma que a dissimula e a apresenta contrária à consciência espontânea dos indivíduos. Esses indivíduos criam representações sobre suas relações econômicas, formando crenças ilusórias e fantasmagóricas sobre a realidade social. Godelier (1977) afirma que essas representações ilusórias não podem ser o ponto de partida da análise científica da realidade social.

Hoje, o que mais caracteriza a publicidade é o fato de ela vender idéias, valores, estereótipos e preconceitos. Os produtos anunciados são carregados de significados e de possibilidades e as emoções são muito mais exploradas que a utilidade do produto propriamente dita. A publicidade faz um serviço de depuração, de limpeza das coisas, pois ela mantém apenas o lado positivo do que anuncia. Os anúncios publicitários divulgam apenas a dimensão do que é bom nos produtos, quando, na realidade, sabemos que as mercadorias e os serviços também trazem consigo problemas, defeitos, contradições. Assim, a publicidade elimina aquilo que há de vida, que é real, que é da natureza das coisas. A recusa dessa dimensão nos objetos e atividades anunciadas torna o mundo falsamente harmonioso.

Na medida em que a publicidade e a “cultura de consumo” atuam nas sociedades capitalistas como instrumentos que conformam a arte, a cultura, as necessidades e a própria vida e, na medida em que legitimam a conversão de tudo em mercadoria, elas contribuem para a generalização do processo de reificação ou coisificação.

LAZER-MERCADORIA NO SHOPPING CENTER

Nesse sentido, o lazer – como atividade a ser realizada num tempo considerado disponível ou “livre” – também é mercadoria nas sociedades regidas pela lógica e racionalidade do capital. Por isso, tempo livre e capitalismo formam um par imperfeito (Padilha, 2000), do ponto de vista do caráter de liberdade atribuído a esse tempo.

Em geral, as abordagens críticas do lazer – de inspiração marxista – visam entendê-lo como um fenômeno social que, por estar inserido numa sociedade contraditória, é, ele também, cheio de contradições. Assim, o lazer é um tempo que serve tanto para o consumo manipulado pela publicidade que prioriza o lucro dos capitalistas como para a pos-

8 O Parque Dom Pedro Shopping, inaugurado em Campinas (SP), em 2002, é um *shopping center* que se propaga como um investimento imobiliário que preserva o meio-ambiente. Uma “homenagem à natureza” é prestada por esse *shopping*, um espaço dividido em setores denominados “Flores”, “Águas”, “Árvores”, “Colinas” e “Pedras”. O Parque Dom Pedro Shopping é considerado um megaempreendimento onde foram investidos mais de duzentos milhões de reais e é, hoje, o maior centro de moda, cultura e lazer da América Latina. Possui a maior praça de alimentação do Brasil, comporta mais de 360 lojas, 15 salas de cinema e ainda tem uma capela. O Parque Dom Pedro Shopping orgulha-se por ter plantado mais de 25 mil mudas de árvores nativas ao redor do centro comercial, mas não contabiliza quantas árvores precisou derrubar para ser construído. “O modelo pioneiro do Parque D. Pedro está aliado ao bem-estar e entretenimento da comunidade local e à preocupação especial com o meio-ambiente.” Disponível em www.parquedpedro.com.br. Quando a *homepage* do Parque Dom Pedro Shopping é acessada, ouve-se som de pássaros cantando.

9 É interessante observar que os *shopping centers* construídos nas décadas de 1960 e 1970 ainda possuem um estilo arquitetônico de linhas mais retas, com ambiente mais sombrio, sem nenhuma luminosidade natural ou percepção, por parte dos consumidores, das condições climáticas externas.

sibilidade de transformar-se em tempo de reflexão e praxis. No “*shopping center híbrido*” – que hoje perdeu o caráter exclusivo de centro de compras para se transformar num centro de lazer e de serviços – prevalece um certo encantamento das pessoas que ali ocupam o seu tempo supostamente livre de forma a configurar um lazer reificado.

A tese que procuro defender quanto à relação entre *shopping center*, consumo e lazer é a de que os *shopping centers* são símbolos de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria; e que, além disso, oferecem a uma parcela da população o direito a esse consumo e a esse lazer, enquanto exclui a maioria dessa mesma população. Assim, esses centros comerciais configuram-se como espaços de lazer alienado, influenciando de forma decisiva a construção da identidade social de cada um, tanto dos que freqüentam esses espaços como também dos que não os freqüentam, mas, enfeitados pela publicidade e pela “cultura de consumo”, desejam freqüentá-lo.

O *shopping center* pode ser entendido como um “não-lugar” (Augé, 1994) onde é muito difícil que as pessoas travem relações sociais entre si que não sejam coisificadas ou permeadas por objetos de consumo. A sociabilidade dos freqüentadores de *shopping centers* é, portanto, estranhada e reificada, na medida em que “o vínculo social entre os indivíduos assume, então, a forma de coisa” (Silveira, 1989, p.55). Os “sujeitos coisificados” são determinados e limitados pelas coisas que se apropriaram do que era próprio do sujeito.¹⁰ Assim, *a coisa, o capital, a mercadoria, o dinheiro* dependem dos sujeitos para reproduzirem-se como tais. Esse estranhamento realiza-se plenamente na complexa engrenagem do *shopping center*, como este texto procura asseverar.

Entre as mercadorias presentes no *shopping center* está o lazer: as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos, entre outros. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em *shopping centers* levam seus freqüentadores a encontrarem diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o *ser* permanece subjugado ao *ter*. O lazer oferecido em *shopping centers* é alienante porque leva ao distanciamento dos sujeitos deles próprios ao mesmo tempo que os “empobrece”. Esse empobrecimento deve ser entendido em relação ao que Marx considerava como a verdadeira *riqueza*, ou seja, “... o homem (na) plena riqueza de seu ser, (é) o homem rico e profundamente dotado de *todos os seus sentidos*...” (Silveira, 1989, p.48, grifos do autor). O *homem rico*, para Marx, não tem a riqueza na sua conotação burguesa, mas é o homem emancipado que realiza plenamente seus sentidos.¹¹ A perversa lógica na qual está inserido o *shopping center* não possibilita que o homem desenvolva esta dimensão da *riqueza*.

Ainda é possível pensar que o *shopping center* é uma instituição que privatiza o lazer. Mas é preciso reconhecer que isso acontece e complexifica-se na medida em que não existem políticas públicas que confirmam ao fenômeno do lazer o caráter de direito social, direito de todos. O *shopping center* só vem aumentando sua participação na esfera do lazer urbano por causa da brecha que a inexistência ou ineficiência dos espaços públicos de lazer, sobretudo no Brasil, vêm abrindo. A ausência de políticas públicas favorece não só a privatização do lazer pelo *shopping center* como também a segregação social, uma vez que o poder aquisitivo acaba sendo um dos determinantes principais para as tomadas de decisões diante das escolhas existentes.

Por isso, é necessário relativizar e analisar criticamente a crença e valorização da “escolha” e da “liberdade” como principais atributos do lazer. De modo geral, prevalece a idéia equivocada de que o lazer está sempre imune às formas de não-liberdade, de opressão, de alienação, como se ele integrasse um mundo independente de toda a racionalidade

10 Sobre estranhamento e os sujeitos sujeitados pelas “coisas”, Paulo Silveira afirma: “Como coisa a natureza não é objeto para o homem, no sentido de que não resulta da atividade prática de um sujeito. Por conseguinte, mesmo sendo constituída como coisa na história, isto é, pelo homem, ela é evidenciada praticamente de uma forma *abstrata*, como se fosse dotada de poder e de autonomia próprios (esta é precisamente uma das dimensões do *estranhamento*). E, paradoxalmente, é como se a coisa encarnada nas diversas formas em que é capaz de metamorfosear-se, em capital, em valor-de-troca, em mercadoria, em dinheiro, é que pusesse *sujeitos*: os *sujeitos como postos pela coisa, isto é, sujeitados*” (Silveira, 1989, p.47, grifos do autor).

11 “Mas, de fato, se se despoja a riqueza de sua limitada forma burguesa, que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal? Que senão o desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais, tanto sobre as da assim chamada natureza como sobre sua própria natureza? ... Que senão uma elaboração como resultado da qual o homem não se reproduz em seu caráter determinado, mas que produz sua plenitude total?” (Marx apud Silveira, 1989, p.49).

do capital. Embora as pessoas possam realmente ter a sensação de que são mais livres e de que têm mais poder de escolha nos momentos de lazer, esses atributos precisam ser, parafraseando Benjamin (1994), “escovados a contrapelo”, superando as aparências e buscando a essência dos fenômenos.

Está na própria origem da palavra lazer – do latim *licere* – o significado de “ser permitido”, que pode alimentar uma visão restrita de liberdade, como na afirmação de Freitas: “Hoje, para encontrar liberdade, é preciso procurar espaços onde o lazer esteja protegido, fora de perigo, como propõem os *shopping centers*” (1999, p.135, grifos meus). Que perigo seria este do qual as pessoas se vêm protegidas ao desfrutar dos lazeres oferecidos pelos *shopping centers*? Provavelmente, o perigo que brota das desigualdades sociais estampadas na dinâmica da vida real, do “mundo de fora” ao qual o *shopping center* não pode pertencer sob pena de perder seus maiores atrativos.

SHOPPING CENTER COMO ESPAÇO DE SEMIFORMAÇÃO E DE CULTURA DESCARTÁVEL

Partindo dessas reflexões, pode-se fazer um paralelo entre os *shopping centers* de hoje e as grandes Exposições Universais do século XIX que ocorriam em Paris: ambos são espaços de “fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair” (Benjamin, 1991, p.53). Esses espaços, ao distrair as pessoas de forma estranhada, promovem a comercialização de seus desejos, de seus prazeres e, também, de seu “tempo livre”. Nos *shopping centers*, a experiência de diversão e descanso passa pelo consumo real ou visual de bens materiais, de bens da “indústria cultural”, em particular o cinema hollywoodiano que propaga o “*American way of life*”, transformando o “tempo livre” das pessoas em tempo estranhado.

Espaços como o *shopping center* afastam as pessoas de qualquer experiência de “formação”, nos termos de Adorno (1996); ou seja, a “formação” deveria corresponder a uma sociedade de seres livres e iguais. Ela deveria dizer respeito ao “indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos” (Adorno, 1996, p.392). Essa “formação”, que é cultural, segundo Adorno, supõe uma “humanidade sem exploração” e, mais do que isso, supõe a libertação da imposição dos meios e da utilidade, o que significa a autonomia do ser social. Nesse sentido, o *shopping center*, por toda a sua complexidade, dificulta ainda mais o fim do que Adorno (1996) chamou de “necrose da formação cultural” – ou a “semicultura”.¹² Este espaço urbano de consumo e de lazer é como a “indústria cultural”: leva as pessoas à ilusão de que “todos os que riem juntos conseguem a identificação” (Adorno, 1996, p.396).

No *shopping center híbrido*, é evidente a ausência de uma totalidade reconciliada com os singulares autônomos, assim como sob a lógica do capital, em geral. Neste espaço, os sujeitos estão ainda mais destituídos de liberdade de forma que, como sugere Adorno (1996), a vida em conjunto com os outros não se articula como verdadeira, uma vez que lhe falta o necessário apoio em si mesma. A consciência crítica não existe na “semiformação” cultural, uma vez que ela é “o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (Adorno, 1996, p.400).

A mesma análise que a Teoria Crítica desenvolveu em relação à “indústria cultural” pode ser feita em relação ao *shopping center híbrido*. A “indústria cultural” colabora para a “semiformação cultural”, na medida em que, como sugere Adorno (1996), os motivos do lucro encobrem a cultura como um mofo. A “indústria cultural”, assim como o *shopping*

12 A teoria da *semicultura* é complexa e densa em Adorno (1996). Ele entende *semicultura* como *semiformação*. A idéia de *formação cultural* implica uma humanidade sem exploração, de homens livres numa sociedade livre. Formação é “a libertação da imposição dos meios e da estúpida e mesquinha utilidade” (p.392) e tem como condições a autonomia e a liberdade. Nesse sentido, *semiformação* ou *semicultura* passa a significar o ajustamento do conteúdo da *formação* (cultura + filosofia) pelos mecanismos de mercado à consciência da massa, dos excluídos do privilégio da cultura. Para Adorno, uma das principais figuras que socializa esse ajustamento dos conteúdos da formação pelos mecanismos do mercado para as massas é o publicitário. A *semicultura* é o espírito da indústria cultural e é sinal de conformismo. Adorno defendia a necessidade de um resgate da “formação cultural tradicional” (p.395) para servir de antítese à *semiformação*, que é uma forma de necrose da formação cultural. Para Adorno, a *formação* foi esmagada pela queda do pensamento filosófico. “O semiculto dedica-se à conservação de si mesmo sem si mesmo” (p.405).

center, incentiva a necessidade por “semicultura”, da qual se nutre o mercado. O consumo dos produtos da “indústria cultural” – e do *shopping center* – está intimamente ligado a um tipo de narcisismo coletivo que faz com que exista uma identificação coletiva que, de certa forma, compensa a sensação de culpa por não fazermos o que deveria ser feito.

Diante de tudo o que foi colocado aqui, podemos sustentar que o *shopping center* é um espaço de “semiformação cultural” que oferece uma “cultura descartável” (Fontenelle, 2002) e um lazer reificado ao mesmo tempo que representa uma afirmação da racionalidade econômica do capital no interior da sociedade. O *shopping center* pode servir, então, como uma referência para pensar não só a sociedade capitalista em geral como também a “sociedade de consumo” e de lazer, vista como um “mundo encantado” que, num delírio coletivo, obscurece a consciência dos seres sociais.

O *shopping center* é, assim, o *locus* do estranhamento, do sujeito “semiformado”, da reificação do prazer e do lazer. O homem não está alienado e estranhado apenas do e no trabalho que realiza (tanto em relação ao *produto* do trabalho quanto em relação à *atividade* mesma da produção), mas também do e no lazer, do e no tempo disponível. Numa perspectiva ontológica, pode-se pensar que a mesma lógica que aliena do homem, em seu trabalho, a sua própria natureza, ou seja, aliena o *gênero humano* (Marx, 1983), não cessa de agir quando o homem está fora do trabalho.

Entre as possibilidades de ocupação desse tempo disponível do homem (principalmente os das classes burguesas) está a busca por segurança, beleza, distração, alegria e lazer em *shopping centers*. No entanto, nestes templos de consumo e de lazer os homens continuam sob as condições de alienação e de estranhamento nas quais se encontram no “mundo de fora”, em outras palavras, nos *shopping centers*, os seres sociais estão alienados de si mesmos. Eles continuam alheios ao seu *ser genérico*, o que se agrava ainda mais quando se percebe que seu comportamento e suas relações com o mundo são mediatizados prioritariamente por objetos, por coisas. Nos *shopping centers*, até mesmo o lazer torna-se algo a possuir, a consumir, a usar e a gastar. Não há nem espaço nem tempo para a espontânea e desinteressada criação de lazer.

No *shopping center*, os indivíduos não conseguem independência das finalidades exteriores, ou seja, eles permanecem aprisionados no *reino da necessidade*, quando o lazer e a arte devem pertencer ao *reino da liberdade*. Mas, é preciso atentar para o fato de que a plena liberdade em um reino supõe a liberdade em outro. Nesse sentido, valho-me das instigantes palavras de Antunes:

Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfeticização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desfeticização no modo de produção das coisas*. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato. Do contrário, acaba-se fazendo ou uma reivindicação *subordinada* à Ordem, onde se crê na possibilidade de obtê-la pela via do *consenso e da interação*, sem tocar nos fundamentos do sistema, sem ferir os interesses do capital ou, o que é ainda pior, acaba-se gradativamente por se abandonar as formas de ação contra o capital e de seu sistema de metabolismo social, numa práxis social *resignada*. (1999, p.176, grifos do autor.)

Como afirmou Marx, se no capitalismo “o trabalhador decai a uma mercadoria” e “se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz”, a partir de um olhar crítico – que desconfia da autoridade dos fatos – lançado para o *shopping center* é possível pensar que

quanto mais poderes o homem confere às mercadorias e ao lazer coisificado, mais ele torna-se alheio a si mesmo e, conseqüentemente, aos outros seres sociais.

Os *shopping centers* são considerados neste texto como lugares de consumo que oferecem estrategicamente a alternativa do lazer para os grupos de médio e alto poder aquisitivo. Caracterizam-se por serem locais capazes de atrair pessoas que se identificam entre si de alguma maneira, constituindo-se como espaços de segregação social, sobretudo no Brasil. Templos de consumo das sociedades capitalistas são cientificamente planejados, nos seus mínimos detalhes, para a supremacia da ação de comprar. Comprar mercadorias, serviços, alimentação, lazer, distinção social, segurança, o “modo americano de viver” e a ilusão de felicidade e liberdade.

Quem vai ao *shopping center* sabe que vai a um centro de comércio não só de bens materiais, mas que se complementa com alimentação (normalmente do tipo *fast food*), serviços (bancos, cabeleiros, correios, academias de ginástica, consultórios médicos, escolas) e lazer. Ali, o consumidor de mercadorias se mistura com o consumidor de serviços e de diversão, sentindo-se protegido e moderno. Buscando fugir dos aspectos negativos dos centros das cidades, os *shopping centers* se propagam como locais próprios para uma melhor “qualidade de vida” por possuírem ruas cobertas, iluminadas, limpas e seguras; praças, fontes, bulevares recriados; cinemas e atrações prontas e relativamente fáceis de serem adquiridas – ao menos aos que podem pagar.

O que essa catedral das mercadorias pretende é criar um espaço urbano ideal, concentrando várias opções de consumo e consagrando-se como “ponto de encontro” para uma população seleta de seres “semiformados”. Para transformar-se nesse novo espaço urbano, nessa cidade artificial, conta com a incorporação da imagem como elemento fundamental, principalmente no que diz respeito à persuasão e indução de comportamentos. Assim, acaba por transformar-se numa unidade simbólica de reprodução da ideologia dominante: a ideologia do capital.

Além de o *shopping center* ser um espaço privado que reflete a distinção entre as classes sociais torna-se um espaço onde o imprevisível, tipicamente urbano, raramente ocorre. Nos centros comerciais, não foram planejados lugares para dúvidas, incertezas ou inquietações. O “feitiço” (ou fetiche) tem sua funcionalidade no *shopping center* e o imaginário que se impõe parece ser o único possível: o da plenitude da vida pelo consumo e pelo enriquecimento via posse material. Nesses espaços, podemos ocupar-nos apenas dos nossos desejos – aguçados com as inúmeras possibilidades disponíveis de aquisição.

Esse mundo de sonhos que é o *shopping center* acaba reforçando nas pessoas uma imagem de sociedade individualista, em que os valores propagados são todos relacionados às necessidades e desejos individuais. Nesse espaço de consumo, os homens acabam sentindo que podem facilmente romper com os limites da vida coletiva e com os compromissos do convívio em grupo. O que prevalece é a vontade da posse, da distinção ou da participação em um grupo social privilegiado e, com isso, do poder individual – ainda que ilusório.

SHOPPING CENTER E ENFRAQUECIMENTO DA VIDA PÚBLICA

Este texto pretendeu desenvolver uma análise crítica do *shopping center* ao interpretá-lo como um símbolo da “cultura de consumo” do capitalismo atual. Sabe-se que, geralmente, a decisão de ir ao *shopping center* ultrapassa a necessidade de comprar algo de

que se precisa. As pessoas buscam a felicidade por meio da materialização dos sentimentos, dos desejos e do prazer. Seus frequentadores sentem, aparentemente, mais prazer no mundo artificial “de dentro” que no mundo real “de fora”. Esta é uma dimensão onírica do *shopping center*, do prazer ilusório, efêmero e individualizado. Logo, pode ser visto como o espaço focalizado pelo sonho coletivo da abundância.

Essa instituição que mascara as contradições da vida social e da vida psíquica, assim como os produtos da “indústria cultural”, leva a crer que a vida desumana pode e deve ser tolerada. Isso porque faz um serviço de depuração e de assepsia, mantendo apenas o “lado positivo” do mundo. É por isso que ele acaba transformando-se em atração turística de uma cidade ou passa a ser destacado como uma parte da sua formação histórica; é por isso que o *shopping center* ganha a dimensão que tem no inconsciente coletivo. Ele deixa de ser apenas um centro de compras e torna-se um paraíso urbano para os privilegiados. O *shopping center* alimenta a ilusão de que nossas insatisfações psíquicas podem ser resolvidas por aquisições materiais e por divertimentos reificados.

Este artigo preocupou-se em destacar que o *shopping center híbrido* adquire uma importância crucial para o desenvolvimento e manutenção da lógica do capital. Ele representa hoje o principal lugar da “sociedade de consumo” contribuindo para a sacralização do modo de vida consumista e estranhado, um modo de vida em que há, com a ajuda da publicidade, uma evidente predominância dos símbolos sobre a utilidade das mercadorias, do valor-de-troca sobre o valor-de-uso.

Valquíria Padilha é professora do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA/RP) da Universidade de São Paulo. E-mail: valpadilha@fearp.usp.br

Artigo recebido em março de 2006 e aprovado para publicação em junho de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. Teoria da semicultura. São Paulo, *Educação & Sociedade*, ano XVII, n.56, dez. 1996.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AUGÉ, M. *Não-lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura.)
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F.R. (org.), *Walter Benjamin*. Sociologia. São Paulo: Ática 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 50.)
- _____. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FONTENELLE, I. A. *O nome da marca*. McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Fapesp/Boitempo, 2002.
- FREITAS, R. F. *Centres Commerciaux: îles urbaines de la post-modernité*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- FROMM, E. _____. *A revolução da esperança*. São Paulo: Círculo do Livro, [19-].
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Os shopping-centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.
- GAETA, A. C. Gerenciamento dos *shopping centers* e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JÚNIOR, H. (Orgs.) *Shopping Centers*. Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

- GODELIER, M. Economie marchande, fétichisme, magie et science selon Marx dans *Le Capital*. In: _____. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. Paris: Maspero, 1977. v.2.
- HABERMAS, J. *L'espace public*. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise. Paris: Editions Payot, 1992.
- HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- MARX, K. *O capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1, t.1, v.1.
- _____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v.1.
- _____. *Grundrisse*. Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política 1857-1858, v.1. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo, *Cadernos Ensaio*, Série Pequeno Formato, v.5, 1989.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.
- _____. Publicidade e manipulação das necessidades de consumo. Petrópolis, *Cultura Vozes*, ano 96, n.4, v.96, 2002.
- _____. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- RYBCZYNSKI, W. *Vida nas cidades*. Expectativas urbanas no novo Mundo. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SANTOS JÚNIOR, W. R. dos. Shopping Center: uma imagem de espelhos. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JÚNIOR, H. (Orgs.) *Shopping Centers. Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- O Globo*. Sem-teto protestam contra desigualdade social em shopping, 5.8.2000. Disponível em <<http://www.globo.com.br>>.
- O Estado de S. Paulo*. Sem-teto “invadem” shopping no Rio em protesto, 5.8.2000. Disponível em <<http://www.estadao.com.br>>
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVEIRA, P. Da alienação ao feticismo – Formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.) *Teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Edições Vértice, 1989. (Enciclopédia Aberta da Psique, 4.)
- TASCHNER, G. B. Raízes da cultura de consumo. São Paulo, *Revista USP*, n.32, dez./fev. 1996-1997.
- _____. Lazer, cultura e consumo. São Paulo, *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v.40, n.4, p.38-47, out./dez. 2000.

A B S T R A C T *This article analyses the shopping center's present demiurgic project from the consumption society's history, since the flânerie practices in the XIX century Paris. From its origins in the european department stores and its rapid proliferation in the post war, the shopping center is apprehended as a temple where occurs the merchandise enthronization. More than a place for shopping, it became a reified leisure place, of the desire to participate in a world of dreams sold by publicity. It is a place that excludes those who cannot consume and that also excludes, in its private logic, the citizenship, the public space, the city and its history.*

K E Y W O R D S *Consumption; publicity; shopping center; leisure; public space; private space.*

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DE RISCO

A EXPERIÊNCIA DE JUIZ DE FORA (MG)

MARIA AUXILIADORA RAMOS VARGAS

RESUMO *A problemática da moradia de risco tem ganhado ênfase no debate contemporâneo sobre políticas públicas urbanas. As diversas iniciativas observadas se enquadram, de maneira geral, na perspectiva objetivista do risco, que traz como principal decorrência a demanda pela mensuração e quantificação do fenômeno. Resulta daí uma visão técnica do risco que se apresenta dominante, e que promove não só a noção de que as situações precárias envolvendo grupos específicos são decorrentes de decisões imprevidentes, como também intervenções de remoção que afetam as condições de vida desses grupos. Problematizando esse argumento, a literatura sociológica da construção social do risco sustenta que este é objeto de uma elaboração socialmente diferenciada. Utilizando-se da análise das trajetórias de moradia de famílias removidas de áreas condenadas tecnicamente no município de Juiz de Fora (MG), este artigo aponta discursos e práticas que conformam a resistência da população à noção técnica dominante do risco.*

PALAVRAS - CHAVE *Construção social do risco; desigualdade ambiental; periferia urbana.*

No debate sobre risco, têm prevalecido tendências objetivistas associadas à busca de quantificação e prescrição de intervenções preventivas ou compensatórias. A perspectiva da “construção social do risco” apresenta-se, por sua vez, no debate sociológico atual, como uma vertente que problematiza essa visão dominante. Sustenta que o risco não pode ser tratado com base em uma visão técnica e objetiva, mas é categoria objeto de construção por grupos sociais diferenciados. Buscaremos evidenciar aqui os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos e leigos, tendo por pressuposto que os sujeitos têm percepções diferentes de um mesmo “perigo”, e que os saberes diferem, em sua origem e construção, entre conhecimento técnico e saber leigo.

Esse debate carece, por certo, de pesquisas que revelem a associação entre “risco” e “desigualdade”, numa perspectiva que evidencie os atores sociais presentes num cenário atravessado por conflitos, e que incorpore analiticamente a diversidade social na construção do risco, assim como a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos riscos. Interessa, pois, considerar a noção de “desigualdade ambiental” (Torres, 1997, p.26), compreendida em sua associação com outras formas de desigualdade presentes na sociedade, como as de raça, sexo e grupos de renda.

Características do mercado de terras, por exemplo, fazem com que áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos etc.) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais. Essa cumulatividade de riscos socioeconômicos e ambientais implica grande desafio do ponto de vista das políti-

cas públicas que, na maior parte das vezes, tendem a ser compartimentalizadas segundo áreas de intervenção setorial. (Torres, 2000, p.70).

Assim, os indivíduos são postos em condições desiguais do ponto de vista ambiental porque são desiguais em outros planos, pois, como afirma Torres, sociologicamente a idéia de desigualdade implica o sentido de sobreposição ou exposição simultânea a mais de uma forma de desigualdade num processo cumulativo e circular. Porém, mais do que isso, destacaremos que essa desigualdade é social e ambiental, mas também de poder simbólico – de capacidade de enunciar e definir coisas, dizer o que e como elas são (Bourdieu, 2005). O objetivo do presente artigo é o de situar as controvérsias sobre “risco” como parte da luta entre representações, entendendo o processo de vulnerabilização dos sujeitos que menos se fazem ouvir nas arenas públicas.

A base empírica do presente trabalho é composta pelos depoimentos de oito demandatários cujas solicitações foram registradas no então Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora (DDC/PJF), em situações e períodos diferenciados. Em sua maioria, as solicitações reclamavam atendimento de emergência, envolvendo ocorrências como deslizamentos de encosta, desabamento (ou ameaça) parcial ou total de edificação e inundação. Os casos foram selecionados com base em pesquisa documental, considerando-se informações relevantes já registradas institucionalmente acerca dos eventos apontando para situações de vulnerabilização e diagnóstico de risco. Apesar da tentativa que fizemos de abordar a unidade familiar toda – entendendo que a memória de uma trajetória é pessoal, mas também social, familiar e grupal –, as entrevistas contemplaram apenas um representante de cada família (em sete casos, mulheres) por diversos fatores atinentes tanto à procura pelos depoentes como ao momento específico das entrevistas.¹

Cabe assinalar preliminarmente, porém, que não se deve confundir a abordagem da construção social do risco aqui privilegiada com uma defesa romantizada das condições precárias das moradias de risco. Tampouco se quer incorrer, como alerta Guivant (1998, p.31), numa banalização dos conhecimentos peritos, polarizando as duas formas respectivas de saber. A idéia de construção social do ambiente e do risco opõe-se, com efeito, aos mecanismos de naturalização deles. Não se pretende, portanto, desconsiderar a dimensão concreta dos desastres, mas considerar a necessária reflexão acerca do seu “ambiente”, que não está dado, mas é produto de uma construção social e histórica.

RISCO: O DISCURSO DOS PERITOS

É lugar-comum mencionar a multiplicidade de riscos a que estamos diariamente expostos. Outro lugar-comum é definir a exposição a riscos em geral como algo inerente à condição humana. No entanto, enquanto alguns riscos são facilmente caracterizados pela experiência cotidiana ou pela aquisição de informações diversas, outros são adquiridos somente com a adoção de procedimentos científicos e complexos.

Foi especialmente a partir dos anos 60 que estudos técnicos sobre riscos, de caráter quantitativo, desenvolveram-se em várias disciplinas, como toxicologia, epidemiologia, psicologia e engenharia (Guivant, 2000, p.285). O risco foi considerado, com base nessa abordagem técnico-quantitativa, um evento adverso, uma atividade ou uma configuração física com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos e que pode ser estimado através de cálculos de níveis de aceitabilidade, estabelecendo-se *standards* por meio

¹ Procurou-se considerar a diversidade dos denominados Setores Urbanos do município de Juiz de Fora com relação à localização das avaliações de risco – oito bairros distribuídos por cinco dos oito Setores, a saber: Marumbi (Leste), Graminha (Sul), Progresso (Leste), Poço Rico (Centro), Ladeira (Leste), Três Moinhos (Leste), Ponte Preta (Noroeste) e Granjas Bethânia (Nordeste). A Região Administrativa Leste concentra 76 das 146 remoções ocorridas nos anos de 2002, 2003 e 2004 (mais de 50%), acompanhadas pelo poder público municipal; por isso sua forte presença na referida pesquisa.

de métodos diversos. Expressa-se, assim, uma forte demanda por quantificação, mensuração, calculabilidade, com vistas ao controle dos respectivos fenômenos. Nessa perspectiva:

Os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes, percebendo os riscos de forma não-científica, pobremente informada e irracional. Estima-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondem aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência. (Guivant, 2000, p.286.)

Nos anos 70 e 80, surgiram críticas, fundamentadas na falta de dados científicos quantitativos suficientes, que provocaram divergências de interpretação das evidências e incertezas nos resultados. Nas Ciências Sociais, a chamada teoria cultural do risco, formulada a partir da contribuição de Mary Douglas, dá ênfase ao caráter cultural das definições de risco, o que pode levar à diluição da diferença de autoridade entre leigos e peritos e ao reconhecimento da pluralidade de atores sociais com racionalidades específicas nas formas de lidar com os referidos eventos. O discurso dos peritos será então objeto de pesquisas específicas, como a realizada por Grizendi (2003), através da observação de depoimentos de engenheiros civis – técnicos do então DDCJF² –, colhidos em entrevistas semi-estruturadas.

Quando se trata de mensurar e prever riscos, não há como garantir que os cálculos probabilísticos vão assegurar a medição de sua gravidade. Esse é um dos motivos pelos quais a abordagem técnico-quantitativa (característica predominante no “campo científico” da engenharia) é criticada. No entanto, a pesquisa de Grizendi mostra que o engenheiro busca essa certeza científica no seu exercício profissional; e a ausência de equipamentos e instrumentos que possibilitem exercer essa competência científica o deixa em condição vulnerável. No enfrentamento dessa “condição vulnerável”, o profissional busca aproximar sua avaliação técnica o mais possível daquela considerada científica. Contudo, por não contar com os instrumentos tecnicamente exigidos, essa aproximação nem sempre é alcançada e o profissional tem que tomar decisões, ainda que com base em “recursos precários”. Eles argumentam utilizar o “bom senso” e a “intuição (*feeling*, conhecimento intuitivo), adquiridos por meio da experiência com situações de risco, na orientação de suas decisões.³

Considerando essa condição vulnerável do técnico, percebe-se que as diversas situações encontradas nas vistorias não podem ser avaliadas apenas com base em critérios técnicos – das noções inculcadas pelo *habitus* profissional⁴ –, pois a população vivencia condições de vulnerabilidade socioeconômica que estabelecem outros níveis de exigência e atenção.

O enfrentamento dessas situações “diferenciadas” em relação à formação do técnico leva-os a encaminhá-las para outros profissionais e setores; isso é feito para que ele não fuja de seu propósito, ou seja, o de proceder à avaliação técnica para a qual foi preparado. Com efeito, as abordagens acerca dos desastres encontram-se, via de regra, ainda fortemente atreladas a fenômenos climáticos específicos, negligenciando-se as suas causas socioespaciais e dificultando o enfrentamento das emergências. Revela-se uma “incompreensão mútua” (Valencio et al., 2003, p.229) entre atendente e atendido em desastres, uma vez que esse formato convencionalmente adotado mostra-se distante não só da compreensão do que é produzido socialmente em termos de configuração territorial, mas também da percepção social da população acerca dos riscos e ameaças. Essas limitações contribuem para a manutenção dos quadros de vulnerabilidade, uma vez que

2 Grizendi (2003, p.7) esclarece que “no procedimento adotado para tratar das situações de risco, no âmbito do Departamento de Defesa Civil de Juiz de Fora, a primeira verificação ‘em campo’ da existência da ocorrência e sua gravidade cabe ao Setor de Prevenção e Operações – de competência da Engenharia. Os engenheiros atendem a solicitações em diversos pontos da cidade ... Mas o risco nem sempre é facilmente identificado e mensurado. Mesmo entre os técnicos, nem sempre há uma clara caracterização da situação de risco em termos dos níveis de susceptibilidade”. Afirma ainda a autora que “uma avaliação equivocada pode trazer como conseqüências não somente o comprometimento da vida das pessoas, mas do próprio exercício profissional”.

3 Apesar de haver uma busca pela referência científica e a consciência de sua necessidade (análises baseadas em sondagens do solo, levantamentos pedológicos, hidrológicos, verificação das patologias construtivas das edificações e obras de contenção, entre outros), os técnicos revelam produzir seus diagnósticos constantemente pressionados pela ausência da sustentação tecnológica necessária (instrumentos tecnicamente exigidos) e da retaguarda do poder público para o atendimento às situações de risco nos quadros de vulnerabilidade social. Segundo a visão de um dos engenheiros entrevistados por Grizendi: “Na maior parte dos casos a gente realmente recorre a tentar traduzir em termos mecânicos, físicos e mecânicos, a situação que a gente encontra, ou seja, a gravidade dos casos. A gente tenta, na maior parte dos casos, reduzir isso a um problema de mecânica, ou de mecânica dos solos, ou hidráulica, ou de eletricidade, se for o caso, e, então, [dá] um tratamento o mais perto possível de uma coisa científica ... Nós não temos recurso científico nenhum para fazer medições, para fazer acompanhamentos, além do que, nós, na maior parte dos casos en-

contramos situações em que os fatos [estão] consumados e a possibilidade de intervenção é muito pequena. Eu quero dizer o seguinte: encontramos, por exemplo, peças de concreto armado executadas de forma que os parâmetros que determinam a resistência dessas peças... eles não podem ser avaliados por nós segundo nenhum critério objetivo. Dizer simplesmente... visual e na base do *feeling* então... o atendimento é muito nessa linha (Engenheiro 1)" (2003, p.31). Essa análise é complementada por um segundo entrevistado: "Então quando a gente chega no local, procura vivenciar aquele momento ali, *conversar com as pessoas, saber o histórico, o que aconteceu, procurar verificar o entorno daquela situação. É muito difícil, sob as condições em que a gente trabalha...* porque, às vezes, a gente chega no local, de madrugada, à noite, então a gente não tem condições de verificar o risco como à luz do dia. *Então você tem que fazer uma avaliação muito precária naquele momento e, muitas vezes, pelas condições de bom senso, você retira aquelas pessoas daquele local, contando com a participação dos vizinhos, dos moradores, quer dizer, então uma situação de risco, de emergência, é sempre assim, uma condição de insegurança para a gente também, porque a nossa condição de julgamento é muito falível, então eu me sinto dessa forma, eu não me sinto seguro não. Às vezes, no local, eu procuro me apoiar em questões ou em pessoas que possam me dar um retorno daquelas dúvidas que eu tenho, para poder tomar uma decisão...*" (Engenheiro 3) (Grizendi, 2003, p.32, grifos meus).

4 A importância do *habitus* no exercício profissional pode ser compreendida da seguinte forma: "Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento ... ou ainda nos códigos de observação, boa conduta científica – métodos, protocolos

as intervenções buscam apenas "ajustamento social, rápido, inquestionável, às condições físico-naturais limitantes" (Valencio et al., 2003), o que reduz a condução para soluções que sejam estruturais.

É preciso buscar as outras dimensões do problema, o que demandaria reconhecer as limitações da visão hegemônica sobre desastres. Das dimensões interventivas atribuídas normativamente à Defesa Civil – quais sejam, a ação preventiva, o socorro, a assistência e a recuperação –, o socorro é o mais facilmente identificável em sua atuação, "havendo limitações políticas, técnicas e operacionais para atuar nas pontas, o que seria ainda mais imperativo em razão do crescimento da vulnerabilidade humana" (Valencio et al., 2003).

Considerando as limitações citadas, inclusive as de ordem institucional identificadas no âmbito da gestão de desastres, cabe perguntar: como essa vulnerabilidade da população é traduzida pelo técnico? A "necessidade" (privações vivenciadas pela população) é a primeira coisa que o técnico identifica e esse aspecto se mostra, nas representações sobre o risco, como motivo de maior preocupação do que as chamadas "situações de risco" avaliadas tecnicamente. No entanto, as opiniões dos técnicos sobre essa vivência da vulnerabilidade pela população não expressa uma homogeneidade de pensamento no grupo, como aponta ainda Grizendi, pois aspectos valorativos interferem na interpretação das situações.

Grizendi (2003) buscou identificar essas representações e apontou quatro dimensões, a saber: os fatores que os técnicos consideraram que poderiam levar os sujeitos a vivenciar o risco, as representações relacionadas com a interpretação do comportamento da população atendida (atitudes e práticas de enfrentamento dos riscos), o posicionamento dos técnicos quanto à demanda apresentada pelos moradores durante as vistorias, e, por fim, as representações referentes à vulnerabilidade de técnicos e da população diante da ausência de retaguarda do poder público para um efetivo atendimento à população.

As situações de risco-vulnerabilidade são, na visão dos técnicos, decorrentes tanto de fatores mais contextuais, produto do quadro sociopolítico do País, como também da própria conduta do indivíduo diante das situações de risco. Segundo Grizendi, recorre-se a:

... um tipo de argumento que responsabiliza o morador, na medida em que este executa as obras sem orientação adequada, ocupa áreas de proteção ambiental, utiliza materiais não apropriados e outras práticas recorrentes. O discurso aqui se inverte. Da condição de não-assistido, o morador passa à condição de culpado. Nesse caso, os fatores de risco estariam relacionados à falta de educação dos moradores, como se houvesse uma falha na formação moral das pessoas atendidas. Nesse caso, os técnicos assumem uma posição de que os moradores carecem de informação, de educação e, assim, propõem que eles sejam educados e esclarecidos. (2003, p.56.)⁵

Neste ponto cabe fazer uma ressalva à questão do poder/saber que o perito porta respaldado pela ciência e que se confronta com as práticas e juízos da população. Tal tipo de poder reside na capacidade que certas profissões têm, no âmbito da estrutura estatal e das competências do técnico, de instalar novas ordens sociais na cidade.

Em nossas sociedades, "a economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); é

objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as “lutas ideológicas”). (Foucault, 2004.)

O discurso dos peritos é, pois, um fenômeno pertinente ao regime moderno de produção de verdades. Os técnicos apontarão a presença de condutas ativas ou passivas dos indivíduos diante do problema do risco, valorizando as primeiras e criticando as práticas que resultam do que consideram desconhecimento, desinformação ou condutas equivocadas. Grizendi afirma então que:

O confronto dos relatos dos técnicos e dos moradores entrevistados e a análise dos Boletins de Ocorrência revelou que as representações sociais vêm sendo construídas por esses dois grupos numa relação dialética de negação e afirmação do risco. A análise do conteúdo representacional dos enunciados de ambos revelou uma estreita relação entre as situações de risco e as condições de vulnerabilidade socioeconômica: tanto as situações de risco podem conduzir os indivíduos a viverem em condições vulneráveis, quanto a vulnerabilidade socioeconômica pode levá-los a vivenciar situações de risco, numa dinâmica de circularidade. (2003, p.74.)

Há, por outro lado, uma circulação das representações sociais entre os dois grupos pesquisados, tendo sido possível identificar a presença de elementos das representações sociais dos técnicos nos discursos dos moradores e vice-versa. Porém, essa circulação de referências não significa uma comunicação bem-sucedida e nem que os grupos compartilhem as mesmas representações. Veremos a seguir como os atingidos por políticas de remoção fundadas em situações de risco constroem um contradiscurso fundamentado na legitimidade de sua permanência.

A NARRATIVA DOS MORADORES

Em noite de chuva eu sentava, cobria as pernas com cobertor e ficava esperando o barulho. Porque ninguém acredita, mas quando um barranco cai, não sei o que é, mas ele “rusna” que nem bicho. (Maria Camélia – Progresso)⁶

Na análise das representações dos entrevistados submetidos a processos de remoção, observaremos que a recategorização do que é risco associa-se aos esforços de permanência no lugar para os fins de garantia da posse e dos ativos sociais, configurando uma resistência à noção técnica dominante do risco. As narrativas apontam inicialmente para a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias, oriundo da experiência pessoal, que se confronta e resiste à noção técnica de risco. A resistência aqui poderia ser caracterizada por formas particulares e difusas de reagir ao discurso técnico, que quase sempre resulta na expulsão, sem outras garantias de acesso ao espaço urbano e à moradia própria. Essas formas de conhecimento “híbridas” ou não propriamente codificadas, representadas pelas práticas de grupos sociais específicos, se confrontam

de observação etc. – que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus*” (Bourdieu apud Grizendi, 2003, p.29).

5 Em estudo denominado “Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos”, realizado por Guivant (2000, p.283), encontramos a afirmação de que os parâmetros estabelecidos cientificamente servem, em muitos casos, para acabar atribuindo a culpa dos problemas de contaminação ou intoxicação não aos cientistas, ao Estado ou às empresas, mas aos próprios agricultores, que estariam utilizando de forma inadequada o insumo, por falta de conhecimento, por negligência ou por irracionalidade, ocasionando acidentes. Esse argumento é o outro lado do consenso científico sobre os riscos, que encontra um terreno propício para ser aceito na alta divisão do trabalho, entre pesquisa, produção, difusão, venda e uso de agrotóxicos, o que provoca a diluição social dos efeitos, sem que a responsabilidade pelos problemas seja assumida por alguém mais que os agricultores.

6 Para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, bem como seus endereços. Os bairros informados, entretanto, correspondem aos lugares de origem dos moradores ou àqueles em que eles tiveram suas respectivas experiências de contato com o “risco” e/ou remoções.

com os modelos dos quais se utiliza a ciência moderna na tentativa de explicar os fenômenos e codificá-los, modelos de conhecimento esses que se tornam instrumentos de poder quando se impõem como o saber legítimo.

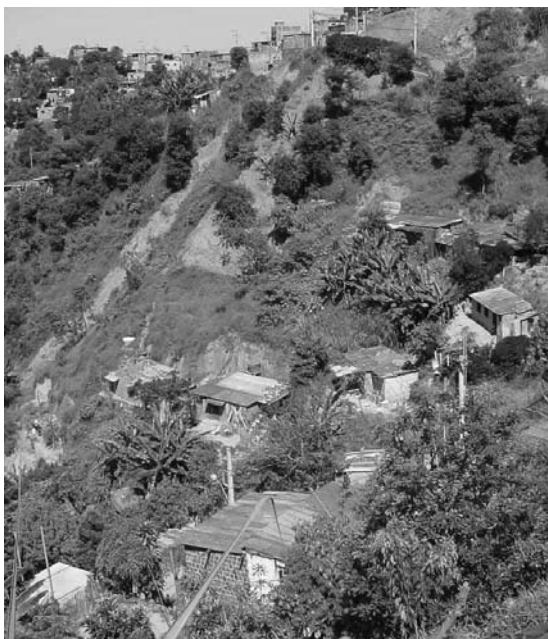


Figura 1 – Alto dos Três Moinhos. Juiz de Fora, janeiro de 2003. Fonte: DDC/PJF.

... dois dias antes [do deslizamento de terra] nós tinha visto uma rachadura na nossa varanda, e eu ainda brinquei com meu marido: “por que rachou se você arrumou?”. Ele falou: “ah! deve ser por causa de ficar pisando aqui ... as crianças ficam passando, brincando aqui”. Mas ele foi, arrumou, fez escora, fez tipo um muro de *rip-rap* por baixo da varanda. Aí aconteceu de começar a chover e quando a gente pensa que não, e ele chegou lá fora e disse: “lá fora rachou, tem uma rachadura enorme lá fora. Eu arrumei, mas não sei o que aconteceu não”. Então, já deveria estar rachando lá de baixo até em cima, porque não ia começar de cima, né? Já devia estar vindo lá de baixo. Eu disse pra ele não preocupar, pra arrumar no dia seguinte. (Simone Rodrigues – Graminha.)

A aceitação de um diagnóstico técnico que aponte para uma remoção definitiva é quase sempre dificultada pela ausência de alternativas – num contexto de superposição de carências – e ainda mais quando é feito com base na probabilidade de ocorrência futura do problema,⁷ sem que algo de concreto, visível, palpável tenha ocorrido “aos olhos” do sujeito, o que se caracterizaria, no discurso técnico, como uma “iniciativa preventiva”. Esta foi a experiência relatada por Inês Helena Silva Inácio:

7 Vale recordar o tempo de ocupação que cada um dos entrevistados teve nas respectivas áreas denominadas “de risco”: Aline Cordeiro, 20 anos; Simone Maria Rodrigues, 10 anos; Maria Camélia Inês Souza, 12 anos; Márcia de Oliveira, 5 anos; Matias Machado Farias, aproximadamente 20 anos; Inês Helena Silva Inácio, 11 anos; Siléia Assis de Jesus, 3 anos; e Maria Tavares Davi, 4 anos.

... eles disseram que minha casa não tinha tanto perigo, daí nós ficamos lá. Depois eles iam sempre lá e olhavam pra ver como é que tava. E disseram que eu tinha que sair: era eu, o Luís, a Inês e a dona Marilsa. Aí disseram que nós teria que sair dali.

Minha casa não tinha problema nenhum. A do Luís caiu um barranco atrás, mas a casa, tirando aquela terra, não tinha necessidade de ele ter mudado de lá. A dona Marilsa também. Do jeito que o muro que tavam falando que ia cair sobre a casa, do mesmo jeito ele tá lá até hoje. Não caiu nada. A da Inês rachou um pouco. Não tinha assim tanto perigo ...

Bem, a gente acha, né? Porque a gente que não entende do assunto, a gente fala: “ah! não tinha perigo” ... como não caiu até hoje. Então, a gente fala que não tinha perigo, mas às vezes, se eles falaram, é porque...

Eu achava que não ia ter perigo. Mas eles disseram que iam derrubar todas, que não ficaria nenhuma inteira ali. Eu fui a última a sair de lá, porque o Adauto ficou perguntando se eles não faziam um muro pra gente, porque não queria sair de lá... (Helena Silva Inácio – Três Moinhos.)

O risco ambiental, que aqui aparece exemplificado especificamente por deslizamentos de terra e enchentes, se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades, privações e demandas imediatas, numa condição de pouca significância em relação a outros elementos presentes. Ele é visto como contornável e passível de convivência. Diante da experiência de privações, as conquistas (como a construção de suas casas, mesmo que precariamente) – raras e árduas – ganham relevância, delimitando as posturas de resistência adiante da avaliação técnica, por vezes pouco clara na perspectiva do morador, mas quase sempre decisiva nos rumos de sua vida.

A maior recordação que tenho foi a penitência pra gente construir a casa. Da gente subir e descer aquela escada carregando água, lajota, carregando o material, porque não tinha como deixar descer nem como o caminhão chegar mais perto. Então, foi com muita dificuldade mesmo que a gente construiu aquilo ali. Posso dizer que não tenho assim outras grandes recordações... Depois que colocaram a luz, né?, a gente podia ficar no terreiro batendo papo com os vizinhos, o que era até muito gostoso. É... Porque lá eu fiz com tanto sacrifício...

Eu saí num dia da minha casa e no outro eles derrubaram ela. Não deu pra aproveitar nada. Isso é que é triste, né? Você faz com tanto sacrifício e depois vê aquele monte de tijolos jogados no chão. (Inês Helena – Três Moinhos.)

Se o acionamento dos técnicos da Defesa Civil ocorre em grande parte em razão da expectativa de que eles possam atenuar o risco –, por outro lado, pode ocorrer confronto ante avaliações que levem a remoções definitivas ou com desdobramentos indesejados, o que justifica a opção de não-envolvimento, em alguns momentos, com o referido setor, mesmo em condições de ameaça e perigo.

Não raro, populações em áreas de risco, uma vez afetadas por desastres, como os relacionados às chuvas, deixam de reportar à Defesa Civil as pequenas tragédias particulares vivenciadas, assim como vêem com desconfiança e agem com resistência às estratégias de prevenção que são colocadas em operação, como a remoção das pessoas do lugar, o que é realizado geralmente, como deslocamento involuntário ... a associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado, é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resqúicio de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la. Portanto, trata-se de um tipo de violência. Como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo para o Estado e para a sociedade organizada aceitar que, ocorrendo o desastre (ou a sucessão de emergências ou a calamidade), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro? A desconfiança da população vitimada em relação aos seus “salvadores” justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, muitas vezes violento, de suas demandas, inclusive as que mitigariam os riscos de desastres ...⁸ (Valencio et.al., 2003.)

8 Este aspecto será retomado posteriormente quando da observação da postura do poder público pelos entrevistados.

9 Não cabe aqui relatar com maior detalhe a trajetória de cada família envolvida nesta pesquisa, mas apresentaremos alguns indicadores sociais com o objetivo de facilitar a compreensão de seus contextos de vida e privações, buscando com isso dar mais sentido às narrativas aqui esboçadas. Entrevistados: A.C., 32 anos, doméstica, 1º grau incompleto, evangélica, residia com outros dez familiares na edificação condenada pela Defesa Civil (DC), no bairro Marumbi. Sua casa era constituída de placas de muro e materiais diversos e se situava em área totalmente carente de infra-estrutura, estava posicionada às margens de um córrego e tinha como fundos um talude de aproximadamente 5 m de altura. S.R., 35 anos, doméstica, 1º grau incompleto, 10 filhos, teve sua casa de padrão construtivo muito simples atingida por grande deslizamento de terra em dezembro de 2002 e foi removida juntamente com outras sete famílias de área tecnicamente condenada pela DC, no bairro Graminha. M.C.I.S., 44 anos, trabalhadora informal, analfabeta, foi removida (pela terceira vez) juntamente com outros 26 familiares (entre filhos, companheiro, netos, noras e genros) em razão de escorregamento de talude, no bairro Progresso. M.O., 39 anos, doméstica, quatro filhos, morava em edificação de baixo padrão construtivo nas margens da linha férrea, no bairro Poço Rico, em área de ocupação condenada por ameaça de deslizamento de talude. M.M.F., 64 anos, marceneiro aposentado, sete filhos, o único que permanece na área do bairro Ladeira, avaliada como de risco. Há 20 anos no local, é líder comunitário, participante da luta pela permanência da comunidade e infra-estruturação da área. I.H.S.I., 56 anos, aposentada, analfabeta, quatro filhos, foi removida do bairro Três Moinhos juntamente com outras 47 famílias em 2003, depois de grande deslizamento de terra que vitimou duas crianças. Mora com seu companheiro em bairro

Não é possível compreender a postura de segmentos sociais atingidos por decisões de remoção por risco se não se considerar as dinâmicas de vulnerabilização geradas por um poder desigual. Sobreviver é urgente, imediato. Colocada nesse plano, a sujeição a um possível “risco”, à noção de uma ameaça futura, é vista como algo secundário. O risco é reinterpretado pela iminência de um outro tipo de ameaça: a de expulsão.⁹

Os moradores contestam aquilo que lhes é apontado como viável em termos de “segurança”, alegando que essa segurança é possível desde que haja recursos financeiros para tal. Sugerem assim que, para muitos dos casos que são analisados como “de risco”, seria possível uma solução técnica de consolidação das áreas, sem que houvesse necessidade de remoção. Porém, como a questão é econômica, defrontam-se com o argumento da falta de recursos: a solução é delegada aos sujeitos, no plano individual. Em outros termos: nem sempre o problema é o risco biofísico de uma área, mas sim a ausência de diretrizes públicas de consolidação das áreas através de obras que permitam a permanência.

Eu fico alegre de estar fora do risco, porque eu tenho meus filhos. Mas triste, porque me pergunto: por que tiraram só nós? Será que nós somos melhor ou nós somos pior?... Ah! Deixa o pobre morar onde quer. Eu falei com o engenheiro: “por que vocês vão tirar nós daqui?”. O povo não tem direito de escolher onde quer morar, não? Vocês vão me dar uma casa no centro da cidade? Eu quero morar perto da cidade ... E ali dava, de coração, pra fazer uns prediozinhos, sem risco, sem nada. Todo mundo ali tá ciente disso. Eu não sou engenheiro, não, mas é só colocar uma fundação lá embaixo. Quer dizer, pros ricos não condena nada, o bolso fala alto, mas pros pobres. Condenado é o bolso dos pobres. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

As estratégias dos moradores apóiam-se também na reinterpretação dos fatos e sinais do cotidiano. Há, em particular, um aprendizado acerca dos fenômenos naturais (a queda dos barrancos, a chegada das águas das enchentes). A leitura desses sinais se soma a noções de técnicas construtivas, conformando um conhecimento que norteia suas ações, conferindo-lhes segurança.

Não sei se era pequeno ou grande demais [o risco]. No tempo da chuva, a gente vivia um martírio, acho que já tinha um trauma. A gente dormia sempre mais pros fundos da casa, porque se o barranco começasse a cair, ele ia atingir primeiro uma parte da casa. Até chegar, sempre tinha janelas pros fundos que daria pra sair. Juntava todo mundo e dormia mais pros fundos ... Graças a Deus. Eu sou uma pessoa que sou assim: caiu um pouquinho, eu presto atenção. Caiu a segunda, caiu a terceira, é Deus que tá avisando, pode sair ...

É porque eu não durmo. Ali era assim: quando começava a chuva eu não dormia. Sempre ficava ligada porque eu tinha muito medo dos meus filhos morrer subterrados. Então, eu já fazia com eles assim: “vocês vão dormir tudo aqui perto da porta”. E já punha cama ali perto da porta. Porque o barranco, ele vem demolindo, ele faz tipo um barulho que você vê que ele vem descendo. Dá pra escutar, é que nem um bicho. É só quem nunca viu é que não sabe. Mas parece que a terra, ela é um bicho, um monstro. (Maria Camélia – Progresso.)

É forte a presença da religiosidade e muito se resolve na explicação mística: a falta de apoio, pessoal ou público, manifestando-se na forma de avisos, proteção, explicações e expectativas diversas. A religiosidade aparece tanto no que diz respeito à proteção com a qual afirmam poder contar, diante das instabilidades constantes, quanto ao que esperam para o futuro. Segundo Gomes & Pereira (1992, p.160), as camadas empobrecidas da po-

pulação engendram mecanismos que atendam não só às necessidades da vida material, mas também ao relacionamento com o sagrado: “o universo divino não se coloca paralelamente ao universo humano, mas penetra-o, investindo-o de possibilidades sobre-humanas” (Gomes e Pereira, 1992, p.160).

A religiosidade se apresenta em graus diferenciados, mas está sempre presente, obedecendo à dialética da vida, entendida como sucessão de ganhos e perdas, subordinação e dominação, inteireza e fragmentação.



Figura 2 – Bairro Marumbi, Juiz de Fora, janeiro de 2004. Fonte: DC/PJF.

Vou muito à igreja. Peço muito a Deus, porque se a gente não pedir a Deus, nada feito. Com ele já é difícil, sem ele, então, é pior. Aí a gente tem que pedir muito a Deus pra ter misericórdia da gente ...

Eu sei que Deus vai me ajudar a arrumar um lugarzinho. Eu não tô escolhendo lugar, não, aonde eles mandar nós vamos com Deus, nós agradece a Deus. Porque ninguém vai dar a nós um lote bom, numa baixada ou no centro. Não espera isso, não, é sempre mais afastado mesmo. (Siléia Assis de Jesus – Ponte Preta.)

O que poderia ser apontado como passividade, pode ser lido como parte de um sistema de “trocas simbólicas” com a divindade. Essas estratégias de resistência, apoiadas, em parte, no “caráter divino” atribuído aos fatos, sustentam-se também na insistência em se permanecer ou retornar e reconstruir no local do acidente, mostrando a importância do “lugar seu” em relação à despossessão vivenciada.

... parece que nós tem o umbigo agarrado aqui ... a gente não gostava do outro bairro, aí voltamos pra essa casa! (Maria Camélia – Progresso).

Eu não vendo isso aqui de jeito nenhum, pode me dar a fortuna que der. Porque nós, se chegar aqui e falar: “vocês querem uma mansão lá em Benfica?”. Pode falar comigo, dona Gilda, qualquer um filho, ninguém quer sair daqui. Nosso lugarzinho é aqui. Daqui eu quero sair só lá pro Municipal [Cemitério], onde eu já tenho um lugarzinho. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

vizinho. S.A.J., 60 anos, analfabeta, pensionista, tem seis filhas e foi removida de casa de padrão construtivo simples, sem infra-estrutura, no bairro Ponte Preta, às margens do rio Paraibuna – local sujeito a enchentes. M.T.D., 42 anos, analfabeta, desempregada, nove filhos, residia em área de ocupação sem nenhuma infra-estrutura, em dois cômodos improvisados que foram atingidos por deslizamento de terra com as chuvas do verão de 2004, no bairro Granjas Bethânia. Exceto o senhor M., todos os outros permanecem como beneficiários do Pase – Programa de Atenção a Situações Emergenciais, coordenado pela Prefeitura de Juiz de Fora, que compreende o pagamento de aluguel mensal para as famílias removidas.

A identidade implica partilha de um contexto determinado. É vivendo na interseção de instâncias diversas como a família, o trabalho, a vizinhança, a Igreja, as associações de bairro e as instituições sociais e assistenciais, que constroem seu lugar na sociedade com as reciprocidades daí decorrentes. O relato abaixo aponta para uma vinculação criada e fortalecida com base nos ativos sociais presentes na experiência da família e da comunidade.

Eu te falo: minha riqueza era lá. Porque eram pessoas que te tratavam com certo carinho. Todo mundo que ia te ajudar... ali iam pessoas à noite pra dar o lanche para as crianças. Saía aquela criança gritando “êêê”. Natal nunca foi esquecido ali, Dia das Crianças, Páscoa, tudo você tinha ali. Era pouquinho, mas cada um chegava com um pouco. Tinha pessoas da Universidade que ia fazer o trabalho. Cada um saía um pouco e arrecadava agasalhos, sapatos e levava lá. Mesma coisa era a Casa do Caminho, a Igreja... Era bom, não que você queira viver eternamente de ajuda, mas hoje você tá empregado, e amanhã? Ali é um lugar que pra mim é riqueza. É onde você tá passando uma certa dificuldade e acha uma mão estendida pra você, é a melhor forma de você dar carinho ao próximo, é estender a mão pra ele. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

Pode-se identificar a presença de elementos do meio rural nos modos de vida: a questão do espaço (da casa e do terreno) apresenta-se como um valor para a escolha do local de moradia: as práticas de plantar, trabalhar na terra, criar animais, cozinhar no fogão à lenha, possuir quintal (espaço do encontro com os vizinhos e do lazer das crianças).

Foi onde ele quis vir pra cá, porque tem lugar pelo menos pra ele mexer com terra de vez em quando ... é porque a mãe da gente sempre plantou, então a gente continua a mesma coisa. E é bom ter uma verdura no quintal, poder colher, não precisar comprar. (Inês Helena – Três Moinhos).

Até hoje nós tamo esperando pra ver pra onde eles vão levar nós. Pode até ser assim no morro, mas eu quero um quintal, um pedacinho pra eu poder plantar alguma coisa ... Olha, de verdura eu não comprava nada quando morava lá. Tinha tomate plantado. Eu mesma comprava semente, semeava e cuidava da minha horta. A gente sente falta ...

O prazer de ter a minha casinha com terreirinho pra plantar uma couve... Eu me senti muito feliz quando consegui isso lá [na área de inundação]. Eu saí do pesadelo do aluguel. A preocupação de pagar, dever e ter aquela responsabilidade. Pra mim foi um alívio porque eu já estava dentro do que era meu. Só Deus pra me tirar dali. (Siléia Assis – Ponte Preta.)

Dona Maria Camélia relata as diversas experiências de retorno para o mesmo local de onde teve que sair três vezes em razão de deslizamentos de terra, da destruição de suas casas e da reconstituição delas, assim como as iniciativas para conter o “risco”. Uma prática cuja legitimidade é associada à inconsistência das iniciativas do poder público.

Encontramos muito barro. Limpamos tudo e fizemos de pau-a-pique. Essa foi a segunda casa. Depois ficamos desabrigados de novo, novamente porque desceu barranco. Daí, não tivemos ajuda, só da Escola de Samba. Ficamos lá e depois tivemos que caçar suas casas ... Parece que nós tem o umbigo agarrado aqui ... voltamos pra essa casa, naquele mesmo lugar. E se eu pudesse, hoje eu voltava de novo. (Maria Camélia – Progresso.)

O apego ao lugar aparece por vezes associado aos laços mais gerais criados ao longo da trajetória de vida: à vizinhança, às práticas cotidianas, hábitos e valores. Em outros casos, em que a sociabilidade se mostra mais frágil, o apego estará diretamente associado a conquistas mais específicas como a construção da casa própria, marcada pelos sacrifícios constantes e por uma luta para atingir o mínimo necessário. De maneira geral, a relação com a visão técnica do risco se mostrará pouco significativa: ele aparecerá na razão inversa da identificação do local como “lugar” – noção que fortalecerá a luta pela permanência e a contestação da versão técnica.

No processo de construção social do risco, o ambiental situa-se no âmbito do risco social, ou, como já enunciamos, no contexto das desigualdades ambientais, em que o conjunto de privações experimentadas, a consciência do constrangimento de buscar áreas mais instáveis ou degradadas como única alternativa, a possibilidade de despejo, “desmoralização” e “humilhação” para os que não conseguem pagar aluguel levam à relativização do risco físico.

O que a gente viveu foi assim de muita dificuldade. Dificuldade financeira, assim, de não ter o que comer, de não ter o que vestir direito, sabe? É isso o que eu lembro. Sempre foi assim ... Mas aquela casa que a gente ficou, ela caiu. Inclusive, ela ia cair em cima da Aline [risos] ... mas aí eu peguei ela antes. Assim que tirei ela, a casa caiu. Nós ficamos só com a parte da cozinha. Essa foi a primeira casa pra onde fomos, era grande mesmo, era a maior que tinha lá no beco. Caiu, nós fomos pra casa de uma vizinha por um dia, e depois voltamos pra viver nela mesmo. Teve uma época que colocamos um plástico que a DC deu e nós ficava debaixo do plástico. Nessa época caiu um caminhão ali, eu fiquei preocupada com o motorista, quase que eu caí também lá embaixo. Nós já caímos muito [risos]. Eu já caí lá, meu neto quando era pequenininho também já caiu. (Nádia – mãe de Aline.)

Em todos os relatos, a experiência do aluguel antecede a ocupação das áreas de risco. Pressionados pela ausência de recursos para custear as despesas do aluguel, a decisão por “invadir os locais disponíveis para os pobres” – expressão utilizada pelos próprios entrevistados – torna-se, na escala de privações, um posicionamento legítimo. O risco torna-se pouco significativo diante da ameaça de “desabrigo”. A “oportunidade” de morar explica, em grande parte, o fato de as pessoas estarem em locais instáveis e precários. Essa “reelaboração do risco” aparece ancorada na necessidade de segurança da posse e dos ativos sociais. Turner, ao debater sobre novas formas de se avaliar o déficit habitacional, aponta os aspectos que julga essenciais no que diz respeito às funções da moradia:

Postulo tres funciones esenciales que todo alojamiento debe satisfacer con objeto de lograr una realidad externa: refugio, seguridad y localización. Una casa no es una casa si no proporciona un mínimo de protección contra el clima insoportable y las personas insoportables; si el refugio, por muy excelente que sea la protección que suministre, no puede ser ocupado con una razonable garantía de posesión será de poca o ninguna utilidad; y si la casa no proporciona un acceso a un medio ambiente adecuado; si los ocupantes no tienen acceso a los trabajos, mercados, escuelas y servicios que precisan sus vidas, o si no se encuentran en la comunidad a que pertenecen, la casa no tendrá ningún valor práctico en ninguno de los casos. (1971, p.140.)

A segurança que preocupa os mais pobres está ligada em particular à localização da moradia com relação às fontes de subsistência e à redução de gastos, incluindo o pagamento do aluguel, livrando-os do pesadelo do despejo e da humilhação. Sair da condição

de risco através da remoção para locais com infra-estrutura porém alugados, seguindo proposta do poder público, não configura a situação de segurança almejada. Fica mantida a expectativa da casa própria, da “condição de proprietário”, a condição que os livre da ameaça da expulsão.



Figura 3 – Graminha, Juiz de Fora, dezembro de 2002. Fonte: DDC/PJF.

O que espero? Construir a minha casa, e que seja a casa do meu sonho, com um belo de um sofá, com uma bela de uma estante, uma TV de 20 polegadas na minha sala ... eu tenho fé no Deus maravilhoso que nós temos... que eu ainda vou construir minha casa. Antes de eu morrer, a minha casa vai estar de pé, nem que eu faça hoje, desfrute dela só amanhã, e depois, se Deus quiser me levar, não tem problema. Mas que eu vou conseguir construir a minha casa eu vou. O último sonho que eu tenho: eu vou construir a minha casa, do jeito que eu sonhei e não podia. (Simone Rodrigues – Graminha.)

A ocupação dos locais restantes, possíveis, abandonados, se dá, por vezes, intermediada por atores que, mesmo sem possuir a propriedade dos terrenos – do ponto de vista jurídico formal – se propõem a comercializá-los, estipulando valores e condições. Para quem paga, resta a expectativa de aquisição de um comprovante (documento) referente à transação comercial e à propriedade, mesmo que haja por parte do adquirente ciência acerca da “condição ilegal” e informal do negócio realizado.

Os seguintes relatos, respectivamente, de Siléia Assis (Ponte Preta), Maria Camélia (Progresso) e Márcia de Oliveira (Poço Rico) elucidam bem essa situação:

Um rapaz falou comigo: um moço tá vendendo e se a senhora quiser comprar, ele faz as prestações pra senhora. Eu falei: “dependendo das prestações, porque eu não tenho condições de pagar à vista mesmo”. Ele disse: “ele faz um precinho mais ou menos, de uns 50 reais por mês”. Assim eu fiz. Mas pra eu pagar esses 50 reais, eu tenho que fazer o barraco e entrar e ir pagando. Deixar o aluguel... Aí eu peguei e fui pra lá. Dei a ele 50 reais e fiz o barracinho de lona e eu entrei pra dentro.

Documento da casa? Tinha o papel de compra e venda, registrada em firma, mas não em cartório. Porque nesse caso não pode. Não foi cartório, porque lá é da Prefeitura, não é lote comprado. Nós compramos o quê? A casa, o terreno não.

Lá era tudo só na base do recibo. Meu pai comprou, na época, por 1.200 ou 1.400 reais. Inclusive a pessoa que passou mora lá. É invasor vendendo terra, aquela burocracia, né? Mas eu mesma nunca cheguei a vender não. Mas isso nunca gerou nenhum tipo de problema pra gente não: todo mundo compra, vende, sai e volta. Vai pra outro lugar, vende aqui e vê que tá passando qualquer aperto e volta de novo.

O sentido de “oportunidade” que um local de risco adquire está diretamente associado às impossibilidades de acesso à moradia, experimentadas por parcelas populacionais urbanas que são levadas para as áreas que não interessam ao mercado. E os sujeitos que se vêem à margem do mercado serão postos na condição de assistidos. Em alguns casos, essa condição é denunciada devido ao tratamento que lhes é conferido pelas políticas sociais.

Eu nunca fiquei à toa. Depois que aconteceu isso tudo [a remoção] eu entrei em depressão. Porque eu, desempregada, minha cunhada, desempregada. Mas da parte da Prefeitura de Juiz de Fora nós não tivemos ajuda nenhuma... de alimentação. Ao contrário: quando eu fui lá pra pedir, eles disseram que tinha que ir pra fila, que tinha senha. E quando você chega lá às 6 da manhã já acabou, já tá lotado. A gente come por necessidade. Quando eu estava no Poço Rico e fui pedir ajuda e eles mandaram um assistente social lá, um homem. A minha casa era limpinha. O homem chegou e disse: “que limpeza que é sua casa!”. Era de chão, mas você podia soprar que não levantava poeira. Eu gostava de arrumar. Tinha uns caixotes que eu botava assim na parede, enfeitava, arrumava minha cama direitinho. Minha casa tinha dois cômodos quando meu pai me deu.

O assistente social me disse que eu era muito caprichosa e eu respondi todos os requisitos que ele me perguntou. Mas ele não voltou mais. E eu fui lá e a moça me disse que eu não tinha passado na pesquisa de carência da AMAC [Associação Municipal de Apoio Comunitário] pra você ser encaixada. Eu falei: “meu Deus, o que é preciso pra você passar nessa carência que eles falam então?”. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

Para além das políticas assistenciais, a existência de redes de sociabilidade interferirá na “escolha” do local de moradia. No bairro popular, práticas de ajuda mútua são determinantes na estabilização local das famílias.

eu não podia mais pagar aluguel. No começo eu fiz lá de lona. Um vizinho me cedeu água, o outro, a luz, até quando eu tive condição de trabalhar, fazer uns biscates, aí coloquei luz por minha conta, água por minha conta, mas com a ajuda dessa minha tia e da vizinha. Depois disso, durante uns 10, 12 anos, eu vivi ali nesse local.

Eu fui, cerquei em volta de madeira e o telhado eu fiz de lona. Teve dois colegas meus que minha tia pagou, eles cortaram bambu, colocaram por cima e fizeram tipo uma barraca. Deu pra tirar a terra mais pra frente e aproveitar um comodozinho que já tinha lá e usei como banheiro. Era até chiqueiro, não era nem cômodo de gente morar. Eu coloquei o vaso no lugar que dava pra fazer banheiro. Quando eu comecei a trabalhar, eu comprei lajota, um pouco de material e fiz mais dois cômodos, que eu dividi e fiz cozinha, banheiro, sala e quarto. Até o acidente eu tinha esses cômodos. (Simone Rodrigues – Graminha.)

No entanto, nem sempre essas redes de apoio têm características de acolhimento e amizade. Sawaia (apud Yazbek, 1996, p.128) observa que, muitas vezes, o que se tem na

favela é a “unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais”, uma vez que, mesmo vivendo próximas e se conhecendo, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes se temem, evidenciando a “desconfiança” dos vizinhos em bairros onde a sociabilidade básica não esteja previamente construída.



Figura 4 – Ocupação dos “Sem-Terra” em Granjas Bethânia, Juiz de Fora, 2003. Fonte: DDC/PJF.

O relato de Maria Tavares Davi acrescenta o sentido de uma luta “solitária”, retratada pelo distanciamento total da família, pela ausência de um parceiro com quem compartilhasse a criação dos filhos, pela sociabilidade fragilizada e a dependência constante da assistência social, que é esporádica e incerta, conformando abatimento, desânimo e sentimento de desprestígio.

Minha família é do Paraná. Tenho um filho que mora lá com meus pais. Tem quase vinte anos que não vejo ninguém. Entra ano e sai ano e a gente nunca tem dinheiro pra poder ir lá. Aqui eu tô praticamente sozinha, só com meus filhos. Eles não vêm aqui pra me ver, eles que têm mais condições do que eu, eu também não vou ver eles ...

A Prefeitura paga esse salário de R\$ 180, e eu pago R\$ 150 de aluguel, e o resto que fica eu pago água e luz. E eu recebo uma bolsa escola! Mas mesmo assim, pra sustentar cinco filhos, comigo seis, não dá. É difícil, eu não trabalho, não tenho ganho nenhum ... Desde que meus filhos nasceram, é só junto comigo, eles não me largam pra nada. Eu preciso de uma cesta básica, eu corro atrás ... A gente fica mais quieto no canto da gente, né? Porque se começar, é muita conversinha, muita gente pra tomar conta da vida da gente, então a gente tem que ficar mais... porque ajudar ninguém ajuda não! Vir aqui perguntar se a gente tá precisando de 1 kg de feijão ninguém vem não. Mas tomar conta da vida da gente tá em primeiro lugar. Mas isso não é só aqui, né?

Quanto à postura do poder público (“a Prefeitura”), no que diz respeito às áreas ocupadas, observa-se uma “cultura” segundo a qual sua omissão é compreendida como permissão/benefício. A ocupação de áreas restantes, pobres, sem infra-estrutura é vista como aquilo que é destinado e permitido ao pobre – uma tolerância que tem como fundamento o clientelismo: favor em troca de apoio político.

Porque minha tia me viu dormindo na varanda de uma casa com a barriga grande, já enorme, quase perto de ganhar a criança, aí ela e a amiga dela foram nesse vereador, conversou com ele e ele falou que não teria problema de eu construir ali pra mim [em terreno da prefeitura] ... Nunca tive problema com a prefeitura, ao contrário, consegui colocar água no meu nome, luz. Em termos da prefeitura me perturbar, isso eu não posso falar ... (Simone Rodrigues – Graminha.)

Esse lote era da prefeitura, tipo assim invasão, porque as pessoas invadem ... a prefeitura não ligou muito porque era perto de córrego e tudo, então ela não ligou ... É terra pública, só que a prefeitura não dá atenção nenhuma pra aquele lugar não ... esse local já era de risco já, não servia pra nada. Vivemos ali no total 20 anos ... Lá tinha barranco atrás e córrego na frente, sem contar os esgotos dos vizinhos de cima que descia e então passava na porta da casa da gente. (Aline Cordeiro – Marumbi.)

Por outro lado, há uma desconfiança com relação às ações do Estado, nem sempre claras e efetivas, e à insuficiência de suas intervenções, paliativas, precárias, inacabadas. De intervenções que são pontuais tem-se a viabilização de pequenas obras, sempre inacabadas – vias de acesso (como “escadões”), muros de arrimo –, iniciativas isoladas de cadastramento das famílias, com vistas à regularização da posse, nunca efetivada, de remoção para áreas ditas mais seguras, porém sempre mais distantes e isoladas. A possibilidade de viverem a transferência para locais isolados, distantes dos ativos sociais que favorecem suas subsistências, é fator determinante em seus posicionamentos e marca de sua resistência.

Quando eu vi, chegou lá o pessoal da AMAC fazendo inscrição pra tirar, isso antes da enchente... Foi passando o ano, mais ano e não tirou ninguém. Até que veio essa tragédia da água pra acabar com tudo. (Siléia Assis – Ponte Preta.)

A metade dessa área onde o pessoal foi desalojado é da prefeitura. O pessoal passou, acho que é funcionário da Emcasa [Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora] mesmo, da prefeitura, passou pegando os dados da gente. Disseram que, como a gente já tinha muito tempo ali, que eles iam liberar pra gente um documento comprovando que a gente já era morador dali de muito tempo. Nós tinha as contas de luz que falava, que provava o tempo. Mas até o dia que houve o desabamento eles não tinham dado documento nenhum pra gente. Eles falaram que, por eu ter 11 anos ali, por lei eu já tinha direito à usucapião, mas aí até a data do desabamento eles não deram documento nenhum não. (Simone Rodrigues – Graminha.)

Os elementos acima apontados justificam a desconfiança da população, e a saída dos locais condenados tecnicamente simboliza o “risco” de ficarem sem qualquer apoio, uma vez que o Estado constantemente falha em seus compromissos. Contamos com a reflexão de Cardoso (2005, p.13) que, utilizando-se de Hirschman (1996), afirma que a forma de lidar com uma situação de precariedade e de ameaça poderia ser a “saída” ou a “voz”, alternativas colocadas para as camadas de maior renda e instrução, mas não para as camadas populares, já que os custos neste caso (da busca de um local mais seguro ou do protesto junto ao poder público) tendem a ser elevados e com baixa expectativa de retorno positivo. Assim, busca-se alternativas individualizadas de minimização dos danos, com permanência nos mesmos lugares. Os custos associados à “voz” mostram-se também ele-

vados, uma vez que o Estado se faz pouco permeável às demandas populares, adotando de modo mais conveniente e imediatista as tradicionais práticas clientelistas, que são pontuais e nunca significativas a ponto de promover mudanças substanciais na qualidade de vida da população.

Como exceção nesse contexto, o relato de Matias Machado Faria expõe a experiência de vinte anos de luta da pequena comunidade do Ladeira, que se organizou inicialmente para enfrentar a possível expulsão de uma área pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. (denominada “Leito da Leopoldina”), localizada no entorno do Centro da cidade, primeira e única do município de Juiz de Fora a ser decretada, em 1997, como “área de risco” pela prefeitura.

minha irmã, que mora aqui em Juiz de Fora, ela conheceu essa Margem da Leopoldina e comprou um pedaço do morador que morava aqui, o senhor Alípio. Esse senhor tinha um documento da RFFSA que autorizava ele a morar pra tomar conta da área, só que ele inverteu o negócio, ele fez um negócio que não podia, que era vender a área.

Ele começou a passar pra terceiros, minha irmã comprou quatro pedacinhos dele e começou a construir. A minha dona, dona Gilda veio e viu, gostou disso aqui e aí a gente veio pra essa luta. Só que não tinha água, nem luz, nem caminho. Nós tivemos que abrir caminho no poder da enxada, buscava água lá onde era o corpo de bombeiro, no Vitorino Braga.

Nós sobrevivía porque eu trabalhava de carpinteiro. Os filhos, todos eles, catava papel com o carrinho. Essa dona Gilda saía 5 horas da manhã, debaixo de chuva ou sol, pra catar papel. A gente sofreu muito aqui: era a polícia em cima que vinha pra tirar, desmanchar barraco. Vinha a RFFSA pra desmanchar barraco, vinha o atual prefeito [na época radialista] num carrinho velho. Daí a polícia corria dele, vinha a Globo e a polícia corria. Foi uma luta! Até que ele [o prefeito] participou com nós na luta, ele conhece isso aqui até hoje. Isso tem uns 22 anos. Aí, a gente tava lutando. No primeiro ano que o B. candidatou direto pra prefeito e ganhou, então, nós achamos, quando ele ganhou... já tinha várias casas aqui com a ajuda dele e da Globo. Já tinha várias casas e a vidinha nossa já tava mais ou menos. Eu já tava num barraquinho, metade de tijolo, metade de lata... já foi melhorando, eu trabalhava de carpinteiro, parava às três horas, eu catava papel e os filhos tudo catava papel também. Tinha dia de arrumar 200 kg de papelão e aí nossa vidinha começou a melhorar. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

Nesse caso, uma forma de resistência articulada deu-se num cenário com múltiplos atores: a Comissão de Moradores do Leito da Leopoldina, a imprensa, as forças policiais, o poder público, os políticos locais e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora (CDDH), Ong que assessorou a comunidade durante o processo de luta pelo direito de permanência no local. O fato ganhou tal visibilidade ao longo dos anos que outros interesses em torno da área (do mercado e do próprio poder público) foram ofuscados e a permanência das famílias no local parece dificilmente reversível, reconhecida que é pelo poder público através de obras já realizadas e do planejamento de investimentos em infra-estrutura e segurança para o local. O recurso da “voz” teve seu lugar.

O CDDH foi uma porta que abriu e nós começamos a luta. E nós não ficamos nem sabendo se queriam tirar nós daqui ou se ia melhorar, mas melhorar não era, porque o prefeito ficou os quatro anos e, pra nós conversar com ele, nós tivemos que fazer uma passeata com umas 600 pessoas. Saímos daqui e reunimos umas 600 pessoas com faixa, cartaz, batemos

lata, assoviamos. Então, nesse dia fizemos uma manifestação pública lá e ele recebeu três do CDDH e três da Comissão. Porque nós formamos uma comissão de moradores. Aí ele marcou uma reunião, marcou o dia e a gente foi, conversamos com ele, fizemos nossas propostas, ele ficou de resolver alguns problemas ... Era a luta pra nós permanecer aqui, porque era da RFFSA. E tinha várias companhias querendo comprar essa parte da rede ...

Fizeram uma avaliação da área [Defesa Civil, prefeitura, Universidade] ... bem, mas antes o pessoal foi retirado pro aluguel, pro Abrigo ... A idéia era tirar nós todos, da rua de cima e de baixo também. Na época tiraram 72 famílias, pro aluguel e pro Abrigo. Era pra ver o que iam fazer. Nós fizemos mais união com o CDDH. Fizeram um levantamento e uma proposta pra nós: tiravam as casas de baixo todinhas. Aí já estavam a prefeitura, a AMAC também na jogada. Disseram o seguinte: vamos pagar o aluguel por três meses e vocês tornam a voltar pro mesmo lugar. Pronto, nós fomos pro aluguel. Daí começaram a mexer, fizeram a contenção. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

Quanto à ação pública, se, por um lado, o pagamento do “Auxílio-Social” destinado aos removidos de áreas condenadas gerou segurança e conforto para seus beneficiários¹⁰ – e isso se evidencia em relatos já registrados anteriormente –, por outro, e de maneira mais contundente, prevalece o receio permanente da interrupção do pagamento do benefício e a forte expectativa de viabilização da casa própria. Apesar de destacarem que o recurso vem sendo pago assiduamente pela prefeitura, os entrevistados se mostram atentos a quaisquer informações, mesmo que não-oficiais, sobre a construção de suas casas, evidenciando o receio do abandono e a pressão exercida pela figura do aluguel.

10 Porque, por mais remotas que as aspirações pudessem parecer, se apresentaram mais concretas, na visão dos removidos, com os recursos disponibilizados pelo poder público, delimitando uma outra qualidade para suas vidas.

Eu espero que se eles for dar realmente a casa pra gente... porque dizem que não vai ser muito caro pra gente pagar não. Eu espero ter uma casinha minha mesmo, né? Porque esse negócio da prefeitura, tem hora que a gente fica encucado com isso, preocupada... medo de eles não pagar o dinheiro do aluguel ... Tá vindo direitinho o dinheiro. Mas a gente fica preocupado. A gente dorme com o aluguel, pensando... A gente que é sozinha, que é o homem e a mulher de casa, a gente pensa muita coisa. Fica muito preocupada com água, luz, com tudo. (Maria Tavares Davi – Granjas Bethânia.)

O aluguel, você dorme com ele na cama, né? Você deita e quando acorda já tá na hora de pagar de novo ... (Inês Helena – Três Moinhos.)

A experiência de administração do recurso recebido mostra os expedientes de sobrevivência já apreendidos: um esforço para que seja utilizado de modo que possa também suprir as despesas com água, luz e gás – despesas, na maior parte dos casos, inexistentes nas situações anteriores, em que o fogão à lenha representava a economia do gás e a luz e a água eram cedidas ou substituídas pelas velas, lampiões, lanternas ou minas e poços d'água. Os contratos de aluguel são, quase sempre, semestrais, permitindo a busca constante pelo menor valor, flexibilizando assim a utilização do benefício. São observadas alterações de endereço, de números telefônicos e de rotinas, apontando para uma dinâmica de vida que sofre constantes modificações: uma mobilidade social ora ascendente, com a inserção em atividades esporádicas de trabalho, que modificam seus ritmos cotidianos e suas rendas, ora descendente, com o enfrentamento de doenças graves em família, a ausência inesperada de personagens familiares por condenação na Justiça –, flutuações que sinalizam a freqüente necessidade de adaptação a novas situações.

O depoimento de Matias Machado Faria, do bairro Ladeira, reúne de forma sintética elementos de denúncia, reflexão e resistência, cunhados na trajetória das famílias e das comunidades.

Por que que nós sobrevive, eu e minha família e os nossos morador sobrevive? Porque só paga água e luz, não paga mais nada ... Os nossos governantes ... como é que esses homens não pensam que 300 reais não dá pra uma família comer... não dá pra um comer! ... Esses nossos governantes, eu não sei o que vai acontecer... Esse Brasil! ... Isso vai dar uma guerra civil igual já tá dando no lugar lá onde o pessoal pobre tá botando fogo em carro e queimando tudo. No Brasil isso também não vai demorar a acontecer não! ... Nós tamo chegando no fim dos tempos. Eu lido e conheço o pobre, porque o cidadão que já nasce em berço de ouro, ele não conhece o lado do pobre. Eu conheço. Porque eu já lutei muito, trabalhei muito e luto até hoje com a classe pequena, com a classe pobre. Eu não quero ficar rico nunca na minha vida, porque eu vou perder minha liberdade, vem seqüestrador seqüestrar meu filho... eu não vou poder andar igual eu ando, mas as coisas é difícil... esse Brasil... tão cortando nossos matos tudo, tá secando tudo. Mas nós aqui tamo pelejando.

CONCLUSÃO

Observamos aqui, através da trajetória de famílias removidas pelo poder público de áreas urbanas condenadas por avaliações técnicas no município de Juiz de Fora, como é construída socialmente a noção de risco. As evidências não conduzem a uma negação ou minimização do risco configurado em sua versão técnica – como se poderia num primeiro momento presumir –, mas sim à pertinência de se considerar a reinterpretação e reelaboração do risco por parte da população. Tal reelaboração se manifesta através de estratégias discursivas e práticas sociais específicas que apontam para a permanência no lugar – com a garantia da posse e dos ativos sociais previamente construídos – em resistência à noção técnica de risco, que justifica a remoção do lugar.

Observou-se, assim, a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias: representações e práticas comuns a esses grupos sociais configuram um *habitus* (Bourdieu, 2005) como sistema de predisposições que leva os indivíduos a representações e práticas socialmente compartilhadas.

As estratégias de resistência, além de se apoiarem em fatores como a religiosidade, ancoram-se também na noção de um lugar identitário que agrega aspectos subjetivos, extrapolando o espaço físico. O apego ao lugar aparece associado aos laços mais gerais criados ao longo das trajetórias de vida, situando a “moradia de risco” em plano secundário frente a outros perigos sociais. Ante as dinâmicas de vulnerabilização decorrentes do desigual poder entre os atores sociais na cidade, os moradores de áreas vulneráveis efetuam uma reelaboração moral da noção de risco, associando tal experiência a uma “oportunidade” de moradia em contexto de despossessão e de dificuldade de acesso a recursos públicos.

Maria Auxiliadora Ramos Vargas é assistente social, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur/UFRJ.
E-mail: doravargas@uol.com.br

Artigo recebido em janeiro de 2006 e aprovado para publicação em março de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. História oral e história de vida. Rio de Janeiro, *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v.27, n.1, 1984.

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: _____. (Coord.). *A miséria do mundo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.159-66.
- _____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Brasiliense, 1997. p.13-33.
- CARDOSO, A. L. A construção social do risco ambiental em uma favela do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 2005. (Mimeo.)
- _____. A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.) *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p.111-20.
- _____. *Balço da política municipal de habitação 2001-2003*. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 2004. 4p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 21).
- _____. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. *Cadernos Ippur*, ano XVII, n.1, p.35-50, jan./jul., 2003.
- CASTIEL, L. D. Lidando com o risco na era midiática. In: MINAYO, M.C. de S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.113-33.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Trad. Mônica S. L. Barros & Zilda Pinto Zakia. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p.1-14.
- GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. de A.P. *Mundo encaixado: significação da cultura popular*. Belo Horizonte/Juiz de Fora: Mazza/UFJF, 1992.
- GRIZENDI, L. T. *Condições de moradia e risco: representações sociais de técnicos e moradores da periferia de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. C.; PORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. p.281-99.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- JAMUR, M. Representações da pobreza na imprensa carioca. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, 1994.
- LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. DE S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.69-111.
- MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.215-32. (Coleção Pensamento Petista.)
- MINAYO, M. C. DE S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria Especial de Políticas Regionais/Departamento de Defesa Civil, 1996.

TORRES, H. DA G. *Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas.

_____. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.) *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora Senac, 1999. p.53-73.

TURNER, J. C. Una nueva visión del déficit de vivienda. In: LEWIS, D. *El crecimiento de las ciudades*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1971. p.140-51.

VARGAS, M. A. R. Defesa Civil: um olhar crítico. Juiz de Fora, *Libertas*, v.2, n.1, p.79-98, jan./jun. 2002.

VALENCIO, N. F. L. DA S.; CAMPOS, P. F. C.; TRIVELIN, L. M. Gestão de desastres no Brasil: considerações sociais acerca das políticas de emergência ante os perigos hidrometeorológicos. In: VALENCIO, N.F.L. da S.; MARTINS, R.C. (Orgs.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. v.2, p.223-38.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

A B S T R A C T *The social problem of risk is increasingly relevant to contemporary debates, especially on public policies and urban affairs. In general, most of the initiatives come from an objectivist perspective of risks, based on quantification and mensuration of phenomena. From this technical approach emerges a dominant conception of risk, which spreads out the reckoning that precarious situation involving specific urban poverty groups are due to 'irrational consumption options'; influenced by this point of view, social intervention comes out disqualifying those groups practices and interfering deeply in their lives. Discussing this argument, recent sociological literature presents the social construction of risk, structured on the idea that the notion of 'risk' is socially constructed by differentiated groups, that bring upon different symbolic references, social representations and material practices. Using as empiric reference the trajectories of families removed from their home places – characterized by municipality engineering as 'technically condemned' – in Juiz de Fora, Minas Gerais, this article stresses the discursive elements and material practices that express the resistance of the removed people to the dominant technical conception of risk.*

K E Y W O R D S *Social construction of risk; environmental inequality; urban periphery.*

A CONVIVÊNCIA COM OS RISCOS RELACIONADOS ÀS BARRAGENS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

CONFLITOS ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS¹

NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO
JULIANO COSTA GONÇALVES

RESUMO *O objetivo deste artigo é, numa perspectiva crítica, focalizar a racionalidade e as práticas sociopolíticas características do gerenciamento de riscos relacionados às barragens no Nordeste do Brasil. O texto procura mostrar que a barragem pode constituir um outro desastre, ao mesmo tempo em que não impede que secas e cheias ocorram, aumentando, conseqüentemente, a vulnerabilidade da população.*

PALAVRAS - CHAVE *Barragens; grandes projetos; água; desastres; semi-árido; Nordeste.*

INTRODUÇÃO: O SERTÃO COMO PALCO E OS RIOS BARRADOS COMO CENÁRIO

Os Grandes Projetos Hídricos, como é denominado o conjunto barragem/reservatório – a barragem possuindo mais de 15 m de altura ou comprimento de crista maior do que 500 m ou, ainda, capacidade de vertedouro maior do que 2.000 m³ por segundo, e o reservatório com capacidade de armazenamento maior do que 1 milhão de metros cúbicos (Viotti, 2000) – são implementados, de parte a parte do país, como referência da ação estatal indutora do desenvolvimento regional.

As barragens são definidas como “qualquer obstrução em um curso permanente ou temporário de água ... para fins de retenção ou acumulação de substâncias líquidas” (Ministério da Integração Nacional, 2006, p.1). Onde há uma barragem, a montante imediata apresenta uma acumulação incomum de água, o que incita significados ambíguos para os que vivem nas áreas ocupadas imediatamente a jusante, o mesmo podendo se dizer acerca dos empreendimentos menores, como os açudes.

Menescal et al. (2005a) estimam que, atualmente, estejam em operação 70 mil açudes, de todos os tamanhos, no Nordeste brasileiro. Só o Ceará comportaria algo em torno de 30 mil, um açude a cada 5 km², alguns apresentando nomes singulares como “vai quem quer”, “veremos”, “vamos ver”, “apertado da hora”, “boi morto” etc. No caso da bacia do rio Jaguaribe, os autores estimam a existência de um açude a cada 1,5 km².

A Comissão Mundial de Barragens entende que é preciso precaução por parte dos empreendedores hídricos ao implantar esse tipo de obra, recomendação derivada tanto do intenso debate científico como da pressão dos movimentos sociais. A extensão de danos socioambientais provocados na área inundada pelo reservatório – que vão da perda de pa-

1 Apoio: MCT/CNPq. Os autores agradecem ao professor associado Franklin Daniel Rothman, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelos preciosos comentários feitos à primeira versão desse texto, apresentado no GT “Conflitos Sociais e Meio Ambiente”, no 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006.

trimônio natural e arqueológico, expropriação de pequenos produtores, mudança no ecossistema aquático e do nível de vulnerabilidade das espécies da fauna e flora que sofreram com a alteração do ambiente lótico em lântico – é o movente dessa posição crítica em torno dos grandes projetos hídricos no mundo. Menos freqüentes, entretanto, têm sido os debates em torno do risco que as barragens representam caso a integridade das obras civis fique comprometida. Trata-se de um desastre que sucede ao que consideramos o desastre principal, a implantação centralista de tais projetos.

O termo “desastre” possui várias interpretações, desde as que o relacionam aos acontecimentos físicos independentes da ação humana, e dos quais deriva uma interrupção da rotina de uma dada localidade, àquelas que o vêem fundamentalmente como uma construção social, na qual, segundo Quarantelli (1998), o espaço geográfico e a dimensão temporal deveriam ser mais apropriadamente considerados. Segundo a atual Política Nacional de Defesa Civil, desastre é entendido como um evento danoso que supera a capacidade de resposta da comunidade afetada. Isto é, quando a interação do fator de ameaça e a vulnerabilidade humana a ele relacionada se dá num contexto no qual há insuficiência de atendimento tanto da organização comunitária quanto das entidades públicas locais.

Colapsos de barragens podem ser entendidos como desastre. A depender do condutor da narrativa, enquadra-se em quaisquer das interpretações acima mencionadas: decorrência de uma ameaça natural incomum – por exemplo, o excesso de chuvas fora do padrão de segurança das obras civis, estabelecido a partir do cálculo das chuvas de mil anos; resultado de representações sociais distorcidas sobre a adequação da ocupação humana a jusante; e, ainda, como consequência de processo social no qual, com concentração no tempo e no espaço, o lugar mostra-se frágil em termos de prevenção e mitigação de danos humanos, materiais e ambientais. Ou seja, são fenômenos suscetíveis de ser interpretados desde uma perspectiva fatalista, na qual o agente provocador de riscos encontraria-se fora da órbita social, a uma perspectiva crítica na qual é assumida a natureza sociocultural e política do processo disruptivo, com responsabilidades amplamente identificáveis. O pânico e demais comportamentos coletivos “anormais” fazem-se notar entre os que se encontram vulneráveis ao fator de ameaça, isto é, entre os que estão fora do processo tecnopolítico que se supõe ter controle sobre o fator de ameaça (Quarantelli, 1998). A noção de controle da situação sobre a qual os tomadores de decisão agem é construída com base numa falsificação das certezas. E, descartando-se uma cultura de prevenção e precaução, prevalecem ações e omissões cujos efeitos são, via de regra, catastróficos a ou-trem (Dombrowsky, 1998).

Barragens simbolizam progresso. Elas são, na expressão de McCully (1996), mais do que “simples máquinas de geração de eletricidade e estocagem de água”. São a expressão de uma ideologia dominante no contexto de modernidade tardia, projetadas para significar grandeza, poder e dominação, expressão material de como a técnica potencializa a afluência regional e representação da prosperidade viável que os empreendedores desejam que as obras civis e o reservatório assumam no imaginário dominante. No interior da grandeza e da promessa de bonança se oculta, todavia, a ameaça de colapso das obras civis.

McCully (1996) lembra que o pior desastre relacionado a barragens ocorreu na província de Henan, na China, em 1975, estimando-se em 230 mil a população afetada fatalmente. As barragens de Banqiao e Shimantan, construídas no rio Huai, foram afetadas por um tufão, cujas chuvas decorrentes produziram uma precipitação das que ocorrem uma vez a cada dois mil anos, sendo o cálculo padrão de segurança das obras baseado nas chuvas de retorno de mil anos insuficiente, portanto, para prever o perigo.

Em 5 de agosto, conta McCully, o reservatório da barragem de Banqiao acumulava próximo à sua capacidade máxima. No dia seguinte, acumulava 2 m acima de sua capacidade de segurança e, no início da noite do dia 7 de agosto, colapsou carreando 500 milhões de m³ de água para o vale e planícies abaixo a uma velocidade de, aproximadamente, 50 km/h. Vilas e pequenas cidades desapareceram, outras ficaram total ou parcialmente encobertas. A barragem de Shimantan colapsou logo em seguida. No total, 62 barragens colapsaram, em efeito dominó, formando um enorme lago cobrindo milhares de quilômetros quadrados. Como o escoamento superficial tornou-se problemático ao resgate dos afetados, uma semana após a formação desse lago, várias barragens que haviam resistido ao desastre tiveram que ser dinamitadas para favorecer a drenagem e permitir que os grupos de urgência e emergência prestassem atendimento – nada mais do que 2 milhões de pessoas por todo o distrito ficaram retidas pela água. No dia 17 de agosto, havia, ainda, 1,1 milhão delas sem resgate e sujeitas à expressiva vulnerabilidade a doenças de veiculação hídrica. Só após duas semanas, relata o autor, a água começou a recuar e corpos foram se revelando (McCully, 1996). O Human Rights Watch acredita que, discordâncias estatísticas à parte, cerca de 85 mil pessoas morreram imediatamente pela onda de inundação das barragens colapsadas e, mais adiante, 145 mil pessoas morreram de epidemias e fome nas semanas em que a região ficou incomunicável.

Analisando casos como o das barragens do rio Huai, o desastre se configura como processo que não supõe condições de implementação de medidas eficazes de prevenção ou, ainda, de ações de emergência que, requeridas na resposta ou no pós-desastre, sejam atendidas a contento. Isso porque a lógica que as materializa não internaliza uma ampla gama de dimensões socioambientais e tampouco as incertezas quanto aos efeitos que tais obras causam ao território modificado.

Mais de 12 mil pessoas morreram no século XX por barragens colapsadas, excluindo a China dos dados e, embora as estatísticas mundiais no assunto sejam pouco consistentes, há autores que estimam entre 166 e 200 as barragens avariadas, entre 1900 e 1980 (McCully, 1996), sugerindo que tal prática técnica precisa ser objeto de crítica e reavaliação, saindo do escopo das certezas pré-fabricadas e assumindo que “algo pode dar errado”.

No Brasil, o represamento dos mananciais superficiais é adotado sob a alegação de controle do excesso, da escassez e da irregularidade de vazão das águas doces em prol dos usos múltiplos, enquadrando o sistema hídrico no contexto de domínio da técnica. Isso significa supor que tal sistema subordina-se ao total controle, à previsibilidade e à certeza. No semi-árido nordestino, em particular, as barragens tomam a aparência de uma das expressões materiais mais relevantes da disputa entre o arcaico e o moderno. Convém problematizar, porém, não só o tipo de arcaísmo a que se refere o imaginário da perícia hidráulica, mas também os atributos da modernidade na ótica dos que adotam os modos de vida que a perícia visa eliminar.

O Nordeste é uma região geográfica com uma área absoluta de mais de 1.500.000 km², correspondendo a quase 20% da superfície territorial brasileira. O semi-árido nordestino é uma sub-região definida por uma característica climática comum, do interior baiano ao piauiense: secas periódicas e precipitações pluviométricas concentradas. Essa extraordinária variação pluviométrica tornou tal espaço de grande interesse para a pesquisa e a intervenção pública, sobretudo quando associadas ao estímulo à produção agrícola tecnificada favorecida pela grande insolação, que alcança uma média anual de 2.800 horas/ano de sol. A intensidade da evaporação responde pelo balanço hídrico deficitário da referida sub-região (DNOCS, s.d.).

Expectativas sobre o “inverno” (a temporada das chuvas) é o que mobiliza o sertanejo, na espera da precipitação pluviométrica do dia 19 de março, dia de São José. Chovendo nesse dia, tem-se a garantia, na cultura popular local, de um bom “inverno” para a lavoura, para o gado e para o abastecimento humano. No entanto, a aleatoriedade e irregularidade pluviométrica no semi-árido nem sempre permitem o retorno do esforço de trabalho, e o pequeno produtor é quem mais sofre ao tentar viabilizar estratégias alternativas de sobrevivência (DNOCS, s.d.). Quase todos os rios da região são de regime irregular e intermitente, restringindo-se o escoamento superficial a poucos meses, menos da metade do ano:

em um ano hidrológico normal, as águas baixam lentamente durante a estiagem, até a descarga absoluta se anular. As cheias, entretanto, são súbitas e violentas, decorrendo em pouco tempo. Daí a expressão do nordestino de que “o rio desceu”. (DNOCS, s.d., p.19.)

Em termos sociais, o semi-árido nordestino conta com uma população de aproximadamente 20 milhões de pessoas e baixos índices de desenvolvimento humano. O sertanejo, radicado nessa região interiorana de condições climáticas adversas, retira do bioma caatinga seu sustento, elaborando, com os limitantes da base biofísica, uma peculiar cultura, que vai desde os hábitos alimentares e artesanato, que incorporam o xique-xique ao vestuário típico de couro para as cavalgadas, passando pelos ritmos e sonoridades, como o forró (Giulietti et al., 2006). Transitando entre a lavoura de vazante, quando é possível o acesso às zonas ribeirinhas, ou persistindo na cultura de sequeiro associada à criação de pequenos mamíferos, a economia local limita-se, no geral, à subsistência. Vem daí a expressão euclidiana que considera que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, numa rotina de convivência com as inconstâncias do clima e a esperança contínua por uma melhoria de vida. Estabelece-se, igualmente, essa imagem como reforço à idéia de que a disponibilidade hídrica enseja o desenvolvimento social, num certo consenso entre perícias, que vão da hidráulica à economia.

Barragens são a solução técnica mais recorrentemente implementada no semi-árido como síntese mitigadora de dois diferentes tipos de desastres, situados em pólos opostos e que marcam o modo de vida sertanejo: as secas desoladoras e as cheias devastadoras. Incerteza e fé. Essas são as características da rotina do homem sertanejo. A incerteza acerca do precipitar das chuvas na época necessária à lavoura, bem como da resposta do solo e do sol à árdua labuta. A fé, simplesmente, para suportar as perdas e esperar sinais que reafirmem o desejo de ficar quando as circunstâncias socioambientais indicam que é tempo de partir. Se, por um lado, a ausência de chuvas é o que caracteriza o fracasso das colheitas, a morte do pequeno gado e o abastecimento irregular, além de outras danificações, numa sucessão de limitantes a induzir a migração, por outro, as barragens emergem como forma de controle perito sobre a natureza indomável; portanto, passível de introduzir um novo marco na história sertaneja, expressando a perenidade e serenidade dos rios que *per se* transformariam as condições de vida no semi-árido.

Segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, as secas verificam-se no Nordeste desde a época do descobrimento do país, com ocorrência e duração ainda não previsíveis. A primeira, historicamente constatada, foi em Pernambuco, em 1583 ... Seguiram-na 14 secas no século XVIII, 12 no século XIX e, nesta centúria [século XX], já se elevam a 16 ... Muitas e trágicas têm sido as conseqüências das secas, com repercussões antropológicas,

econômicas e sociais, refletindo na própria cultura e mentalidade do povo nordestino. A literatura e as artes regionais dedicam a esse tema o maior volume de sua produção ... Alguns eventos merecem ser destacados. Na seca de 1778 houve perda de 7/8 do rebanho bovino do Ceará. Na “Grande Seca”, como identificada aquela transcorrida no período 1877/1880, pereceu mais da metade das 1.754.000 pessoas que, à época, residiam na área castigada pelo flagelo. Na seca de 1915 pereceram 27.000 cearenses e 75.000 emigraram, sobretudo para a Amazônia. A partir da seca de 1970, morte nenhuma tem-se a lamentar em decorrência direta da estiagem. Porém migraram 11% da população ... O século XX iniciou-se com outra seca no Nordeste. Como desde o início, as grandes obras e os organismos específicos do governo só são criados e revitalizados nos períodos de calamidade ... a partir de 1904, três Comissões foram instituídas: a “Comissão de Açudes e Irrigação”, a “Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas” e “Comissão de Perfuração de Poços” que, 2 anos depois, foram incorporadas na “Superintendência de Obras Contra os Efeitos das Secas” ... A precariedade dos resultados dessas efêmeras Comissões levou, em 1909, à instalação da “Inspetoria de Obras Contra as Secas”, que evoluiria até o DNOCS dos dias presentes. (DNOCS, s.d., p. 30-4.)

Porém, não somente as secas, mas as enchentes são um problema regional a justificar novas obras hídricas, na transição do século XX para o XXI, no Estado do Ceará:

o futuro açude Castanhão [já em operação] não deve ser visto como uma obra isolada, mas inserida num contexto de um projeto de desenvolvimento de toda uma região, já que suas repercussões econômicas e sociais transcendem, inclusive, os limites do vale, gerando um pólo de abrangência que ultrapassará rapidamente as fronteiras estaduais. É o coração das águas, que fará circular nas várias artérias a riqueza de uma vasta área que espera por este momento há longos anos ... Os recursos hídricos ali existentes se constituem num patrimônio público de imensurável valor para o progresso do Estado e em especial para as populações que habitam o próprio vale. A gestão racional desses recursos será determinante para minorar os efeitos dos longos períodos de aridez, que, periodicamente, se estabelecem e inibem o desenvolvimento dos meios de produção, contribuindo, conseqüentemente, para o agravamento do quadro de miséria a que está submetido grande parcela da população do vale jaguaribano ... Um dos maiores entraves ao desenvolvimento do Baixo Jaguaribe reside na sua sujeição aos freqüentes riscos de enchentes. Justificadamente não se pode esperar que sejam feitos investimentos mais relevantes na área agroindustrial se há um permanente e elevado risco de perda absoluta causado pelas enchentes. Dessa forma, o controle dessas cheias se constitui em fator indispensável, sem o qual muito pouco deverá ocorrer para alterar seu perfil agro-sócio-econômico atual. (César, 1997, p.20-1).

As intervenções da perícia em hidráulica parecem, então, exigir, simbolicamente, a dissolvência das práticas sedimentadas na incerteza, tornar passado a experiência de desolação, devastação e migração, dando lugar a um outro tipo de contrato com a base biofísica, lastreado no planejamento e na produção, visando aumento da produtividade e fixação do homem no campo. Quando uma barragem procede ao seccionamento de um rio de águas incertas, para, no enchimento do reservatório, religá-lo num fluir padronizado das águas, a expectativa é de que haja certo automatismo dessa ação com o religamento social local propício ao bem-estar coletivo. Com a garantia de uma vazão mínima, a barragem é ferramenta para seccionar sociabilidades, afetividades e práticas socioeconômicas, mas também para unir, ao criar novas sociabilidades e práticas socioeconômicas, geral-

mente alheias ao local e alinhadas à modernidade. A barragem também secciona simbolismos para depois religá-los. Da mesma forma que, no trecho barrado e a jusante, o rio não é mais o mesmo – como vazão hídrica ou como ecossistema aquático – a sociedade local experimenta transformações, embora a maioria delas não corresponda ao idílio do progresso. Com a barragem, o controle perito impõe que a água deixe de ser mediada pelo sagrado para o homem do sertão. Não haveria mais um Deus a permitir o acesso à água, regendo a pluviosidade como a variável fundante do destino certo dos homens, exigindo rituais de repactuação. Agora, a água torna-se secular, o acesso à ela é dessacralizado. Mas, de todo modo, tudo continua hierarquizado: onde havia a água, como decorrência da providência divina, passa a existir o controle social, evidenciando tratar-se de uma relação de dominação política.

Uma falsa sensação de segurança está fundamentada na propaganda da racionalidade técnica que o projeto aplica ao território. Onde já ocorreram desastres e as obras foram refeitas, a memória coletiva acerca da falha do sistema perito estimula uma desconfiança, especialmente quando os que testemunharam ou foram afetados, direta ou indiretamente, pelo evento são membros ativos da sociedade local. Porém, com o passar do tempo, uma nova geração se distancia desta memória – o que corresponde, não raro, à apartação dos mais velhos como portadores da narrativa coletivamente validada – e se deixa enlevar por “novas” memórias nas quais a barragem é a imagem de “oportunidades”, como se o novo espaço, que permanece vinculado à idéia de poder, transcendesse as relações entre as classes sociais (Andrade, 1994). Ademais, como adverte Santos (1998), não é o tempo de permanência de um empreendimento no território, isto é, sua duração, o que promove que as lógicas de solidariedade regulada ou organizacional sobreponham-se à solidariedade orgânica da vida comunitária e valorização da herança material e cultural; é a estrutura que o empreendimento impõe, ajustando as representações locais sobre a realidade.

A materialidade da técnica, na forma das obras civis da barragem, não é um sinal sutil de mudanças operadas no lugar visando modernizá-lo. É uma opção radical, de uma elite tecnopolítica macroenvolvente, à qual o lugar é obrigado a se sujeitar. Os reservatórios, ao engolir terras de várzeas fecundas e produtivas, indicam: a produção aqui, qualquer que seja, foi encerrada. As terras altas, de tabuleiros, pedregosas e de solos expostos, antes vistas como as mais inférteis, tornam-se as novas margens caudalosas do reservatório, apontando: aqui está a água que faltava para tirar desse solo castigado frutos, algo possível desde que com o emprego das técnicas de irrigação apropriadas, modernas (como a fertirrigação). A sujeição do espaço do semi-árido aos ditames de uma perícia que se pretende eficaz na forma de alterar os fluxos e fixos do território não cumpre, porém, a promessa derradeira de levar água às populações empobrecidas que ali historicamente se inseriram, mas tende a excluir os pobres, dada a adoção da lógica mercantil no uso dos recursos hídricos. O centralismo decisório traduz o continuísmo da secular heteronomia em que a população sertaneja se encontra e, portanto, a reafirmação da dimensão política arcaica (Valencio & Gonçalves, 2006).

Através de pesquisa documental, assentada em registros oficiais, e de pesquisa de campo, com base em procedimentos qualitativos próprios de uma microsociologia intensiva (Elias & Scotson, 2000), o presente trabalho busca contrapor, de maneira sintética, no contexto socioambiental do semi-árido, as representações sociais acerca dos reservatórios e barragens que anunciam a produção de um novo tipo de desastre: o que decorre do colapso das obras civis. Retoma-se os resultados de casos de três diferentes

barragens investigados por Valencio (1995; 2005) e Valencio & Gonçalves (2006), a saber, Orós, Armando Ribeiro Gonçalves e Camará, situadas em três diferentes localidades (interior, respectivamente, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba) e construídas sob a responsabilidade de diferentes órgãos públicos (DNOCS, as duas primeiras, e Secretaria Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba, a última) em três diferentes épocas (década de 1960, década de 1980 e década de 2000) e sofrendo colapsos de três diferentes tipos (Orós, *overtopping* ou galgamento da barragem; Armando Ribeiro Gonçalves, *piping* ou erosão da parede interna da barragem; Camará, falha na fundação), para indagar quais as lições – tecnológicas, simbólicas e políticas – deveriam ter sido aprendidas na relação Estado–sociedade nessas quatro décadas de planejamento centralizado na gestão da água. Desta indagação, busca-se caracterizar os processos sociopolíticos que redundam numa preocupante naturalização da produção e convivência com os riscos oriundos das barragens.

Trata-se, de um lado, de problematizar, em termos sociológicos, a materialização de Grandes Projetos Hídricos como apelo de modernização do território, cuja essência fundamentalmente é de reiteração do processo de exclusão social; e, de outro, analisar o mecanismo pelo qual, surpreendentemente, a falência de obras civis, com toda a destruição ocasionada, não destrói as estratégias de dominação política estabelecidas através daquilo que, materialmente, desmorona perante a vista de todos.

AS IMAGENS DO MODO DE VIDA SERTANEJO NO OLHAR DO PERITO

A incapacidade do Estado, e dos grupos peritos sob suas ordens, em interpretar mais apropriadamente o modo de vida sertanejo data do Império.

A visão estigmatizante acerca das práticas da população inserida no semi-árido ante as secas e as cheias não apenas revela uma disposição do Estado à modernização do espaço, mas um ímpeto realizador à margem de quaisquer discussões públicas. É como se houvesse um imperativo para os órgãos executores de políticas de infra-estrutura hídrica: engendrar mudanças radicais na base biofísica em nome do bem maior dos que ali vivem com enormes dificuldades. Tal disposição não pode ser confundida como algo inerente apenas às pulsões de grandiosidade dos anos JK aos governos militares. Sabe-se que os grandes projetos de investimento pós-1950 deram um tom forte ao discurso do progresso regional; porém, o advento de barragens como “solução” para os revezes do semi-árido é pré-republicano. Na apologia ao progresso que, desde o Império, se fazia, nada seria mais simbólico e ensejaria menor resistência do que propiciar controle sobre águas indomadas.

Várias elites sucederam-se no poder central afirmando uma mesma estratégia de reformulação do espaço do semi-árido nordestino, como demonstra Pinheiro:

No mês de outubro de 1877, em sessões memoráveis do Instituto Politécnico, sob a presidência do Conde d’Eu, foram sugeridos e discutidos diversos alvitre, para conjurar a crise [entre eles e] construir, quanto antes, no interior da Província do Ceará e outras assoladas pela seca, represas nos rios e açudes ... Enquanto aguardava oportunidade de internar-se pelos sertões, a comissão teve o encargo de estudar os meios de evitar as inundações da Cidade de Aracati; para isso os engenheiros Lassance da Cunha e Foglare levantaram a planta e organizaram um projeto ... No mês de fevereiro ... Efetuou-se a exploração do sistema hidrográfico

da província em uma zona de 20 a 30 léguas do litoral com o fim de conhecer-se a possibilidade de construir grandes represas ou uma série delas no curso de cada rio, permitindo conservar, durante as secas, a água suficiente para a lavoura e a criação do gado ... Decorridos dois anos, em 1880, o Governo Imperial mandou, novamente, examinar os boqueiros mais apropriados à construção de grandes represas no sertão do Ceará, sendo comissionado para tal fim o engenheiro especialista Jules J. Revy, que depois dos estudos necessários a que procedeu, propôs, como melhor solução, que se construíssem: o Açude Itacolomi ...; o Açude de Lavras ...; e o Açude de Quixadá ... No Ceará a seca de 1900 não foi de efeitos mais desastrosos, porque o Estado inteiro regorgitava d'água ... Dessa primeira fase da atividade republicana em prol dos serviços do Nordeste (1905 a 1909), resultaram os estudos de diversos açudes do Ceará e Rio Grande do Norte e um na Paraíba ... Incêndio ocorrido em 1 de dezembro de 1911 no Escritório da Inspeção, em Fortaleza, destruiu trabalhos importantíssimos: o projeto e estudos dos grandes reservatórios Orós (projetado para ser o maior do mundo), Arneiros (100 milhões de m³), Lavras (502 milhões de m³) ... Em 1912, 19 açudes estavam em construção, 47 projetos e 91 estudados. (1959, p.66-79.)

A aura redentora que envolve os fazedores de barragens, como recriadores da natureza, é o mito em que opera a figuração segundo a qual o sertanejo clama pela extinção do seu modo de vida arcaico. A técnica vem ao seu encontro. Tudo se passa como se tais relações se dessem através de um mútuo reconhecimento: de um lado, o sertanejo chamando pelo perito, e, de outro, o perito tendo interesse, compromisso e condições de atender ao chamado.

Porém, se recorrermos novamente a Pinheiro, que explicita o imaginário perito de quase 50 anos atrás, notamos que a aparente deferência ao sertanejo, a quem seria preciso levar os meios técnicos para mitigar as incertezas relacionadas ao clima, tem encoberto o preconceito:

Os sertanejos que emigraram foram justamente os mais fracos. Os fortes ficaram em seus domicílios, alimentando-se de raízes silvestres, esperando pelo futuro inverno ... Assim, o Governo da República esqueça-se de ouvir a opinião dos sábios do Brasil, que em matéria de seca sabem menos do que o nosso sertanejo. Só há uma providência a tomar – é cativar em grandes reservatórios a água que cai do céu ... Está surgindo uma nova mentalidade, ajustada ao meio e conhecedora dos processos modernos e que certamente capacitará o Nordestino para enfrentar as crises climáticas, evitando o flagelo devastador ... O sertanejo lavrador, que tem o seu roçado, não emigra nos primeiros meses de seca ... O sertanejo, que não é anejo, sofre o primeiro ano de seca alimentando-se de raízes silvestres, ratos, toda espécie de comidas bravas e não se retira. No segundo ano de flagelo, acorda-se, perde a esperança e atira-se à sorte pelo caminho do exílio ... A mesma gente que [na seca de 1915] sofreu o suplício da fome e nua pediu esmolas, hoje vive na abundância; porém não se lembra mais do passado, um passado apenas de dois anos, e desperdiça os seus haveres em vez de guardá-los para os maus dias que de certo não virão longe ... A imprevidência é um defeito. É a herança maldita dos nossos avós índios ... Desgraçada gente de tudo se valia, de tudo tirava prognósticos. Até aos animais pedia vaticínios. Vivía com os olhos pregados no espaço espreitando o passar das nuvens, o rumo do vento. Por mais que pesquisasse as coisas mortas, menos sabia do dia de amanhã ... Essa massa de ciganos é a primeira que se desloca. Não vence a travessia a pé, como em outros tempos, quando a viagem era de cem léguas, palmilhando um solo quente como um borralho, sofrendo as agonias do mais penoso calvário, afrontando os lances mais

atrozes; porque a estrada de ferro vai ao coração do Estado (Ceará) e a onda de famintos espalha-se na vizinhança das estações da via férrea, vivendo das esmolas dos passageiros e caridade dos habitantes do lugar. A população adventícia vai avolumando-se crescendo até construir um perigo para os naturais ... É a ocasião de enxotá-los; e os habitantes cotizam-se e pagam a passagem deles no trem ... Os retirantes, não tendo sido abarracados, enchem as ruas pedindo esmolas, com o mesmo despudor de sempre. O mesmo espetáculo deprimente de homens e mulheres válidos esmolando de porta em porta. (Idem, p.77-107.)

BARRAGENS COMO CENÁRIO DE MAIS UM DESASTRE NA VIDA SERTANEJA

A intocabilidade dos fazedores de barragens requereria ser revista no interior do discurso das lideranças políticas que têm na domesticação das águas um apelo central para preservar seu eleitorado. Porém, por falta de manutenção das obras civis, incluindo ausência de recursos orçamentários para priorizar reformas e fiscalização, e imperícia em geral – falhas estruturais, erros no projeto, qualidade ruim do material, erros de dimensionamento da pluviosidade e outros –, as barragens têm colapsado. Isso é ainda mais verificável quando parâmetros econômicos relacionados aos custos regem as decisões de segurança das obras civis. Quando a perícia em segurança de barragens é controlada pela perícia que reduz os custos, tal subserviência descarta a interação com outros conhecimentos indispensáveis à proteção humana a jusante, não os da área de saúde, mas a defesa civil e os saberes não-técnicos.

No interior nordestino, onde se associam a escassa preocupação com o valor da vida humana e o mandonismo regional, os pequenos barramentos particulares, quando destruídos por chuvas severas, geram potenciais efeitos dominó que vão além das cercas da propriedade a que a obra está circunscrita. Do benefício privado decorre o dano público, que é pouco previsível em vista da ausência de comunicação do empreendedor ao gestor público de águas, que só muito recentemente passou a solicitar o cadastramento de tais obras (cuja sistematização está ao encargo da Agência Nacional das Águas num esforço conjunto com a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional).

Entretanto, há bem pouco tempo, com o devido endosso político, o meio perito em hidráulica subestimava os riscos derivados da construção, operação e manutenção de grandes projetos hídricos. Os proponentes de barragens também mudam seus argumentos em torno da razão principal para a construção de uma barragem individual de acordo com a percepção de vantagem política no âmbito local ou regional – a designação “usos múltiplos” serve a tal propósito. Quando há inundação ao longo do Yangtze, por exemplo, a barragem das Três Gargantas é tratada como um projeto de controle de enchentes; quando há necessidade de eletricidade, ela funciona, principalmente, como uma barragem visando à produção de hidreletricidade (McCully, 1996). Quando as redes sociais, tanto no plano cultural como no econômico e político, são alteradas pelas barragens ou pelos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) em geral – conforme designação dada por Vainer (1990) aos empreendimentos cuja concentração espaço/temporal pode provocar substantivas transformações socioambientais e desastres –, investe-se na positividade das mudanças resultantes da intervenção sobre o lugar.

Mas muitas foram as situações em que se tornou impraticável esconder o risco: simplesmente as obras civis vieram abaixo e um enorme volume de água também. De uma

forma mais dramática que as enchentes decorrentes das grandes chuvas – num cenário local em que não há barragens – ou das enchentes a jusante derivadas da água vertida pelos reservatórios, quando a barragem suporta o volume máximo, a ruptura das obras civis torna vulneráveis a população ribeirinha abaixo em escalas sem precedentes. Nesse caso, não é o volume de uma chuva severa o que extravasa sobre as vias públicas, edificações, pessoas, matas, lavoura e animais. É o volume de muitas chuvas depositadas no reservatório que, de uma só vez, põe abaixo o empreendimento falido gerando danos materiais, imateriais e à vida. É essa tragédia produzida pela técnica que, ao invés de ser fator dissolvente da dominação política centralista a quem a perícia hidráulica serve, é fator do fortalecimento de seu controle social sobre a vida local.

Uma barragem rompida significa a possibilidade de desmistificação da solução técnica, que se traduz no erro concreto e público que, a rigor, retira o endosso ou legitimidade de quem a produz. No entanto, rapidamente, no momento pós-desastre, a perícia apresenta explicações plenas de jargões – reportando algo fora do controle quando tudo parecia sob controle – e oferece medidas mitigadoras, o que não permite tempo para a reflexão ou contestação pública. Trata-se de uma “fatalidade” (Valencio & Gonçalves, 2006) após a qual haverá mais ação perita.

A terrível constatação é que a incorporação que o sertanejo faz do contexto modificado pela barragem revela a naturalização da convivência com o risco, que não está na matriz da tradição na qual repousa o seu modo de vida. Grupos empobrecidos, à margem do mercado formal de terras, chegam a fixar-se não às margens do rio regularizado (que é terra cara), mas no leito original do rio que, embora seco em virtude do barramento, é a primeira área que será ferozmente inundada no caso do colapso das obras civis. Um morador entrevistado em Assu, sr. Fernando, disse: “se estourar, não mata só nós...”. Ele aceita morrer na inevitabilidade da morte dos que com ele partilham o mesmo território. Observa-se que esse morador não está inserido num processo de individualização, característico da modernidade. Suas representações e práticas sociais estão orientadas pela coletividade; ou seja, a questão não é de preservação da sua vida como indivíduo (que é um argumento precioso à defesa civil, quando pretende ser eficaz nos procedimentos de evacuação rápida e compulsória), mas sua existência social, sua relação com o grupo. Ademais, conforme Douglas (1994), um traço distintivo da mentalidade pré-moderna é esperar pelo momento trágico, como se não houvesse condição de fugir das desgraças que costuram um sentido espiritual ao sofrimento. Mesmo considerando a preocupação de Bourdieu (1997) de que o pesquisado tende a se autocensurar na frente do pesquisador, sobretudo na presença do gravador, os mais pobres, segundo o autor, costumam aproveitar a oportunidade para manifestar seu genuíno ponto de vista sobre as circunstâncias, estabelecendo densidade em afirmações aparentemente simples.

O jogo interpretativo pode trazer múltiplas significações, dependendo de onde está inserido o sujeito no fenômeno. O resultado é que a implantação da obra como ação eficaz e acima de erros vem se revelando como farsa, a não ser nos casos em que já estejam constituídas as perícias em emergência, tidas como aptas a garantir os bens econômicos e imateriais sedimentados no lugar. Tais perícias, constituídas no geral de uma mescla de profissionais em engenharia civil e forças militares ou militarizadas, surgem para recuperar as relações de poder tal como elas tinham se apresentado nos primórdios da intervenção moderna sobre o lugar. O reconhecimento do risco no interior dos fixos e fluxos da modernidade torna-se, então, o momento mesmo em que ocorre aquilo que Beck (1997) chama de “reflexividade”, isto é, a desincorporação de certezas caducas, invalidadas ao

longo do tempo de sua aplicação, e a reincorporação/renovação da técnica em bases que mudam produtos ou processos sem, contudo, abalar a lógica na qual a peritagem se reproduz socialmente.

No caso dos riscos relacionados às barragens, é a forma institucional voltada para as emergências – órgãos da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros – que fornece uma síntese possível entre os benefícios da convivência com as obras civis e as ameaças subjacentes. Indaga-se, contudo, se essa pretensa síntese, nascida do misto da perícia hidro-técnica com a estrutura militarizada, é capaz de se colocar no lugar das arenas participativas genuínas a partir das quais a organização e a dinâmica do território precisariam ser discutidas. Agentes de Defesa Civil interferem, no geral, na resposta e reabilitação voltadas para “o retorno à normalidade”, no caso de um desastre. Contudo, se há um recorte de classe a estabelecer o tipo de inserção de cada qual no território, sendo os mais pobres aqueles inseridos em locais de maior risco, pergunta-se: como desastres futuros, da mesma natureza, serão evitados se não houver um questionamento sobre a estrutura social local?

Ademais, a institucionalização da emergência não implica real capacidade de mobilização no cenário da tragédia. Como lembrou o coordenador estadual da Defesa Civil do Ceará, coronel Lobo:

Bem, é o seguinte, logo que a gente tem um conhecimento de um determinado problema, se está em uma situação quase de colapso, nós podemos acionar, via telefone ou via rádio, quartéis ou do corpo de bombeiros ou da Polícia Militar. Nós temos limitações nos quartéis do corpo de bombeiros, aqui no Ceará, no entanto todo município do Estado do Ceará, todo ele, tem polícia militar e nós temos uma estreita aproximação com os integrantes da Polícia Militar. Então, num caso desse, enquanto não chegarmos no local, nós determinaríamos que a Polícia Militar adotasse as providências como precaução a nossa chegada [significa, a manutenção da ordem] ... Então, esse seria o nosso, digamos assim, o passo principal e rápido para a retirada dessas comunidades de lá. Ao passo que a polícia militar fosse retirando essas comunidades ela também iria fazer a segurança do que ficou daquela comunidade, monitorada de forma a distância ou não, via rádio HP, que a gente chama – que é um rádio de comunicações – que tem uma certa distância que eles funcionam como se fosse ao vivo, sem nenhum problema, nenhuma interferência. Ou seja, para que as famílias não ficassem preocupadas com os seus materiais, os pertences, para que não desaparecessem, não através da água, mas sim, de outras pessoas que estão ali [para saques]. (Entrevista aos autores; dezembro 2005)

Apesar do discurso de amplo controle do Estado sobre a possibilidade de sinistro, até dezembro de 2005 o município de Orós não contava com uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil ativa, mas apenas esboçava o desejo de implantá-la.

O relato do comandante do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte, coronel Cristian, é menos animador quanto à efetividade da garantia da vida e dos bens materiais dos afetados:

Na realidade nós, no Estado, só temos unidades do corpo de bombeiros em três municípios: Natal, Mossoró e Caicó. Há uma carência enorme em outros municípios da presença do Corpo de Bombeiros. Nós temos, vamos dizer assim, acidentes que normalmente precisam de integração de vários órgãos em situação de defesa civil, são casos de enchente em épocas de chuva, e temos algumas incidências de abalos sísmicos, em alguns locais definidos,

graças a Deus, de pequena intensidade e temos também situação de seca em algumas cidades. Na realidade o corpo de bombeiros atua mais nas situações de inundações e quando há abalos que comprometem a estrutura de cidades, como já aconteceu em João Câmara. Então, a ação do bombeiro se limita mais a isso ... [perguntado sobre as providências adotadas quando da ocorrência de inundações no município de Ipangassu, na jusante da barragem Armando Ribeiro Gonçalves] Viemos apenas para fazer o atendimento social pós-evento ... No caso, a gente não teve como prevenir. Mas alguns fatores que, na época, tiveram condição de prevenção, que é a questão de uma previsão de aumento do nível de água, algumas residências que seriam comprometidas, caso houvesse esse aumento, então a gente isolou essas áreas, houve a transferência de uma parte da população para barracas e tendas que foram providenciadas pelo Governo do Estado e o bombeiro auxiliou nessa remoção do pessoal para as barracas e no isolamento de algumas áreas que estavam em situação de risco ... Em Ipanguassu, por exemplo, várias pessoas ficaram abrigadas num colégio público, levaram seus móveis, levaram camas, levaram armários, e a remoção desse material ficava complicada porque o colégio não comportava tudo. Então, existe realmente essa dificuldade, não é nem a questão da falta de consciência, mas da carência em si. Ninguém quer deixar a sua residência pra ir para um lugar que não tem estrutura nem o conforto que ele não em casa. (Entrevista aos autores; dezembro 2005)

Logo, a sucessão do esforço perito na construção de obras hídricas não se dá em simultaneidade ao esforço em implantar e consolidar órgãos voltados ao contingenciamento, o que nos leva a considerar que a priorização dos barramentos efetivamente desconsidera os riscos que, muito recentemente, a perícia em hidráulica vem reconhecendo.

O CONTROLE DA ÁGUA COMO FORMA DE CONTROLE DE ATORES SOCIAIS

Na sociedade moderna, a busca do pleno bem-estar está ligada ao progresso eminentemente técnico e tecnológico. A busca por melhores condições materiais de sobrevivência e reprodução implica investimentos que engendrem a capitalização do território. Em países de industrialização tardia, coube ao Estado o planejamento do desenvolvimento econômico e social, via modernização da produção (Boneti, 1998), e a barragem é entendida como vetor do progresso técnico tendo por base o conhecimento perito.

A modernização que a barragem induz é resultado de um processo social calcado, a princípio, na racionalidade (e seus derivados, tais como racionalização, planejamento, prevenção, previsão, entre outros). Essa racionalidade é o substrato de dois fenômenos sociais que se apóiam mutuamente, quais sejam, a burocracia e o conhecimento perito.

A burocracia é, acima de tudo, uma exigência da economia de mercado que necessita de uma administração pública despersonalizada, precisa e rápida. Dessa forma, enseja uma especialização de funções cada vez maior. O funcionário com treinamento especializado aprenderá, cada vez mais, com a prática constante (Weber, 1982). A burocracia é submetida a “regras calculáveis”. Dessa forma, quanto menor a influência de emoções humanas, tanto melhor, e “quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, tanto mais seu aparato de apoio externo exige o perito despersonalizado e rigorosamente ‘objetivo’...” (Weber, 1982, p.251.)

A barragem é o conhecimento perito objetivado, materializado em uma concepção racional, planejada como o domínio do homem sobre a natureza. Mas também representa o domínio de esferas decisórias alheias ao local. A barragem se propõe a ser o “toque de Midas” de uma região. Afinal, a construção de uma barragem não envolve somente a utilização de recursos físicos e financeiros. Envolve a mobilização de um discurso de apologia do progresso, do moderno em contraposição ao arcaico. Essa concepção dualista entre o atraso e a modernidade marca as políticas públicas de desenvolvimento executadas no Brasil. Nessa dicotomia existe uma tensão entre temporalidades, pois tudo o que não orbita na esfera da modernidade é pré-moderno (Boneti, 1998). As barragens são vetores de desenvolvimento pela capacidade de reter o mais precioso recurso do sertão: a água, na medida certa. Com a afluência de capital na forma de barragem, oriundo da atividade da indústria da construção civil contratada pelo Estado, há o advento do capital no local alterado pela barragem. A terra do entorno passa a ser um novo objeto a ser retido, concentrado.

Vivendo em sua temporalidade “pré-moderna”, o sertanejo percebe esse processo e resiste na tentativa de reavivar a tradição a cada dia, tendo como constante as feições do ambiente. A inserção de uma barragem onde esse grupo social realimenta cotidianamente a sua identidade coletiva altera as feições do espaço do modo como ocorre a outros grupos tradicionais impactados por situações adversas similares. Eles sentem que o fator alterador do espaço influencia as estratégias de sobrevivência dos grupos no que concerne ao mapa mental do lugar, por exemplo; muda as formas de reconhecimento e obtenção dos recursos disponíveis à sobrevivência; provoca impactos sobre a rede social constituída para explorar tais recursos; altera os mecanismos de apropriação simbólica do ambiente natural e social; e modifica o sistema de *status* social e de relacionamento definidores da interação com o grupo, bem como a sua autopercepção (Bartolomé, 2000).

O desenvolvimento capitaneado por uma barragem segue um roteiro conhecido, que se realiza como farsa, pela difusão do discurso de que os frutos positivos do progresso serão colhidos por todos. Porém, fica subentendido que essa colheita depende de um bom posicionamento do sujeito nas relações com o mercado, o que, no caso da fruticultura irrigada de exportação no semi-árido, diz respeito mais diretamente à dinâmica econômica global. Conforme demonstrou Valencio (1995), mesmo quando as condições técnicas do grande capital permitiam ao empreendedor extrair três safras de melão ao ano, a dinâmica dos preços do mercado europeu em relação ao conjunto da oferta, sobretudo chilena e israelense, era o que condicionava o esforço produtivo no vale do Assu (RN).

A racionalidade do progresso incorporada na própria barragem não permite contestação. O conhecimento perito atesta todas as vantagens da obra e omite, sempre que possível, suas desvantagens. À vontade política de construir uma grande obra soma-se o vício de toda burocracia de buscar “aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções”, ocultando, dessa forma, “seu conhecimento e ação da crítica” (Weber, 1982, p.269). É a burocracia que inventa o “segredo oficial” e cada vez mais, “o conhecimento especializado do perito torna-se a base da posição de poder do ocupante do cargo” (Weber, 1982, p.272). Conhecimento e segredo são, portanto, dimensões fundamentais na manutenção do *status quo* do perito. Essa racionalidade que molda os peritos molda a burocracia, molda as barragens e molda, por fim, o risco.

É aqui que as barragens assumem sua dimensão trágica. Ao “toque de Midas” soma-se, simultânea e inerentemente, a “caixa de Pandora”. Orós, Armando Ribeiro Gonçalves e Camará entraram em cena como farsa para, em seguida, se apresentarem como tragédia em décadas diferentes, por motivos diferentes, mas com uma origem comum: a confiança irrestrita na racionalidade técnica. Os empreendedores da barragem de Orós, como nos conta dona Merismar, estabeleceram, precariamente, no ano de 1960, um aviso à população alertando para um possível colapso de barragem:

A geradora de energia tinha um apito e as pessoas ficaram avisadas que quando apitasse num horário atípico, porque ele funcionava de manhã para que os funcionários fossem para o trabalho, 11 horas para as pessoas que estavam saindo, 5 horas da tarde para as pessoas que estavam saindo do trabalho, mas fora do horário, se ele gritasse, já se sabia que o Orós estava desabando com risco para a população. Então, passando da meia-noite aos 17 minutos soa o alarme e as pessoas começaram a correr pra cima para ver o Orós desabando. O açude não tinha sangradouro. As notícias que vinham da região das nascentes é que muita água vinha, por que foram mais de 200 açudes que arrombaram... então eles resolveram fazer um corte de emergência na parede como se fosse um sangradouro. Só que a água, o volume d'água foi muito maior e nem foi obedecer aquele espaçozinho que eles fizeram. Ela [a inundação] veio e pegou a parede toda e fez da parede seu sangradouro e fez desmoronar aos poucos. (Entrevista aos autores; dezembro 2005)

O efeito cascata dos pequenos açudes que incide sobre uma grande barragem é sempre lembrado como uma das maiores ameaças de colapso das obras civis. Esse efeito já levou ao colapso a barragem de Orós, cuja parte danificada foi reconstruída logo após o desastre de 1960, afetando mais de 100 mil pessoas (Valencio & Gonçalves, 2006), porém, com uma estrutura maior e com vários metros de altura a mais. O vertedouro, como medida técnica favorável à ampliação da integridade das obras civis no caso de efeitos escalonados de grandes chuvas, só foi implementado anos após tal reconstrução. Mesmo assim, atualmente, a barragem de Orós foi classificada como de médio risco em pesquisa realizada por Menescal et al. (2005b). Segundo Braga (1967, apud Monte, 2005), a região do Castanhão era mata até 1935, quando José Holanda Cunha, proprietário da fazenda, lançou os fundamentos de uma futura cidade, com a construção de estabelecimentos comunitários e públicos, como capela, mercado, grupo escolar, clube recreativo, cemitério, cadeia, prédio para correios e telégrafos, campo de pouso e estradas, destruídos em decorrência do rompimento da barragem de Orós (Monte, 2005). Resta saber se um eventual outro rompimento de Orós será devidamente recebido pela barragem do Castanhão que lhe tomou o lugar, a jusante, como principal obra hídrica do Estado do Ceará.

Na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o problema foi diferente. Como nos conta seu Geraldo, morador de Assu (RN).

É, parece que foi, se não me falta a memória, foi no dia de sexta-feira, no final do expediente, à tarde, que houve o deslizamento, né? E... proibiriam, isolaram lá a área pra ninguém entrar, mas no domingo, eu fui e mais uns amigos meus, a gente descemos lá pelo rio, que ficava no meio, lá a gente teve oportunidade de entrar e entrou e quando eles viram eu e a turma que ia comigo deram bronca, né? Aí nós dissemos: “a gente tá aqui, sabe, por que vocês vieram fazer um trabalho pra nós aqui, vocês vão embora nós vamos ficar, olha o pro-

blema aí grave, porque foi grave mesmo, ela abriu uma banda, né? A banda do lado de dentro, ela deslizou. Alguém diz: “afundou”. Não, ela deslizou... pra dentro... ficou só a outra banda do lado de fora. Agora o que eu admirei, o que eu achei até incrível, foi o deslizamento, a quantidade de rachão que ficou na parede... Rachão pequeno, rachão grande, rachão de, a senhora olha assim na parede, de soltar uma pessoa e ir até embora, outros de um braço, de uma perna, entendeu... e pequeninhos. Ela dilatou toda essa parte que pertenceu a esse material que não era bom, ela dilatou todinho. (Entrevista aos autores; dezembro 2005.)

A utilização de material inadequado provocou um deslizamento da parede interna da barragem quando ela ainda se encontrava em construção. A barragem ainda estava vazia; por isso, foi um incidente, algo restrito localmente, sem maiores conseqüências. Porém, levantou a seguinte indagação, jamais respondida, “e quando o reservatório encher muito, haverá segurança?”. Esse questionamento redundou em tensão dois anos após a inauguração da obra, uma vez que as chuvas provocaram o enchimento rápido do reservatório vertendo alguns metros, e por longo período, as águas que não couberam no lago.

Por fim, houve o caso do colapso da barragem de Camará, ocorrido em junho de 2004, no qual os danos e prejuízos, além de cinco mortes, constituíram-se em proporção inversa à suficiência das medidas de prevenção e de eficácia das medidas de alerta, resposta e reabilitação. Não houve um ambiente aberto de discussão do empreendimento, nem implantação e operação responsáveis, tampouco de informação e treinamento da população a jusante da barragem para o caso de acidentes. Ações oficiais de evacuação falharam. O elemento agravante, em termos preventivos, foi a inexistência de uma coordenadoria de defesa civil e despreparo dos demais órgãos para enfrentar desastres (cf. Valencio, 2005).

A população de Alagoa Grande, a jusante da barragem de Camará, foi surpreendida por um grande volume de água que alcançou a parte baixa da zona urbana do município na noite de um domingo. Os avisos que, pelos telefonemas, vinham através dos parentes residentes a montante, juntaram-se ao ruído das águas volumosas e velozes que puseram os habitantes a correr na procura de refúgio nas áreas altas da cidade, lá permanecendo ilhados por três dias. As características dos informantes, unidos por laços de parentesco e compadrio, e o tempo de chegada da informação – trinta minutos – revelam a ausência estrutural de controle social acerca do que se passava com a barragem e a fragilidade da vida comunitária. A distribuição dos danos foi, primeiramente, geográfica: quem morava na parte mais baixa foi imediatamente atingido pelas águas. Mas também foi econômica, pois quem tinha a casa mais frágil, de tijolo e sem fundações, a viu ruir parcial ou totalmente; e sociocultural, pois idosos compuseram a maior parte das vítimas fatais (quatro em cinco) não apenas em razão de limitações físicas para a fuga rápida, mas pela persistência em permanecer na sua casa, próximos ao lugar e a objetos que faziam sentido à sua particular existência (cf. Valencio, 2005).

Assim, a convivência entre o arcaico e o moderno, como temporalidades distintas, não cessa, como se vê, quando a barragem se concretiza. Há uma complementaridade contraditória, técnica e política. A implantação de barragens gera, ainda, no entorno do reservatório e na área ribeirinha a jusante, uma figuração oposta à observada por Elias & Scotson (2000), na qual os novos proprietários, capitalizados, desconsideram os moradores antigos, os que viviam o sertão como sertão. O contato social com eles, por exemplo, partindo da fruticultura irrigada de exportação, limita-se à escassa oferta de trabalho pouco qualificado, e os trabalhadores ficam de fora do processo decisório que movimenta tanto esse território privado como condiciona o território público envolven-

te. As condições de trabalho são modificadas, definindo-se novos contornos não só para a geografia, mas também para as relações sociais do local (Valencio, 1995; Valencio et al., 1998; Gonçalves, 1999).

Há que se considerar, como Irwin (2001), que problemas ambientais não são simples problemas de um entorno modificado, mas de suas conseqüências sobre as condições de vida e de controle social exercido por aqueles do lugar. Do que decorre a constatação do autor de que é necessário superar uma idéia de estabilidade que repousa tanto na tradição quanto nos primórdios da modernidade, para que surta efeito a compreensão da crise ambiental contemporânea. Retornando a dona Merismar:

Eu sei que um engenheiro disse que: “se o Orós sangrar com uma lâmina de 60 centímetros podem dizer que houve um dilúvio no Ceará. Aí ele sangrou com 5 metros e 45. E eu não fiquei sabendo se ele estava vivo para saber do fim da história. Acho que ele subestimou as águas do Jaguaribe. Existem pessoas que acham que porque têm o conhecimento técnico se acham o dono da verdade. (Entrevista aos autores; dezembro 2005.)

CONCLUSÕES: A SUCESSÃO DE DESASTRES COMO TRAGÉDIA ANUNCIADA

Os quarenta anos de implantação intensiva de barragens no semi-árido nordestino, além do longo período histórico no qual tais obras foram aninhadas no imaginário dos poderosos, legaram poucas lições a seus promotores no tempo presente.

Se as barragens são apresentadas como solução técnica visando o controle dos desastres oriundos de eventos extremos relacionados à água, nada demonstra que tenham conseguido fazê-lo a contento, uma vez que acentuados períodos de seca ou de cheia repõem ao sertanejo as agruras dos tempos passados, às quais se associam, atualmente, a convivência com o risco produzido pela própria técnica. Não são só as cheias que provocam riscos de devastação a jusante, mas as cheias sucessivas de um reservatório que transborda e leva à danificação ou destruição total da barragem. Dito de outro modo, a barragem é o outro possível desastre que não impede que secas e cheias ocorram. Quando as secas assolam a região, as barragens mostram-se, em alguns casos, inúteis e, nas cheias, ao colapsar, podem danificar mais do que as cheias em si, porque destroem vidas e patrimônio de formas, muitas vezes, irreversíveis.

A sucessão de colapsos de pequenas barragens, num efeito dominó, demonstra que a ação não-integrada das perícias construtoras de obra torna mais ameaçador viver a jusante.

Se existem corporações de bombeiros e defesa civil, instituições voltadas para a implementação de políticas de emergência, a perícia hidráulica vê-se livre para suas experimentações, uma vez que pode reportar a existência de formas institucionais capazes de lidar com o risco, pouco importando se tal existência corresponda ou não a uma condição efetiva de atendimento das localidades sob influência dos grandes projetos hídricos.

O acesso às arenas decisórias na elaboração das soluções de desenvolvimento do semi-árido e na gestão das águas doces, para não dizer da formulação das políticas de emergência, revela-se, assim, como momento de disputa de poder e violência simbólica contra os grupos tradicionais locais que, ao fim e ao cabo, só podem sobreviver e se reproduzir no lugar na medida em que se sujeitam a se transformar, ante os reveses da modernidade tardia.

No atual momento do projeto da modernidade, as barragens ainda suscitam a admiração pública como ícones do progresso. Porém, suscitam igualmente vulnerabilidade e desamparo aos que vivem a jusante. Aos que vivem nas áreas lindeiras situadas a jusante do Grande Projeto Hídrico, os benefícios sinalizados pela regularização da vazão hídrica parecem maiores quando as práticas econômicas locais se mostram mais abertas às oportunidades do moderno.

A promessa de benefícios propiciados pela técnica altera modos de vida e de organização social e dissolve os elementos físicos moldantes do habitus dos vários grupos ali estabelecidos. Os interesses que orbitam a esfera do empreendedor submetem o tempo e o espaço, isto é, o “enredo” dos que produzem os lugares a jusante das barragens, descontinuando rotinas em prol de outros projetos de cotidiano e normalidade, projetos estes subordinados a outras territorialidades e sociabilidades cujo caráter dinâmico oculta o contínuismo político.

Muito comumente, os desastres resultam da soma de diversos riscos ignorados ou mal gerenciados, isto é, de ameaças mal avaliadas, assim como de uma compreensão incompleta da vulnerabilidade social. Os barramentos de rios tomam o significado de oportunidades múltiplas de uso da água; porém, são fatores de perigo para a população a jusante, modificando o tipo de suscetibilidade a que os habitantes estão sujeitos no território. Para a população, não é mais a limitação do abastecimento hídrico o desafio que a técnica está apta a resolver. É o excesso d’água que a técnica não pôde conter, colocando vidas humanas em risco. Caberia, pois, substituir a idéia de mitigação de riscos por meio da técnica pela informação de que a população a jusante, ao moldar-se pelo moderno, deverá substituir ameaças preexistentes por outras. E, ainda, incorporar a idéia de que não será na extensão no tempo da informação pluviométrica pregressa, de mil para dois mil ou mais anos, que tornará, no contexto de mudanças climáticas globais, os dados confiáveis para ampliar a segurança das obras civis, sendo oportuno diferenciar, a este propósito, risco de incerteza, com o faz Martins (1999).

A escassa responsabilização pública tanto pelas falsas garantias quanto pela omissão na comunicação do risco à população situada a jusante é o maior erro imediato dos sistemas peritos envolvidos, estruturalmente associados à cultura política do ocultamento de informações vitais para a segurança do público quando o projeto de poder está associado à feitura das obras hídricas (Valencio, 2005). A construção de barragens mostra-se um processo com baixa *reflexividade*, isto é, no qual o conhecimento sistemático em que se baseia é capaz de alterar a vida social de grandes contingentes populacionais sem atentar para as conseqüências negativas que as relações de poder que as materializam promovem ao encetar a imagem de segurança hídrica onde as incertezas e a tragédia seguem espreitando.

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio é professora associada e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP/São Carlos.
E-mail: normaf@terra.com.br

Juliano Costa Gonçalves é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP/São Carlos.
E-mail: julianogon@yahoo.com.br

Artigo recebido em fevereiro de 2006 e aprovado para publicação em maio de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpur, 1994. p.213-20.
- BARTOLOMÉ, L. J. Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais: questões conceituais e metodológicas. In: _____. *Barragens, desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Édile Serviços Gráficos e Editora, 2000.

- BECK, U. A. Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (Orgs): *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p.11-71.
- BONETI, L.W. *O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. Ijuí-, RS: Editora Unijuí, 1998.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRAGA, R. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- BRASÍLIA. Ministério da Integração Nacional. Prevenção e minimização dos riscos de acidentes com barragens. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/infrastrukturahidrica/index.asp?area=SIH%20-%20Situa%E7%E3o%20de%20Barragens>. Acessado em 8.7.2006.
- CÉSAR, C. *O pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Nordeste*. Fortaleza: DNOCS Especial, Editado pela Divisão de Comunicação Social, dez. 1997.
- DNOCS. *O Nordeste*. Fortaleza: DNOCS, s.d. p.13-35.
- DOMBROWSKY, W. R. (1998). Again and again: is a disaster what we call a 'disaster'? In: QUARANTELLI, E. L. (ed). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London/New York: Routledge, 1998. p.19-30.
- DOUGLAS, M. *Risk and blame: essays in cultural theory*. New York, Routledge: 1994.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GIULIETTI, A. M. et al. Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semi-árido brasileiro, 2006. Disponível em <http://www.uefs.br/ppbio/cd/portugues/introducao.htm>/Acessado em 16.8.2006.
- GONÇALVES, J. C. *Propriedade e desapropriação: a construção de usinas hidroelétricas e seu impacto sobre o mercado de terras*. São Carlos, 1999. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de São Carlos.
- IRWIN, A. *Sociology and the environment: a critical introduction to society, nature and knowledge*. Cambridge and Malden: Polity Press and Blackwell Publishers Ltd., 2001.
- MARTINS, H. Para uma sociologia das calamidades revista e ampliada. Lisboa, *Episteme*, ano II, p.31-67, set. 1999/fev. 2000.
- MCCULLY, P. *Silenced rivers: the ecology and politics of large dams*. London/New Jersey: Zed Books and International Rivers Network, 1996.
- MENESCAL, R. et al. Acidentes e incidentes com barragens no Estado do Ceará. In: _____. *A segurança de barragens e a gestão de recursos hídricos no Brasil*. 2.ed. Brasília: Proagua, 2005a. p.55-77.
- _____. Uma metodologia para avaliação do potencial de risco em barragens do semi-árido. In: _____. *A segurança de barragens e a gestão de recursos hídricos no Brasil*. 2.ed. Brasília: Proagua, 2005b. p.137-54.
- MONTE, F. S. S. *Uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão*. Rio de Janeiro: 2005. Tese (Doutorado) – Ippur da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, L. C. M. Notas sobre as secas. Fortaleza, *Boletim do DNOCS*, n.6, v.20, p.56-133, nov. 1959.
- QUARANTELLI, E. L. Introduction. In: _____. (ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London/New York: Routledge, 1998. p.1-8.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

VAINER, C. B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (Ed.) *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: Ipea, 1990. p.179-211.

VALENCIO, N. F. L. S. *Grandes Projetos Hídricos no Nordeste: implicações para a agricultura do semi-árido*. Natal: Ed. UFRN, 1995.

_____. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS. Rio de Janeiro: Anais Ippur/UFRJ, 2005. 20p. (CD).

VALENCIO, N. F. L. S. et al. *Grandes Projetos Hídricos no Estado de São Paulo: análise comparativa dos padrões de desenvolvimento das áreas de influência direta dos reservatórios de Barra Bonita e Jurumirim*. São Carlos: UFSCar, 1998. (Relatório de pesquisa.)

VALENCIO, N. F. L. S.; GONÇALVES, J. C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização? João Pessoa, *Política e Trabalho*, v.25, p.203-22, out. 2006.

VIOTTI, C. B. *Barragens e energia hidroelétrica na América Latina*. São Paulo: Édile Serviços Gráficos e Editora, 2000. p.101-11.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 1982.

A B S T R A C T *From a critical perspective, this paper focuses the rationality and sociopolitical practices characteristics on risk management related from dams, in Northeastern Brazil. The text intends to show that dams can be another disaster, at the same time as it doesn't forbid draught and flood, increasing, consequently, human vulnerability.*

K E Y W O R D S *Risc; dams; huge projects; water; disasters; Northeast region.*



RESENHAS

PLANET OF SLUMS

Mike Davis

London, New York: Verso, 2006, 228p.

Edição brasileira: *Planeta Favela*. Trad. de Beatriz Medina. Posfácio de Erminia Maricato.

São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Hernán Armando Mamani

UFF

Planet of Slums é uma viagem a um mundo familiar: o das favelas em expansão, do empobrecimento das classes médias urbanas e da fuga desesperada das “elites” para qualquer lugar que lhes prometa escapar da violência, dos engarrafamentos e da poluição para obter “qualidade de vida”. Uma cidade impulsionada pelo negócio imobiliário, em que as forças de mercado, difundidas como nunca, tudo controlam. Não se trata, no entanto, do “nosso planeta”, da nossa cidade em particular, mas do universo urbano em geral e, mais especificamente, das metrópoles do terceiro mundo.

No século passado, acreditava-se que a humanidade estava à caminho da cidade e que essa urbanização, como modernização, era um fenômeno positivo. Tal crença parece não mais existir e o processo contínuo de urbanização mostra-se como “catástrofe mundial”. As metrópoles, policêntricas e complexas, tornam-se megalópoles: extensas áreas conurbadas que perdem os encantos da “vida no campo”, sem obter, em troca, as vantagens da “vida na cidade”, causando, por fim, a degradação, graças à ocupação desordenada.

Os fenômenos que motivam essa falta de otimismo e a perda da utopia urbana – que aparentemente paralisa o planejamento e as ações governamentais – não são novos. A pobreza, a decadência e a insalubridade de áreas segregadas e sua estigmatização, a predominância do trabalho informal e a proliferação do crime, bem como a expulsão dos pobres para a periferia, são aspectos do capitalismo. Fazem parte dos lugares e das cidades, distante das que servem como modelos de urbanismo. O que há de novo na urbanização contemporânea são os efeitos negativos concentrados no terceiro mundo, principalmente na África e no sul da Ásia.

O quadro pintado por Mike Davis, em cores fortes, é o da urbanização pós-moderna, globalizada e neoliberal que emergiu depois de décadas de ajuste

econômico. Recorrendo a um vastíssimo corpo de informações, o livro apresenta indicadores mundiais de crescimento populacional, de pobreza, de insalubridade, de mortalidade infantil etc., como se fossem dos mesmos lugares. Quiçá dados da “favela global” que, segundo ele, está sendo construída e sobre a qual ainda faltam informações. Este exercício, que nos faz viajar a cada parágrafo de Bangalore na Índia a Lagos na Nigéria, e daí ao Rio de Janeiro, ao México ou a Santiago, não chega a ser problema. Grave é a falta de conceituação do termo “*slums*”, traduzido na edição brasileira como favelas.

Davis critica a definição oficial da ONU sobre *slums* por permanecer “restrita às características físicas e legais dos assentamentos” – superlotação, casas pobres ou informais, com acesso inadequado à água e saneamento básico, sem segurança de posse – o que dificulta sua mensuração social. Contudo, sua descrição do que, no Cone Sul, denominamos *favelas*, *villas miserias* ou *cantergilles* – engloba, além das favelas, o aluguel para pobres, os cortiços, as invasões de terras e casas, os loteamentos irregulares, bem como os moradores de rua... Ou seja, todas as formas de morar dos pobres que, como sabemos, nem sempre ocorrem nas favelas.

A pobreza e os pobres urbanos são o verdadeiro objeto deste trabalho. Ele retoma, assim a problemática da marginalidade, tal como criticada por Castells nos anos 1960, isto é, como relação entre moradia em favelas e inserção num mercado de trabalho precário ou informal. Para Davis, aquela crítica não mais se sustenta, pois a partir dos anos 1990 a informalidade retornou com violência.

O crescimento urbano sem crescimento econômico e sem industrialização, ou melhor, com recessão, tem sido a tônica do processo contemporâneo de urbanização, em boa parte do terceiro mundo. Trata-se de um processo de involução urbana. Este termo difundido entre nós a partir do uso feito por Milton Santos, do termo cunhado por Geertz nos anos 1950, serve aqui para denunciar que o “retrocesso” social, econômico e urbano das cidades do terceiro mundo, não obedece a uma fatalidade técnica: é efeito das dívidas externas e, principalmente, das políticas de ajuste estrutural promovidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

O ponto forte do livro consiste exatamente em mostrar como a política das agências internacionais

– controladas pelos Estados Unidos e orientadas por critérios econômicos neoclássicos – tem sido capaz de forçar, progressivamente, o fim de políticas inclusivas de desenvolvimento econômico, social e urbano. E como impõe uma política internacional contra a pobreza através do que Davis denomina “Triângulo de Ferro”. Profissionais transnacionais baseados em ministérios governamentais-chave, especialmente finanças, agências de desenvolvimento lateral e multilateral e Ongs internacionais, promovem políticas de erradicação da pobreza, visando a democratização, a ajuda mútua, o desenvolvimento do capital social e o fortalecimento da sociedade civil. Sua sustentação institucional no terceiro mundo são Ongs locais e regionais.

Na prática, esses arranjos, tal como as organizações patrocinadoras da luta contra a pobreza nos Estados Unidos dos anos 1960, são “brilhantes em cooptar as lideranças locais, bem como em homogeneizar o espaço ocupado tradicionalmente pela esquerda ... Salvo raras exceções, a revolução da sociedade civil tem conduzido à burocratização e ao enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos”.

É digno de nota que as agências e seus operadores locais têm sido muito eficazes em combinar discursos acirrados e ações conservadoras. A defesa da autoajuda e do empreendedorismo, por exemplo, ao invés de promover uma “economia solidária” e o desenvolvimento autônomo, não fazem mais que aumentar a concorrência entre os pobres, radicalizando a economia de mercado e legitimando-a. O arranjo promovido pelas agências internacionais elimina, então, a perspectiva de qualquer saída de tipo socialdemocrática. Seus funcionários e representantes locais agem, agora, tal qual funcionários coloniais do passado.

O fenômeno da urbanização mundial e da expansão da pobreza, mais que desconhecimento, revela o cinismo e a ausência de perspectivas do pensamento dominante, que, antes de estimular políticas eficazes de luta contra a pobreza e a precariedade urbana, prevê, para um futuro próximo, a escalada dos conflitos nas cidades. Portanto, prepara-se o caminho para a militarização da “questão urbana”, que não é senão a existência de um “exército de reserva que espera lugar no processo de trabalho tornando-se estigmatizado: uma massa redundante permanente”. Assim, o processo de *favelização mundial* é “a real crise do capitalismo”.

UM MURAL PARA A DOR: MOVIMENTOS CÍVICO-RELIGIOSOS POR JUSTIÇA E PAZ

Patricia Birman e Márcia Pereira Leite (orgs.)

Porto Alegre: Ed. UFRGS/Pronex-CNPq, 2004.

Lidia Medeiros

UERJ

O vocabulário utilizado para designar os fenômenos relativos ao amplo conjunto de eventos usualmente designados como *violência urbana* vem sofrendo, ao longo do tempo, uma lenta e gradual transformação. Os debates em torno do tema, sobretudo no Rio de Janeiro, têm cotejado temas dos mais distintos: crime, banditismo, marginalidade, ação da polícia, controle social, desordem, vadiagem, linchamento, homicídios, entre outros. A partir do início da década de 1990, a visão do Rio como uma “cidade partida”, conforme nos informa Zuenir Ventura em *Cidade partida* (1994), marcada pela separação e pela segregação, passa a tomar conta das interpretações sobre o fenômeno e do imaginário social dos moradores da cidade. As noções que passaram a povoar noticiários, textos acadêmicos e conversas informais foram as de terror, crueldade, tráfico de drogas, guerra (ou “metáfora da guerra” (Márcia da Silva Pereira Leite, *Para além da metáfora da guerra*, 2001), violência policial, conflito, criminalidade violenta, sociabilidade violenta. Essa mudança de foco nas preocupações a respeito da tematização do problema diz respeito ao que Machado da Silva (*Sociabilidade violenta*, 2004, p.291-2) identifica como “uma das expressões atuais do desenvolvimento histórico do individualismo, ou seja, uma de suas formas cristalizadas”, que resulta nas formas contemporâneas de “organização social das relações de força que são legal e administrativamente definidas como crime comum violento”.

Paralelamente, as análises relativas aos movimentos sociais apontam para uma mudança de foco nas suas formas de tematização e ação. De um perfil reivindicativo e combativo, que cultivava uma “cultura política de protesto” vinculada às esquerdas tradicionais (cf. Birman, neste volume) na luta contra uma situação de marginalidade social, os movimentos sociais pós-ditadura militar passaram a preocupar-se com a supera-

ção da precariedade econômico-social das populações mais empobrecidas. Reúnem-se, então, em um mesmo campo de ação, grupos religiosos e laicos vinculados às reivindicações em torno de direitos sociais e práticas assistenciais, filantrópicas e projetos caritativos. Esses novos movimentos, que têm nas Ongs um elemento aglutinador, vêm se reunindo em torno de questões mais amplas, como por exemplo a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria (de âmbito nacional) e os movimentos em defesa das populações pobres e/ou marginalizadas (de âmbito local, Rio de Janeiro). Esses movimentos, sobretudo aqueles localizados no Rio de Janeiro, procuravam e procuram responder aos dilemas colocados pela visão de uma cidade dividida e em guerra, em busca de elementos que viabilizassem a reunião em torno de um objetivo comum, no caso em questão, a possibilidade de construção da paz.

É nesse contexto que a problematização dos aspectos de ordem subjetiva relativos ao tema da violência se colocam nos relatos sobre o seqüestro do ônibus 174 e o principal movimento de reação a este evento, a organização do Mural da Dor, articulada pela entidade Viva Rio. No ano 2000, Sandro do Nascimento fez os passageiros de um ônibus reféns durante quatro horas e meia em uma das principais ruas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O evento teve ampla cobertura na mídia e culminou na morte do seqüestrador e de uma das vítimas, Geisa. O Mural da Dor foi uma manifestação que consistiu na construção de um imenso painel no Largo da Carioca, no qual, durante três dias, familiares e amigos afixaram, livremente, retratos e relatos sobre vítimas da violência na cidade. Todos os que ali se reuniram puderam partilhar sua dor, se solidarizar e reivindicar soluções para seus casos particulares e para o problema da violência que acomete a cidade como um todo.

Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz, organizado por Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite, converge exatamente para o enfrentamento da violência pelos novos movimentos sociais, abrindo um fecundo campo de investigação sobre o problema. O livro traz para o campo de discussão da sociologia, aspectos de ordem subjetiva implicados naquilo que se convencionou chamar de “violência urbana”. Os textos dão voz e vida àquelas personagens usualmente tratados como “destituídas de sua dignidade e valor como pessoas e como cidadãs” (p.10) e gi-

ram em torno de eventos e indivíduos cuja representação no espaço público e na literatura especializada não é muito recorrente.

Embora girando em torno de um mesmo eixo – as manifestações cívico-religiosas decorrentes do seqüestro do ônibus 174 –, os autores desenvolvem análises sobre aspectos distintos. O livro está organizado em três partes e conta com oito artigos de pesquisadores que participaram direta ou indiretamente (como interlocutores) da pesquisa “Mural da Dor: movimentos sociais, religião e política no Rio de Janeiro”, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Religião e Política do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) – Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo. O movimento “Basta! Eu Quero Paz” e o Mural da Dor, especialmente este último, são os movimentos aos quais os autores se remetem ao longo de suas reflexões e se constituíram como “cenários de protesto, manifestações da dor e de solidariedade” (p.13); lugares de reunião nos quais familiares, amigos e público em geral poderiam manifestar sua dor, saudade e prestar reverência às vítimas da violência, além de reivindicar justiça e reparação.

A primeira parte, intitulada “Da morte e da violência”, conta com os artigos de Marc-Henri Piault (“Da violência, ou como se livrar dela. A propósito do seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro”), que realiza uma análise das condições a partir das quais foi possível construir a vitimização social de Sandro. Essa ressemantização da imagem de Sandro do Nascimento ocorre em um contexto no qual a espetacularização do seqüestro do ônibus 174 foi fundamental para a arquitetura das *performances* durante e depois do evento. O autor argumenta que os acontecimentos de junho de 2000 colocam em questão o equilíbrio de uma sociedade que reivindica, “paradoxalmente, uma unanimidade dos confrontos que a dilaceram” (p.65). A questão que se coloca é: como vencer esse paradoxo? Ou ainda, eventos como os relatados nesse volume são capazes de gerar reações que levem a uma superação?

Rosilene Alvim e Eugênia Paim, em “Muitos nomes, muitas vidas. Em busca da memória de Sandro do Nascimento”, reconstituem os relatos sobre a vida e a trajetória do seqüestrador, desde suas origens até sua morte. As autoras chamam a atenção para o fato de o seqüestro e o protagonismo de Sandro neste

evento reatualizarem e apresentarem um desfecho para um outro acontecimento traumático na história recente da cidade, marcado por extrema violência: a Chacina da Candelária. Com base em depoimentos, matérias de jornais e trechos de livros, é construída uma “imagem” de Sandro que se caracteriza por se tratar de um “relato de vida ao contrário” (p.83). Sua existência e visibilidade só acontecem quando toma parte em um episódio no qual protagoniza, como algoz, o “espetáculo” da violência urbana. As autoras chamam a atenção do leitor para a fluidez da identidade de Sandro – que foi Alex Mancha, Sérgio, Alessandro, Mancha da Candelária –, que traduziria as flutuações biológicas, sociais e geográficas que marcaram sua trajetória, e teria marcado sua “encenação” e movimento corporal durante o seqüestro do ônibus. O desfecho da vida de Sandro reflete o que foi sua vida: a absolvição dos policiais que provocaram sua morte revela que, mesmo com toda a exposição e construção de sua vida como vítima das profundas desigualdades sociais que marcam nossa sociedade, Sandro permanece um anônimo, um “associal” (p.85). As tentativas de tirar os meninos de rua da sua situação de *invisibilidade*, seja através de ações inclusivas, seja pela força, trarão solução para o problema?

“Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro”, de Ludmila da Silva Catela e Regina Reyes Novaes, trata da produção da dor pública presente no movimento “Basta! Eu Quero Paz” e no Mural da Dor, através da análise de “sua linguagem, performances e símbolos” como forma de “identificar ambivalências, paradoxos e novas formas e níveis de participação em torno do drama contemporâneo denominado genericamente como ‘violência urbana’” (p.110). Essa análise é cotejada pelas reflexões a respeito da morte na sociedade moderna, como interdito e como crime – na sua versão violenta –, elaboradas, respectivamente, por Ariès (1997), em *História da morte no Ocidente*, e Elias (2001), em *A solidão dos moribundos*. A violência midiaticizada provocou uma série de conseqüências imprevistas, como a mudança de *status* de Geisa – a morte de uma moradora de favela tornou-se um fato extraordinário; a espetacularização da morte faz com que o fato deixe de ser apenas um dado nas estatísticas sobre violência e uma peça de ficção; a morte ao vivo provoca um sentimento coletivo de dor e as condições necessárias para os rituais que tentarão exor-

cizá-la. As autoras analisam, com base nessas referências, as representações da morte e do sofrimento presentes no Mural da Dor. De um evento que deve ser silenciado e restrito à esfera privada, como convém à sua configuração na sociedade moderna, a morte adquire então um sentido público e é “desprivatizada” através da conjugação de “recursos simbólicos advindos tanto da religiosidade popular quanto das formas de manifestar indignações políticas” (p.116). Essa perspectiva de análise nos coloca diante da qualidade heurística das análises a respeito do papel das diversas dimensões da subjetividade na ação social.

A segunda parte do volume, “Conflitos e movimentos”, inicia com o artigo de Márcia Pereira Leite, “As mães em movimento”. A autora analisa os papéis desempenhados, as apropriações, os conflitos e as negociações em torno das formas de participação das “mães” no Mural da Dor. Sua presença na manifestação, apesar de considerada essencial pelo Viva Rio em virtude de sua legitimidade e do apelo ao perdão que sua imagem evoca, se deu em meio a contradições. Os discursos sobre a violência e demandas por justiça para seus filhos foram diluídos em um apelo pela homogeneização em torno da paz e do perdão, resultando em um ato que “envolveu, sobretudo, uma dimensão moral, não politizada, de tratar a violência na cidade do Rio de Janeiro” (p.188). O texto conclui revelando que os conflitos em torno da participação dos policiais mortos em serviço, do caráter apolítico do movimento e da não-incorporação no movimento dos discursos sobre violência próprios a cada grupo levaram à formação de um novo movimento: as Mães do Rio. Quais são os desafios e as conquistas dos novos movimentos sociais, sobretudo em virtude das disputas por poder e legitimidade que enfrentam? É a essa questão fundamental a que o texto remete.

Ruth Helena de Souza Britto analisa em, “Sobre as repercussões na Rocinha da morte de Geisa”, as percepções e interpretações entre os moradores da favela sobre o seqüestro do ônibus 174, que culminou na morte da moradora citada no título do artigo. Evidencia, na reconstrução dos depoimentos sobre o evento, a disputa por legitimidade entre líderes e moradores da favela e grupos sociais externos. Percebe a dissonância entre o relato jornalístico, que constrói uma identidade de vítima para Geisa (para além da de moradora da

favela), e os depoimentos dos entrevistados, que não reconhecem o pertencimento de Geisa à “comunidade” em virtude do pouco tempo de residência e do seu desconhecimento entre os líderes e moradores mais antigos: “os moradores da Rocinha questionam a legitimidade do *status* adquirido por Geisa como vítima “ícone”, enquanto o “asfalto” parece, fechando com a versão da mídia, não ter dúvidas sobre isso” (p.211). Na verdade, essa oposição tem um caráter didático (não é à toa): o que se pretende é objetar contra a imagem da favela como promotora da violência, isto é, contra o velho mito do pobre como fonte dos males da sociedade, e ressaltar que a pior violência é aquela perpetrada pelo próprio “asfalto” contra as favelas. Ao mesmo tempo, os informantes optam por silenciar sobre a violência que acontece dentro de sua própria “comunidade”. Mais uma vez o campo de disputas entre os novos movimentos sociais se apresenta ao colocar em lados opostos Ongs (de fora) e lideranças/moradores (de dentro).

A terceira e última parte, “Civismo e participação humanitária”, conta com o artigo de Patrícia Birman, “Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do Mural da Dor”, no qual realiza uma análise densa a respeito dos movimentos sociais de novo tipo, que têm como principal motivação a defesa de populações pobres e/ou marginalizadas, sobretudo a partir da prática cívico-religiosa de reação à violência praticada contra elas. Percorrendo o caminho da experiência desenvolvida pela Ong Viva Rio desde sua fundação, mas com ênfase na campanha “Basta! Eu Quero Paz” e no Mural da Dor, a autora traça um panorama de três momentos dessa nova modalidade de protesto. O Viva Rio surge, no início da década de 1990, procurando responder aos desafios colocados pela idéia de guerra entre as duas partes da “cidade partida”, marcada pela política do extermínio e da segregação. Como orientação política de sua ação, a Ong se coloca contrariamente aos movimentos de protesto das esquerdas tradicionais e procura incorporar formas de ação e recursos frequentemente desprezados, oriundos de associações filantrópicas, religiosas e de ajuda mútua, procurando, com isso, “romper com a clivagem entre ‘caridade’ e ‘direitos’” (p.228). Nesse contexto, assume grande relevância o papel dos movimentos religiosos, na forma de “união mística entre pessoas e grupos” (p.232) e

não mais na sua vertente de engajamento político-religioso, como a Teologia da Libertação, muito popular no Brasil, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. É nesse contexto que a campanha do “Basta!” e do Mural da Dor, ações inéditas e inovadoras no Brasil, se inscrevem como formas de expressão ritualística no espaço público da dor e do luto. Mais especificamente, os dois eventos procuravam dar vazão aos sentimentos de dor, medo e perplexidade que as cenas de “sofrimento à distância”, divulgadas pela mídia por ocasião do seqüestro do ônibus 174, provocaram no conjunto da sociedade. Na avaliação da autora, a atuação do Viva Rio nos eventos analisados é passível de crítica: a Ong falhou na qualificação do chamado à paz proposto nos movimentos; os grupos convidados a participar das manifestações foram incentivados a deixar de lado suas diferenças e as disputas em torno das práticas humanitárias e escolhas políticas; a incorporação dos policiais mortos gerou polêmica, por produzir uma impossibilidade de distinção entre vítimas e algozes, entre sociedade civil e Estado (considerando que esse era um dos interpelados nos protestos por justiça). Diante disso, cabe questionar a efetividade de ações nas quais a dimensão religiosa se sobrepõe à dimensão política.

“Da pacificação – o ‘Basta! Eu Quero Paz’ e as inscrições artísticas”, de Márcia Leitão Pinheiro, aborda a participação de artistas que moram ou atuam em favelas/comunidades. São três os grupos analisados: Grupo Cultural Afro Reggae, grupo teatral Nós do Morro e grupo musical evangélico Radicalizando, Evangelizando e Politizando (REP). Todos percebem sua atuação como forma de denúncia da situação que as favelas vivem e oportunidade de transformação dessa realidade. A participação desses grupos no “Basta!” teve em comum o apelo à paz e o teor de denúncia. Desse modo, sua apresentação no movimento se traduziria em “uma via de ligação entre as favelas e o restante da cidade, por compreender fluxos de serviços públicos, de pessoas e de bens culturais que redefiniriam o estatuto da periferia no espaço urbano” (p.290).

A crescente importância dos grupos artísticos e culturais para o desenvolvimento do trabalho comunitário nas favelas/comunidades e periferias é inquestionável. É preciso, no entanto, realizar investigações mais detalhadas a respeito desses movimentos de con-

teúdo cultural, com a finalidade de avaliar se seriam realmente capazes de forjar a ligação pretendida entre favelas e o restante da cidade.

Peter Lucas, em “O Mural da Dor e a ética da memória”, discute a pertinência de pensar esse evento como algo que formou ou reforçou a idéia de uma comunidade ética, isto é, uma comunidade baseada em “relações densas entre pessoas conectadas pela cultura e pela história” (p.318), partilhando uma moral da preocupação e uma ética do cuidado. Embora o seqüestro do ônibus 174 tenha maiores possibilidades de cumprir o papel de criar essa comunidade ética, na medida em que a proximidade do cotidiano da população e a grande exposição do evento foram capazes de intensificar o senso de pertencimento, o mesmo talvez não possa ser dito do Mural da Dor. Esse evento, apesar de apresentar os elementos simbólicos necessários ao cultivo da comunidade ética, explicitou as profundas tensões e as divisões entre familiares de vítimas da violência, grupos ligados à luta por direitos humanos e suas

visões e projetos políticos para o tratamento do problema da violência.

A questão é como forjar e manter uma comunidade ética em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, na qual o pleito público pelo debate sobre os direitos humanos e a demanda pela realização de justiça por parte do Estado ficam obscurecidos por um cotidiano de insegurança e violência.

Nesse sentido, o volume traz uma importante contribuição para os debates sobre a violência nas grandes cidades. Ficam expostos os limites e potencialidades dos novos movimentos que colocam esse problema na pauta de discussão pública e procuram desenvolver ações capazes de colaborar para sua resolução.

O livro traz, ainda, um CD-Rom, realizado e organizado por Marc Henri Piault, com imagens do mural organizadas por temas, apresentando os painéis expostos e as vítimas – crianças, mulheres, violência familiar, ação policial, desaparecidos, acidentes de trânsito e policiais mortos.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Todos os artigos recebidos serão submetidos ao Conselho Editorial, ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não a publicação. Serão publicados apenas artigos inéditos.

Os trabalhos deverão ser encaminhados em disquete (Word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos digitados em Excel, figuras grayscale em formato EPS ou TIF com resolução de 300 dpi) e em três vias impressas, digitadas em espaço 1.5, fonte Arial tamanho 11, margens 2.5, tendo no máximo 20 (vinte) páginas, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas, acompanhados de um resumo em português e outro em inglês, contendo entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) palavras, com indicação de 5 (cinco) a 7 (sete) palavras-chave. Devem apresentar em apenas uma das cópias as seguintes informações: nome do autor, sua formação básica e titulação acadêmica, atividade que exerce, instituição em que trabalha e e-mail, além de telefone e endereço para correspondência. Os originais não serão devolvidos.

Os títulos do artigo, capítulos e subcapítulos deverão ser ordenados da seguinte maneira:

Título 1: Arial, tamanho 14, normal, negrito.

Título 2: Arial, tamanho 12, normal, negrito.

Título 3: Arial, tamanho 11, itálico, negrito.

As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo, de acordo com os exemplos abaixo:

GODARD, O. "Environnement, modes de coordination et systèmes de légitimité: analyse de la catégorie de patri-moine naturel". *Revue Economique*, Paris, n.2, p.215-42, mars 1990.

BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

Se houver até três autores, todos devem ser citados; se mais de três, devem ser citados os coordenadores, organizadores ou editores da obra, por exemplo: SOUZA, J. C. (Ed.). *A experiência*. São Paulo: Vozes, 1979; ou ainda, a expressão "et al." (SOUZA, P. S. et al.). Quando houver citações de mesmo autor com a mesma data, a primeira data deve vir acompanhada da letra "a", a segunda da letra "b", e assim por diante. Ex.: 1999a, 1999b etc. Quando não houver a informação, use as siglas "s.n.", "s.l." e "s.d." para, respectivamente, *sine nomine* (sem editora), *sine loco* (sem o local de edição) e *sine data* (sem referência de data), por exemplo: SILVA, S. H. *A casa*. s.l.: s.n., s.d. No mais, as referências bibliográficas devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para citações dentro do texto, será utilizado o sistema autor-data. Ex.: (Harvey, 1983, p.15). A indicação de capítulo e/ou volume é opcional. Linhas sublinhadas e palavras em negrito deverão ser evitadas. As citações de terceiros deverão vir entre aspas. Notas e comentários deverão ser reduzidos tanto quanto possível. Quando indispensáveis, deverão vir em pé de página, em fonte Arial, tamanho 9.

Os editores se reservam o direito de não publicar artigos que, mesmo selecionados, não estejam rigorosamente de acordo com estas instruções.

Os trabalhos deverão ser encaminhados para:

Henri Acselrad

IPPUR/UFRJ

Prédio da Reitoria, sala 543

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

21941-590 – Rio de Janeiro - RJ

e-mail hacsel@uol.com.br

ONDE ADQUIRIR

ANPUR

- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFBA
Rua Caetano Moura, 121, Federação
40210-350 Salvador, BA
Tel.: (71) 247 3803, ramal 220
ppgau@ufba.br

COPEC

- Rua Curitiba, 832, sala 201
30170-120 Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3279 9145
copec@niag.face.ufmg.br

EDUFAL

- Editora da Universidade Federal de Alagoas
Prédio da Reitoria – Campus A. C. Simões
BR 104, km 97,6 – Tabuleiro do Martins
57072-970 Maceió, AL
www.edufal.ufal.br

FUPAM/USP

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP
Rua do Lago, 876, Cidade Universitária
05508-900 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3091 4566 / 4648
public@fupam.com.br

IBAM

- Largo Ibam, 1, Humaitá
22271-070 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2536 9835
deo@ibam.org.br

INAY LIVROS

- Congressos e eventos na área de arquitetura e urbanismo
Tel.: (11) 3399 3856
inaylivros@ig.com.br

INSTITUTO POLIS

- Rua Araújo, 124, Centro
01220-020 São Paulo, SP
Tel.: (11) 2174 6800
publicacoes@polis.org.br

LIVRARIA VIRTUAL VITRUVIUS

- Rua General Jardim, 645 conj 31
01223-011 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3255 9535 / 9560
atendimento@vitruvius.com.br

PROLIVROS

- Rua Luminárias, 94
05439-000 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3864 7477
mariza@prolivros.com.br

SEADE

- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Av. Cásper Líbero, 464, Centro
01033-000 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3224 17662
thelma@seade.gov.br

UFMG

- Instituto de Geociências / UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha
31270-901 Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3499 5404
anpur@igc.ufmg.br

UFPE

- Mestrado em Desenvolvimento Urbano / UFPE
Caixa Postal 7809, Cidade Universitária
50732-970 Recife, PE
Tel.: (81) 3271 8311
vp@eloga.com.br

UFRJ

- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / IPPUR
Ilha do Fundão – Prédio da Reitoria, sala 533
21941-590 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2598 1930
biblioteca@ippur.ufrj.br

OUTROS ASSOCIADOS E FILIADOS

- www.anpur.org.br

VENDAS E ASSINATURAS

EXEMPLAR AVULSO: R\$ 25,00

À venda nas instituições integrantes da ANPUR e nas livrarias relacionadas nesta edição.

ASSINATURA ANUAL (dois números): R\$ 45,00

Pedidos podem ser feitos à Secretaria Executiva da ANPUR, enviando a ficha abaixo e um cheque nominal em favor da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

ANPUR – SECRETARIA EXECUTIVA

(Gestão 05/2005 – 05/2007)

PPG-AU/FAUFBA

Rua Caetano Moura, 121, Federação

40210-350 – Salvador/BA – Brasil

Tel.: (71) 3235 7614 / 7615, ramal 233

e-mail: anpur@ufba.br

homepage: www.anpur.org.br

Preencha e anexe um cheque nominal à Anpur

Assinatura referente aos números ____ e ____.

Nome: _____

Rua: _____ nº: _____ Comp.: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Instituição e função: _____

Data _____ Assinatura _____